

SEGUE ABAIXO A TABELA DE RESULTADO:

Candidato	Município	Foto	Posição
Maysa Regina Dias da Silva	Ariquemes	Maquinas Museu	1º Lugar
Rômulo Cândido Fagá	Cacoal	Cacoal Nosso Lar	1º Lugar
José Gustavo Rodrigues	Campo Novo de Rondônia	Praça Augusto Lira	1º Lugar
Rodrigo Húngaro Lemes Gonçalves	Costa Marques	Costa Marques Vida Aquática	1º Lugar
Maysa Regina Dias da Silva	Costa Marques	Parede Forte Príncipe	2º Lugar
Maysa Regina Dias da Silva	Guajará-Mirim	Balneário do Célio	1º Lugar
Daniel Celano Guimarães Santos	Guajará-Mirim	Guajará-Mirim Museu	2º Lugar
Daniel Celano Guimarães Santos	Nova Mamoré	Pedra da Memória	1º Lugar
Maysa Regina Dias da Silva	Nova Mamoré	Ponte Ribeirão	2º Lugar
Rodrigo Húngaro Lemes Gonçalves	Ouro Preto do Oeste	Portal	1º Lugar
Anderson de Paula Guizolpe	Pimenta Bueno	Espelho do Céu	1º Lugar
Karoline dos Santos Nava	Pimenta Bueno	Estrada Loteamento	2º Lugar
Fábio Santos Guimarães	Pimenta Bueno	Véu da Noiva	3º Lugar
Pedro Augusto da Costa Silva	Porto Velho	Ponte do Amor - Cadeado	1º Lugar
Maysa Regina Dias da Silva	Porto Velho	Acesso Passarela	2º Lugar
Rodrigo Húngaro Lemes Gonçalves	Vilhena	Bola de Fogo	1º Lugar

Informamos que está aberto o prazo para interposição de recursos a contar da data de publicação deste Aviso. Dessa forma a licitante poderá apresentar peça recursal até o dia 06/12/2022 até às 23h:59min (horário de Rondônia) exclusivamente através do e-mail: concursos.setur.ro@gmail.com, indicado no Item 9.1 do TR. Não havendo manifestação, o presente resultado será homologado pela SETUR. Informações poderão ser solicitadas no horário das 07h:30min às 13h:30min. (horário de Rondônia), de segunda a sexta-feira, na Sede da SUPEL, ou, através do endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e telefone: (0XX) 69.3212-9269.

Porto Velho, 06 de dezembro de 2022.

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO

Presidente - SUPEL/RO

Protocolo 0034177154

Portaria nº 186 de 28 de novembro de 2022

Designa membros para compor a Comissão de Processamento e Apoio para suporte aos servidores responsáveis pela condução técnica da modalidade pregão, bem como conjunto de pregoeiros com o fito de proporcionar o processamento dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO.

O SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 17, inciso VIII, do Decreto nº 8978, de 31 de janeiro de 2000 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO o art. 13, inciso I, do Decreto Estadual nº 26.182, de 24 de junho de 2021, que atribui à autoridade competente do órgão promotor da licitação o direito de designar pregoeiros e membros da equipe de apoio; e

CONSIDERANDO o art. 7º da Portaria nº 184 de 24 de novembro de 2022 (id. 0033911142), que institui a Comissão de Processamento e Apoio para suporte aos servidores responsáveis pela condução técnica da modalidade pregão, e estabelece suas competências, com o fito de proporcionar o processamento dos certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL/RO,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo para desempenhar a função de Pregoeiro(a), conduzindo os certames

dos pregões:

I - Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º 300141033; II - Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º 300145454; III - Fabíola Menegasso Dias, matrícula n.º 300148746; IV - Graziela Genoveva Ketes, matrícula n.º 300118300; V - Izaura Taufmann Ferreira, matrícula n.º 300094012; VI - Jader Chaplin Bernardo de Oliveira, matrícula n.º 300130075; VII - Maria do Carmo do Prado, matrícula n.º 300131839; VIII - Marina Dias de Moraes Taufmann, matrícula n.º 300114886; IX - Nilséia Ketes Costa, matrícula n.º 300061141; X - Rogério Pereira Santana, matrícula n.º 300109135.

Parágrafo único. Ficam designados à função de Pregoeiro(a) Substituto(a) os servidores abaixo, que desempenharão as atividades de estilo nas ausências e impedimentos de quaisquer titulares:

I - Aline Lopes Espíndola, matrícula n.º 300131588; II - Ana Viana de Souza, matrícula n.º 300138121;
III - Bianca Matias de Souza, matrícula n.º 300109123;
IV - Bruna Karen Borges Rodrigues, matrícula n.º 3001768695; V - Ivanir Barreira de Jesus, matrícula n.º 300138122;
VI - Luciana Pereira de Souza, matrícula n.º 300137520; VII - Maíza Braga Barbeto, matrícula n.º 300134844;
VIII - Nathalia Veronezi Rodrigues da Silva, matrícula n.º 300167750; IX - Ronaldo Alves dos Santos, matrícula n.º 200006353;
X - Yago da Silva Teixeira, matrícula n.º 300172800.

Art. 2º Designar os seguintes membros para compor a Comissão de Processamento e Apoio:

I - Adriana de Oliveira da Silva, matrícula n.º 300116763; II - Aline Cruz de Oliveira, matrícula n.º 300130696;
III - Anikelle Lima Rodrigues, matrícula n.º 300178779; IV - Anna Cecília Enes Costa, matrícula n.º 300184530;
V - Ayanne Carmencita Ramos Dias, matrícula n.º 300180964;
VI - Dhandara França Hotong Siqueira, matrícula n.º 300179012; VII - Harrison Lucas Oliveira Rodrigues, matrícula n.º 300132731; VIII - Janaina Muniz Lobato, matrícula n.º 300130481;
IX - Jenilson Reis de Azevedo, matrícula n.º 300102002;
X - Jéssica Bazán Padilha Graciliano, matrícula n.º 300130071; XI - João Vitor Rodrigues de Souza, matrícula n.º 300178886; XII - Jonattas Afonso Oliveira Pacheco, matrícula n.º 300169993;
XIII - Josélia Pagani Ferreira, matrícula n.º 300151627;
XIV - Josineide Barbosa Leite Anastácio Ferreira, matrícula n.º 300138255; XV - Leticia Carpina Farias Casara, matrícula n.º 300178797;
XVI - Lucas Antonio Aires da Silva, matrícula n.º 300127160; XVII - Marcos Felipe Santos Silva, matrícula n.º 300173049; XVIII - Marcos Silva Almeida Júnior, matrícula n.º 300170429; XIX - Maria Adriana Reis de

Menezes, matrícula n.º 300178810;XX - Maria Carolina de

Carvalho, matrícula n.º 300121196;

XXI - Roberta Arroio, matrícula n.º 300178701;

XXII - Rodrigo Zschornack Gomes, matrícula n.º 300178750;

XXIII - Roseanna Nascimento Alves da Silva, matrícula n.º 300171478.§ 1º

Parágrafo único. Os servidores indicados no parágrafo único, do Art. 1º, desempenharão a função de membro de Comissão de Processamento e Apoio quando não estiverem representando a função de Pregoeiros Substitutos.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência. Publique-se.

Cumpra-se.

Israel Evangelista da Silva

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO
Nº. 059/2023/NP/SUPEL/RO

S
U
P
E
L

AVISO

Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, notadamente quanto ao credenciamento, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.

Dúvidas: (69) 3212-9243

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 059/2023/NP/SUPEL/RO

NESTE EDITAL, OS TERMOS “VALOR” e “PREÇO” DEVEM SER INTERPRETADOS COMO PERCENTUAL DE DESCONTO.

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. PREÂMBULO:

A **SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio de seu(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria nº **186/SUPEL-CI**, publicada no DOE do dia **07/12/2022**, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **059/2023/NP/SUPEL/RO**, do tipo **MAIOR DESCONTO NA TABELA SINAPI, adjudicação POR LOTE - Modo de disputa ABERTO**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as [Leis Federais nº 10.520/02](#) e [nº 8.666/93](#) e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os Decretos Estaduais [Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021](#), [nº 16.089/2011](#), [nº 18.340/2013](#), [nº 24.082/2019](#), [nº 25.969/2021](#) e [25.829/2021](#), [DECRETO Nº 27.382, DE 3 DE AGOSTO DE 2022](#), [Lei Complementar nº 123/06](#) e suas alterações, com a [Lei Estadual nº 2414/2011](#), e demais legislações vigentes, tendo como interessadas a **Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS**, **Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC**, **Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON** e o **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER**.

1.1.1. A Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico;

1.1.2. Sempre será admitido que o presente Edital de Licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, foi cuidadosamente examinado pelas LICITANTES, sendo assim, não se isentarão do fiel cumprimento dos dispostos neste edital e seus anexos, devido à omissão ou negligência oriunda do desconhecimento ou falsa interpretação de quaisquer de seus itens;

1.1.3. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>.

1.1.4. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

DATA DE ABERTURA: 29 de março de 2023.

HORÁRIO: às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA – DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

1.1.5. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.6. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília - DF.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

1.2. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO:

1.2.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do Processo Administrativo nº **0033.082011/2022-36**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2. O processo acima mencionado poderá ser consultado por meio do Sistema Eletrônico de Informações-SEI (<https://www.sei.ro.gov.br/sobre>).

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. Do Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de manutenção predial e serviços comuns de engenharia, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia.

2.1.1 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no endereço eletrônico – COMPRASNET/CATMAT, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas;

2.2. Dos Elementos Técnicos para Definir as Quantidades: Ficam aquelas estabelecidas **no item 8 do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.3. Das Obrigações da Futura Detentora do Registro: Ficam aquelas estabelecidas **no item 10 do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.4. Do Recebimento, da Forma de Entrega: Ficam aquelas estabelecidas **no item 12 do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.5. Do Prazo e Local de Entrega: Ficam aquelas estabelecidas **no item 14 do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

2.6. Da Garantia e da Validade: Ficam aquelas estabelecidas **no item 25 do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

3 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

3.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer cidadão e licitante poderá IMPUGNAR o instrumento convocatório deste PREGÃO ELETRÔNICO, conforme art. 24 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, devendo o licitante mencionar o número do pregão, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se PREFERENCIALMENTE via e-mail: atendimentosupel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornar sem efeito, pelo telefone (069) 3212-9243, ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência de Licitações, no horário das 07h30min. às 13h30min., de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas - Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Prédio Central – Rio Pacaás Novos, 2º Andar em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: 69.3212-9243.

3.1.1. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

a impugnação no prazo de até 1 (um) dia útil antecedente à data marcada para a abertura da licitação.

3.1.2. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto à **impugnação** será informada **preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e ainda através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Comprasnet**, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

3.1.3. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos Autos do processo de licitação.

3.1.4. Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

4 – DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E INFORMAÇÕES ADICIONAIS QUE DEVERÃO SER INCONDICIONALMENTE OBSERVADOS

4.1. Os pedidos de esclarecimentos, decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e seus anexos, e as informações adicionais que se fizerem necessárias à elaboração das propostas, referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao(a) Pregoeiro(a), **até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO**, conforme art. 23 do Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: atendimentosupel@gmail.com (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou equipe de apoio responsável, para não tornarem efeito, pelo telefone (069) 3212-9243 ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h: 30min. às 13h:30min. (Horário de Rondônia), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036, Telefone: 69.3212-9243, devendo o licitante mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processamento licitatório.

4.1.1. Até a data definida para a sessão inaugural, o(a) Pregoeiro(a) deverá disponibilizar a resposta dos esclarecimentos protocolados, caso contrário, o(a) Pregoeiro(a) antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do referido certame.

4.2. As respostas às dúvidas formuladas, bem como as informações que se tornarem necessárias durante o período de elaboração das propostas, ou qualquer modificação introduzida no edital no mesmo período, serão encaminhadas em forma de aviso de erratas, adendos modificadores ou notas de esclarecimentos, às licitantes que tenham adquirido o Edital.

5 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame.

5.1.1. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do **ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**.

5.2. Como requisito para participação no certame o Licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico: **Ciência as regras do edital**, assumindo que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA).

5.2.1. A falsidade das declarações, sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, Edital e nas demais cominações legais.

5.2.2. Os licitantes interessados em usufruir dos benefícios estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, deverão atender às regras de identificação, atos e manifestação de interesse, bem como aos demais avisos emitidos pelo Pregoeiro ou pelo sistema eletrônico, nos momentos e tempos adequados.

5.3. Poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO as empresas que:

5.3.1. Atendam às condições deste EDITAL e seus Anexos, inclusive quanto à documentação exigida para habilitação, e estiverem devidamente credenciados na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio do site www.comprasgovernamentais.gov.br/;

5.3.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e equiparadas, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5.3.2. Poderão participar desta Licitação, somente empresas que estiverem regularmente estabelecidas no País, cuja finalidade e ramo de atividade seja compatível com o objeto desta Licitação;

5.3.3. Poderão participar cooperativas e outras formas de associativismo, desde que, dependendo da natureza do serviço, não haja, quando da execução contratual, a caracterização do vínculo empregatício entre os executores diretos dos serviços (cooperados) e a pessoa jurídica da cooperativa ou a própria Administração Pública.

5.3.4. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet.

5.3.5. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao Sistema Eletrônico, no site www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.3.6. O credenciamento junto ao provedor do Sistema implica na responsabilidade legal única e exclusiva do Licitante, ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.3.7. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou da Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros.

5.3.8. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas ao provedor do Sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.4. Não poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, empresas que estejam enquadradas nos seguintes casos:

5.4.1. Que se encontrem sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

5.4.2. Sob a forma de consórcio;

5.4.3. Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública (Federal, Estadual e Municipal), durante o prazo de sanção; conforme art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

5.4.4. Empresa impedida de licitar e contratar com o Estado de Rondônia, durante o prazo da sanção; conforme art. 7º, da Lei nº 10.520/2002;

5.4.5. Empresa punida com suspensão temporária (art. 87, inciso III, da Lei nº 8.666/93) do direito de licitar e contratar com **a entidade ou a unidade administrativa que promover o certame**, durante o prazo o prazo de sanção;

5.4.5.1. Conforme Informação nº 28/2021/PGE-ASSESADM, a Administração não poderá inabilitar o licitante que tiver sofrido sanção de suspensão temporária de participação em licitação por entidade ou unidade administrativa distinta da que promover o certame, tendo em vista o teor do Acórdão nº 2.218/211-Plenário, Acórdão nº 902/2012-Plenário, Acórdão nº 3243/2012-Plenário e Acórdão nº 842/2013-Plenário, todos do Tribunal de Contas da União;

5.4.6. Empresário proibido de contratar com o Poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa), durante o prazo de sanção;

5.4.5. Empresário proibido de contratar com a Administração Pública, em razão do disposto no art. 72, parágrafo 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 (Lei de Crimes ambientais), durante o prazo de sanção;

5.4.6. Estrangeiras que não funcionem no País;

5.5. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação:

5.5.1. Servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 9º, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5.2. É vedada a participação de servidor público na qualidade de diretor ou integrante de conselho da empresa licitante, participante de gerência ou Administração da empresa, ou exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário. Conforme preceitua artigo 12 da Constituição Estadual c/c artigo 155 da Lei Complementar 68/92.

5.5.3. A Licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta de preços, independente do resultado do procedimento licitatório.

5.5.4. Uma Licitante, ou grupo, suas filiais ou empresas que fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, somente poderá apresentar uma única proposta de preços. Caso uma Licitante participe em mais de uma proposta de preços, estas propostas de preços não serão levadas em consideração e serão rejeitadas pela Entidade de Licitação.

5.5.4.1. Para tais efeitos entende-se que, fazem parte de um mesmo grupo econômico ou financeiro, as empresas que tenham diretores, acionistas (com participação em mais de 5%), ou representantes legais comuns, e aquelas que dependam ou subsidiem econômica ou financeiramente outra empresa.

6 – DA QUALIFICAÇÃO DAS ME, EPP, AGRICULTORES FAMILIARES, PRODUTORES RURAIS PESSOA FÍSICA, MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS E SOCIEDADES COOPERATIVAS DE CONSUMO.

6.1. As microempresas e das empresas de pequeno porte e empresas equiparadas a ME/EPP, agricultores

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

familiares, produtores rurais, pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas de consumo devem atender as disposições estabelecidas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais normas de estilo para fins de fruição dos benefícios ali dispostos.

7 – DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério de **MAIOR DESCONTO – sobre a (TABELA SINAPD, adjudicação por LOTE,** observadas as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho definidos no Edital.

7.1.1. O lance será realizado considerando o VALOR TOTAL de cada LOTE:

7.1.1.1. Exemplo: valor estimado para o lote 01 - R\$ 4.169.570,81, caso o menor preço obtido seja R\$ 3.752.613,73, o desconto obtido será de 10%. Desconto este que se dará sobre os valores inseridos nas Planilhas de Prováveis Materiais de Consumo de Construção Civil.

7.2. ATENÇÃO: O percentual de desconto obtido incidirá sobre os itens das planilhas referenciais disposta no item 28.2 SEJUS (0032029027), SESDEC (0032029225), IDARON (0032029320); e DER (0032029394) do Termo de Referência.

8 – DO REGISTRO (INSERÇÃO) DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

8.1.1 A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da Licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços com valor total do(s) itens/lotos (**CONFORME EXIGÊNCIA DO SISTEMA ELETRÔNICO**), **CONCOMITANTEMENTE OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** a partir da data da liberação do Edital no site www.comprasgovernamentais.gov.br, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento da proposta de preços. Durante este período a Licitante poderá incluir ou excluir proposta de preços.

8.1.1. O Licitante será inteiramente responsável por todas as transações assumidas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como verdadeiras e firmes suas propostas e subseqüentes lances, se for o caso (inciso III, Art. 13, Decreto nº 26.182/2021), bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão (inciso IV, art. 13, Decreto nº 26.182/2021).

8.1.2. As propostas de preços e documentos de habilitação registradas no Sistema Comprasnet, implicarão em plena aceitação, por parte da Licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos;

8.2. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, as Licitantes deverão **REGISTRAR** suas propostas de preços, no campo **“DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO”**, contendo a **DESCRIÇÃO DO OBJETO OFERTADO**, incluindo **QUANTIDADE, PREÇO** e a **MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA COMPRASNET)**, até a data e hora marcada para a abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de proposta.

8.2.1. As propostas registradas no Sistema **COMPRASNET NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE**, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas. Em caso de identificação da licitante na proposta registrada, esta será **DECLASSIFICADA** pelo (a) Pregoeiro(a).

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

8.3. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública..

8.4. **INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEMCOMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS.**

8.4.1. Decorridos 90 (NOVENTA) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos

8.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações **do objeto** descritas **no COMPRASNET e as especificações constantes no ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA)**, prevalecerão as últimas.

8.6. Na Proposta de Preços registrada/inserida no sistema deverão estar incluídos todos os insumos que o compõem, tais como: despesas com mão-de-obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto destalicitação, os quais deverão compor sua proposta.

09 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO DAS ME/EPP E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. A partir da data e horário estabelecido no subitem 1.1.4 de conformidade com o estabelecido neste Edital, o(a) Pregoeiro(a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no **Item 8.2** do Edital.

9.1.1. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para visualizar e analisar, preliminarmente, a proposta ofertada que se encontra inserida no campo “**DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO**” do sistema, confrontando suas características com as exigências do Edital e seus anexos(**podendo, ainda, ser analisado pelo órgão requerente**), **DECLASSIFICANDO**, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade, que forem omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

9.2. Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexecutável, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

9.3. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM **DECLASSIFICADAS** DO CERTAME PELO(A) PREGOEIRO(A).

9.4. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> conforme Edital.

9.5. Todas as licitantes poderão apresentar lances para os **LOTES** cotados, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

9.5.1. Assim como será lançada a proposta de preços, que deverá conter o menor preço ofertado, os lances serão ofertados observando que somente serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

9.6. A abertura e o fechamento da fase de lances “via Internet” será feita pelo(a) Pregoeiro(a), a qual é responsável somente pelo prazo iminente, sendo o Sistema Comprasnet, responsável pelo fechamento do prazo aleatório.

9.7. As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação;

9.8. A licitante somente poderá oferecer lances inferiores ao último por ele ofertado e registrado no sistema;

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser:

a) *1% (um por cento) - quando o valor total estimado do item for superior a R\$ 1.000.000,00*

9.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **MODO DE DISPUTA "ABERTO"**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

9.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance;

9.16. Sendo efetuado lance manifestamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) poderá alertar o proponente sobre o valor cotado para o respectivo item, através do sistema, o excluirá, podendo o mesmo ser confirmado ou reformulado pelo proponente;

9.16.1. A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do item;

9.16.2. O proponente que encaminhar o lance com valor aparentemente inexequível durante o período de encerramento aleatório, e, não havendo tempo hábil, para exclusão e/ou reformulação do lance, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta DESCLASSIFICADA na fase de aceitabilidade;

9.17. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema Eletrônico poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances;

9.17.1. O(a) Pregoeiro(a), quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados;

9.17.2. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes, através do CHAT MENSAGEM, no endereço eletrônico utilizado para divulgação no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

9.18. Incumbirá a licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo Sistema ou de sua desconexão;

9.19. A desistência em apresentar lance implicará exclusão da licitante da etapa de lances e na manutenção

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

do último preço por ela apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços;

9.20. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que declararam em campo próprio do sistema, que se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, e as demais licitantes, conforme determina a Lei Complementar 123/2006, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRASNET;

9.21. Fica assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar 123/2006.

9.22. Entende-se como empate àquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a proposta melhor classificada, depois de encerrada a etapa de lances;

9.23. Para efeito do disposto no item 9.21, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

9.23.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada como menor lance, situação em que será declarada vencedora da etapa de lances;

9.23.2. Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrarem na hipótese do item 9.19, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.23.3. Na hipótese de não-contratação nos termos previstos neste item, convocação será em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.23.4. O disposto no item 9.19 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.23.5. Ocorrendo a situação prevista no item 9.22.1, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.24. Em igualdade de condições, como critério de desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços:

- a) produzidos no País;
- b) produzidos ou prestados por empresas brasileiras;
- c) produzidos ou prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País (art. 3º, § 2º, incisos II, III e IV da Lei nº 8.666/93).
- d) Produzidos ou prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.25. Nos casos em que se refere o disposto no art. 45, § 2º da Lei Federal nº 8.666/93, após obedecido o disposto nos subitens antecedentes, o sistema Comprasnet **classificará automaticamente o licitante que primeiro ofertou o último lance.**

10 – DA NEGOCIAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

10.1. Após finalização dos lances haverá negociações e atualizações dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Comprasnet, devendo o(a) Pregoeiro(a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação, **apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.**

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

bem como, se o valor unitário e total encontram-se com no máximo 02 (duas) casas decimais;

10.1.1. O(a) Pregoeiro(a) não aceitará e não adjudicará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação, apurado pelo Setor de Pesquisa e Cotação de Preços da SUPEL/RO.

10.1.2. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o(a) Pregoeiro(a), poderá convocar no CHAT MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

10.2. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos *documentos complementares*, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11 – DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

11.1. Cumpridas as etapas anteriores, o(a) Pregoeiro(a) verificará a aceitação da licitante conforme disposições contidas no presente Edital.

11.1.1. Toda e qualquer informação, referente ao certame licitatório, será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do CHAT MENSAGEM;

11.2. Se a proposta de preços não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta de preços subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta de preços que atenda ao Edital;

11.2.1 Constatada a existência de proposta incompatível com o objeto licitado ou manifestadamente inexequível, o(a) Pregoeiro(a) obrigatoriamente justificará, por meio do sistema, e então **DECLASSIFICARÁ**.

11.2.1.1 O proponente que encaminhar o valor inicial de sua proposta manifestadamente inexequível, caso o mesmo não honre a oferta encaminhada, terá sua proposta rejeitada na fase de aceitabilidade.

11.2.1.2 Quando houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93.

11.2.1.3. Se, no curso da licitação, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a Pregoeira poderá diligenciar a disparidade dos preços ofertados pelos participantes em razão da estimativa inicial.

11.3. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades estabelecidas neste Edital;

11.4. O julgamento da Proposta de Preços dar-se-á pelo critério estabelecido no **ITEM 7.1** deste edital de licitação;

11.5. Para ACEITAÇÃO da proposta, o (a) Pregoeiro (a) e equipe de apoio analisará a proposta

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

anexada ao sistema quanto à conformidade do objeto proposto com o solicitado no Edital. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar relacionado à proposta, bem como a proposta ajustada ao valor do último lance ofertado e/ou valor negociado, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até **02 (duas) horas se outro prazo não for fixado.**

11.5.1. A PROPOSTA DE PREÇOS, com o valor devidamente atualizado do lance ofertado com a especificação completa do serviço, nela incluídas todas as despesas com a execução, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer **SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO, EM CASO DE DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS E DO PRAZO ESTIPULADO;**

11.5.1.1. **INDICAÇÃO EXPRESSA DA MARCA, MODELO, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA, BEM COMO PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA NÃO INFERIOR A 90 (NOVENTA) DIAS.**

11.5.2. As licitantes deverão cumprir os dispostos no Item 25 e subitens do Termo de Referência que dispõe acerca de **DA GARANTIA E DA VALIDADE.**

11.5.3. Na proposta deverá constar o preço, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas/custos com materiais, até o destino final, impostos, taxas, seguro, frete, transporte, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer.

11.5.4. O ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS, SOLICITADA NO **SUBITEM 11.5** DEVERÁ SER ANEXADA CORRETAMENTE NO SISTEMA COMPRASNET, SENDO A MESMA COMPACTADA EM 01 (UM) ÚNICO ARQUIVO (excel, word, Zip, doc, docx, .JPG ou PDF), TENDO EM VISTA QUE O CAMPO DE INSERÇÃO É ÚNICO; A SUPEL CUMPRIRÁ RIGOROSAMENTE **ART. 7º DA LEI Nº. 10.520/02.**

11.5.5. Caso a licitante de menor lance seja desclassificada, serão convocadas as licitantes na ordem de classificação de lance.

11.6. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo(a) Pregoeiro(a), via sistema ou por meio do CHAT MENSAGEM, ficando os licitantes obrigados a acessá-lo;

11.7. O(A) PREGOEIRO(A), EM HIPÓTESE ALGUMA, CONVOCARÁ O LICITANTE PARA REENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS FORA DO PRAZO PREVISTO NO **SUBITEM 11.5.**

11.7.1. Caso a empresa identifique a necessidade de reenvio de documento (proposta ou prospecto) a solicitação deverá ser realizada dentro do prazo estabelecido no **subitem 11.5** do Edital.

11.8. Havendo apenas uma oferta, esta poderá ser aceita, desde que atenda a todos os termos do Edital e seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, e atualizado;

11.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital.

11.9.1. Na situação em que houver oferta ou lance considerado qualificado para a classificação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar com a licitante para que seja obtido um preço melhor.

11.10. A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior a sessão de lances, a critério do(a) Pregoeiro(a) que comunicará às licitantes por meio do sistema eletrônico, via CHAT MENSAGEM;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

11.11.(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo Sistema Eletrônico, contraproposta diretamente a licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja obtido um preço justo, bem assim decidir sobre a sua aceitação, divulgando ACEITO, e passando para a fase de habilitação;

11.12.A(S) EMPRESA(S) PARTICIPANTE(S) DO CERTAME DEVERÁ(ÃO) APRESENTAR A(S) PROPOSTA(S) DE PREÇO(S) CONSTANDO TODOS OS CUSTOS ENVOLVIDOS, ONDE DEVERÃO SER ESPECIFICADOS OS VALORES, CONSTANDO NO FINAL O VALOR GERAL A SER PAGO PELA CONTRATANTE ANUALMENTE.

12 – DAS CORREÇÕES ADMISSÍVEIS

12.1. Nos casos em que o(a) Pregoeiro(a) constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

12.1.1. Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;

12.1.2. Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

13 – DA HABILITAÇÃO DA(S) LICITANTE(S)

13.1. Concluída a fase de ACEITAÇÃO, ocorrerá a fase de habilitação da(s) licitante(s);

13.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedoros – CAGEFOR da SUPEL, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

13.1.3. Os cadastros supramencionados serão consultados pelo(a) Pregoeiro(a), onde seus respectivos certificados, relatórios e declarações, serão inclusos aos autos.

13.1.4. O licitante que não possuir o cadastro nesta Superintendência poderá providenciá-lo antes da data de abertura da sessão, no Setor de Protocolo da SUPEL, podendo obter informações por meio do telefone (69) 3212-9242.

13.2. Ressalvado o disposto no item 13.1.2, os licitantes deverão encaminhar concomitantemente com a proposta de preços, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

13.3. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL:

a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

de adimplemento;

- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.4. RELATIVOS À REGULARIDADE TRABALHISTA:

- a) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

13.5. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada -EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 7.775, de 2012](#).
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.5.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

13.6. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a.1). Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.

a.2) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

a) Balanço Patrimonial, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), *de 5% (CINCO por cento)* do valor estimado do item que o licitante estiver participando.

a.1) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciados;

a.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotese em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

a.3) as regras descritas nos itens b.1 e b.2 deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

13.7. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

13.7.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, as empresas interessadas em participar do certame, deverão apresentar **atestado de capacidade técnica**, (declaração ou certidão) fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o fornecimento em contrato pertinente e compatível **com o objeto da licitação**, observando-se para tanto o disposto na [Orientação Técnica 01/2017/GAB/SUPEL de 14/02/2017](#).

13.7.1.1. Apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em características e quantidades conforme detalhamento abaixo:

13.7.1.2. Para os Lotes I, II, III, IV, V, VI e VII - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo cimento, areia, brita, tinta; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes I, II, III, IV, V, VI e VII;

13.7.1.3. Para os Lotes VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, regua de pedreiro, desempenadeira; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

valor estimado individual para cada um dos Lotes VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV;

13.7.1.4. Para os Lotes XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XI - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade possua de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XI.

13.8. O pregoeiro poderá solicitar ao licitante melhor classificado que, no prazo de até 120 (cento e vinte) minutos, envie *documentos complementares*, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 120 (cento e vinte) minutos se outro prazo não for fixado.

13.8.1. Toda e qualquer informação, referente à convocação do anexo será transmitida pelo Pregoeiro, através do sistema eletrônico.

13.8.2. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRASNET TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

13.9. A documentação de habilitação enviada implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, vinculando o seu autor ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame;

13.10. O(a) Pregoeiro(a) poderá suspender a sessão para análise da documentação de habilitação.

13.11. O não envio dos anexos ensejará à licitante, as sanções previstas neste Edital e nas normas que regem este Pregão.

13.12. Para fins de habilitação, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgão e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova;

13.12.1. A Administração não se responsabiliza pela perda de negócios quanto aos documentos exigidos para habilitação que puderem ser emitidos pelo(a) Pregoeiro(a) via *on line*, gratuitamente, quando da ocorrência de eventuais problemas técnicos de sistemas ou quaisquer outros, pois é de inteira responsabilidade das licitantes a apresentação dos documentos exigíveis legalmente quando da convocação, pelo(a) Pregoeiro(a), para o envio dos mesmos.

13.13. As LICITANTES que deixarem de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a Habilitação na presente licitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

13.14. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

13.14.1. Havendo alguma restrição na comprovação da Regularidade Fiscal e Trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, nos termos do Decreto Estadual nº 21.675/2017.

13.14.2. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no subitem **13.14.1**, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

junho de 1993, sendo facultado à SUPEL convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura/retirada do Instrumento Contratual, ou revogar a licitação;

13.15. Serão realizadas consultas, ao **Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP**, instituído pela Lei Estadual nº 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal nº 12.846/2013)**, **Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF**, **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo **Conselho Nacional de Justiça** (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

13.15. Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

13.15.1. Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue:

- a) *Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;*
- b) *Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;*

13.15.2. No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa.

13.17. Na fase de **Habilitação**, após **ACEITA e comprovada a Documentação de Habilitação**, o(a) **Pregoeiro(a) HABILITARÁ a licitante, em campo próprio do sistema eletrônico.**

13.18. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

14 – DOS RECURSOS

14.1. Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas razões sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 20 (vinte) minutos.

14.2. Será concedido à licitante que manifestar a intenção de interpor recurso o prazo de **03 (três) dias para apresentar as razões recursais**, ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo dorecorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos (redação conforme o inc. XVIII, art. 4º, Lei Federal nº 10.520/2002).

14.2.1. A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (campo próprio do sistema Comprasnet), devendo o licitante observar as datas registradas.

14.3. A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo(a) Pregoeiro(a) ao vencedor.

14.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. A decisão do(a) Pregoeiro(a) a respeito da apreciação do recurso deverá ser motivada e submetida à apreciação da Autoridade Competente pela licitação, caso seja mantida a decisão anterior.

14.6 A decisão do(a) Pregoeiro(a) e da Autoridade Competente será informada em campo próprio do Sistema Eletrônico, ficando todos os licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a).

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

14.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a **Autoridade Competente adjudicará o objeto e homologará** o resultado da licitação para determinar a contratação.

14.8. Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, na SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL, caso não esteja disponível no Sistema de Eletrônico de Informação (SEI).

14.9. Cabe ainda, recurso contra a decisão de:

a) Anular ou revogar o Pregão Eletrônico;

b) Determinar a aplicação das penalidades de advertência, multa, suspensão temporária do direito deliciar e contratar com o Governo do Estado de Rondônia.

14.9.1. Os recursos acima deverão ser interpostos no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, e terão efeito suspensivo;

14.9.2. A intimação dos atos referidos no subitem 14.9, alíneas “a” e “b”, será feita mediante publicação na imprensa oficial e comunicação direta às licitantes participantes do Pregão Eletrônico, que poderão impugná-los no prazo de 05 (cinco) dias úteis;

14.9.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão acolhidos;

14.9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar a sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou nesse mesmo prazo fazê-lo subir, devidamente informados, devendo, nesse caso, a decisão ser proferida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso.

15 – DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

15.1. Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o(a) Pregoeiro(a) declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) ITENS ADJUDICANDO-O.

15.2. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do Pregão Eletrônico constarão de ata divulgada no Sistema Eletrônico <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

15.3. A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo(a) Pregoeiro(a) sempre quando não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela Autoridade Competente que decidiu o recurso.

15.4. A homologação da licitação é de responsabilidade da Autoridade Competente e só poderá ser realizada depois da adjudicação.

15.5. Quando houver recurso e o(a) Pregoeiro(a) mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à Autoridade Competente para decidir acerca dos atos do(a) Pregoeiro(a).

16. DO REGISTRO DE PREÇOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

16.1. Homologada a licitação pela Autoridade Competente, a Ata de Registro de Preços será publicada na imprensa Oficial, momento em que terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.2. A Ata de Registro e Preços terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

16.3. Os contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços terão sua vigência em conforme as disposições contidas no art. 57, da Lei nº 8.666/93.

16.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

16.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

16.6. A ata de registro de preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão a Decreto Estadual nº 18.340/2013, Lei Federal nº 8.666/93 demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

16.7. Nos termos do Decreto Estadual 18.340/13 e suas alterações, a Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

16.8. Em atendimento ao Art.14, I, do Decreto n. 18.340, de 2013, poderão ser incluídas na Ata de Registro de Preços, o registro dos licitantes que aceitarem preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

16.9. Para o cadastro reserva disposto no item 16.8 o Pregoeiro realizará as convocações no chat de mensagens durante o transcurso da sessão pública.

16.10. Os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços- ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado. (Artigo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

16.10.1. A revisão de preços prevista no caput precederá de requerimento: (Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

16.10.1.1. Do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

16.10.1.2. Pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado. (Inciso acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).

16.10.2. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem desclassificação original para que manifestem interesse em manter o preço

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no **caput** deste artigo. **(Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).**

16.10.3. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará o licitante na ordem desclassificação original para que manifeste interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata. **(Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).**

16.10.4. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro. **(Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).**

16.10.4.1. Para fins deste Decreto e do Sistema de Registro de Preços - SRP, por ele regulamentado, o órgão gerenciador do registro de preços, fixará por meio de Portaria, a forma de apuração do preço de mercado para efetivação de ajustes decorrentes das Atas de Registro de Preços. **(Parágrafo acrescido pelo Decreto nº 25.969, de 7/4/2021).**

17 – DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrentes, dentro do prazo de validade do Registro de Preços, por meio de instrumento próprio ou, quando dispensados, a execução será realizada por meio da emissão de nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 62, da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.2. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será de até 12 meses, observado o artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/1993.

17.3. Após a homologação da licitação, o adjudicatário terá o prazo de 05 dias úteis, contados a partir de sua convocação, para retirada do instrumento equivalente (Nota de Empenho, Carta Contrato e outros).

17.4. O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18 – DO PAGAMENTO

18.1. Conforme estabelecido no item 17 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

19 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Conforme estabelecido no item 19 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

20 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Conforme estabelecido no item 10 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

21 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

21.1. Conforme estabelecido no item 11 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

22 – DA TRANSFERÊNCIA/CESSÃO OU SUBCONTRATAÇÃO

22.1. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

23 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

23.1. Tendo em vista que o processo em tela visa a à elaboração de ata de registro de preços, deixa-se de indicar, neste momento, a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa, o que será feito quando da efetivação da contratação.

24 – DAS CONDIÇÕES GERAIS

24.1. A Administração Pública se reserva no direito de:

24.1.1. Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

24.1.2. Revogar por interesse da Administração Pública em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que à Licitante tenha direito a qualquer indenização.

24.2. Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

24.3. O(a) Pregoeiro(a) ou a Autoridade Competente, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

24.4. As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

24.5. Após apresentação da proposta de preços, não caberá desistência desta, sob pena da licitante sofrer as sanções previstas no art. 7º, da Lei Federal nº. 10.520/2002 c/c as demais normas que regem esta licitação, salvo se houver motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceita pelo (a) Pregoeiro (a).

24.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto.

24.7. O licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciada no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a(s) penalidade(s) no SICAF, e no CAGEFIMP (Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, nos termos da Lei nº. 2.414, de 18, de fevereiro de 2011 e Decreto nº. 16089, DE 28 DE JULHO DE 2011)

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

24.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no órgão responsável pela licitação.

24.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços de preços, durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

24.10. Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado a proposta de preços.

24.11. As normas que disciplinam este Pregão Eletrônico serão sempre interpretadas, em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Administração Pública, a finalidade e a segurança da contratação.

24.12. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões (contrato) que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, de acordo com o Parágrafo Primeiro do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

24.13. As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do CONTRATADO de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

24.14. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

24.15. Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

24.16. Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o Termo de Referência, e por último os demais anexos.

24.17. Aos Casos Omissos, serão solucionados diretamente pelo(a) Pregoeiro(a) ou autoridade Competente, observados os preceitos de direito público e as disposições que se aplicam às demais condições constantes na [Lei Federal nº. 10.520](#), de 17 de julho de 2002, no Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, e subsidiariamente, na [Lei Federal nº. 8.666](#), de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e ainda, Lei complementar nº. 123/06 e alterações.

24.18. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na [Lei 8.666/93](#).

24.18.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desse que ocorra motivo justificado aceito pela Administração;

24.18.2. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório,

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista na Lei nº 8.666/93.

24.19. O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/> e alternativamente no site www.supel.ro.gov.br.

24.20. Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

24.21. Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo telefone/fax **(069) 3212-9243**, ou na sede SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES – SUPEL/RO.

24.22. O Foro para dirimir os possíveis litígios que decorrerem do presente procedimento licitatório será o da Comarca de Porto Velho/RO.

25 – ANEXOS

25.1. Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II - SAMS

ANEXO III – Quadro Estimativo de preços

ANEXO IV – Modelo de Proposta

ANEXO V – Minuta da Ata de Registro de Preços

Porto Velho-RO, 14 de março de 2023.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira SUPEL-KAPPA

Mat. 300094012

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

ANEXO I DO EDITAL - TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de manutenção predial e serviços comuns de engenharia, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia, conforme especificações e condições constantes deste Termo de Referência.

NOTAS: A Instrução Normativa nº 1/2022/SEOSP-GAB traz os conceitos e identifica as condicionantes para o enquadramento, como serviços comuns de engenharia, tendo como parâmetro a inexistência de "inovação significativa do espaço físico e/ou alteração substancial das características originais de bem imóvel".

De acordo com essa Instrução são aplicáveis ao Sistema de Registro de Preços, com condicionantes específicas à cada caso: Recuperação; Reforma; Conserto; Conservação; Demolição; Instalação; Manter; Manutenção predial; Montagem; Operação; Reparação; Transporte; Elaboração de Projeto Básico.

SUMÁRIO

[ÓRGÃOS PARTICIPANTES](#)

[DA JUSTIFICATIVA](#)

[JUSTIFICATIVA PELA NÃO APLICABILIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017](#)

[ELEMENTOS TÉCNICOS PARA DEFINIR AS QUANTIDADES](#)

[DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO](#)

[OBRIGAÇÕES DA FUTURA DETENTORA DO REGISTRO](#)

[DEVERES DO ÓRGÃO CONTRATANTE](#)

[DO RECEBIMENTO, DA FORMA DE ENTREGA](#)

[CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA](#)

[DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA](#)

[DA FISCALIZAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO](#)

[DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

[PAGAMENTO:](#)

[DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS](#)

[SANÇÕES](#)

[DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

[DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO](#)

[DO REAJUSTAMENTO](#)

[DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)

[DA GARANTIA E DA VALIDADE:](#)

[RELATIVOS Á DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO](#)

[DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

[DOS ANEXOS](#)

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

1. ÓRGÃOS PARTICIPANTES

1.1. Unidades Orçamentárias:

- 1.1.1. Secretaria de Estado de Justiça - SEJUS
- 1.1.2. Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC
- 1.1.3. Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON
- 1.1.4. Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. É notória a necessidade de execução de serviços comuns de engenharia nas sub unidades do Estado que não estão localizadas no Complexo Rio Madeira. Tais sub unidades fazem parte integrante de alguns órgãos estaduais que possuem extensão administrativa, como por exemplo: SEJUS, SESDEC, IDARON e DER. O procedimento de manutenção é considerado moroso, quando há ausência de insumos para a execução desses serviços.

2.2. A importância dos serviços comuns de engenharia se deve ao número de edificações a serem mantidas durante considerável período de tempo. Segundo pesquisas realizadas, a vida útil global de uma edificação de alvenaria é de oitenta anos (Maffei, 1992, p.24-25). Entretanto, há que se considerar o fato da necessidade de manutenções corretivas nas edificações.

2.3. Apesar da construção do Complexo Rio Madeira, alguns órgãos estaduais mantêm sub unidades subordinadas que necessitam de manutenção, como por exemplo, a SEJUS que controla as unidades prisionais do Estado, SESDEC com as delegacias, quartéis e outros, IDARON com os postos fiscais e unidades locais de sanidade animal e vegetal e DER com suas residências regionais e usinas de asfalto.

2.4. Podemos concluir que a média dos prédios públicos localizados fora do Complexo, alguns datam de aproximadamente 30 (trinta) anos, como por exemplo, algumas sub unidades da Secretaria de Estado da Segurança - SESDEC, tais edificações não recebem as devidas manutenções prediais por um longo período. Por esta razão, os prédios se tornaram velhos e antigos, com estado precário de uso.

2.5. As unidades prisionais, pertencentes à SEJUS, de igual forma necessitam de reparos imediatos, considerando a superlotação e como consequência a realização de motins. É possível verificar que no histórico de depredações realizadas pelos presidiários, fica evidente a necessidade de manutenção corretiva imediata.

2.6. Todos os problemas gerados por falta de manutenção predial abrangem:

- a) Ambientes de trabalhos totalmente insalubres;
- b) Salas inutilizadas por falta de condições de uso;
- c) Armazenamento inadequado dos seus almoxarifados, acarretando muitas vezes em perdas, furtos entre outras complicações;
- d) Estrago de documentos físicos devido as salas úmidas, com mofo e água por causa das telhas quebradas que geram vazamento da chuva para dentro das salas e constantes infiltrações;
- e) Servidores com graves problemas de saúde por estarem expostos em condições insalubres e precários;
- f) Entre outros.

2.7. Ressalta-se ainda, que todos esses problemas supracitados acarretam paralisação nas atividades, tendo interrupção no atendimento a população.

2.8. Outro fator importante que influencia sobre o modo nos prédios, são as características peculiares de cada região, que diminuem particularmente a vida útil das edificações. O fator climático é predominante na

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

conservação dos imóveis, pois a época de chuvas constantes, com o clima úmido do nosso Estado entre outros aspectos que podem ocasionar maior deterioração do que em outras regiões do país.

2.9. Por esta razão, é essencial a aquisição dos materiais da Tabela SINAPI, para execução de serviços comuns de engenharia e suprir dessa forma, as necessidades das unidades na capital e interior do estado.

2.10. Considerando que o Sistema de Registro de Preços oferece maior agilidade na aquisição, e tendo como base o artigo 15, inciso II da Lei 8.666/93, optou-se efetuar a aquisição através do Sistema de Registro de Preços.

2.11. A adoção do Sistema de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material de construção civil, sob os itens constantes na Tabela SINAPI, por um período de 12 (doze) meses, enquadra-se no Decreto Estadual nº 18.340/2013, artigo 3º, inciso I e II, além do artigo 26º, § 13.

"I – quando pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes, com maior celeridade e transparência;"

"II – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas..."

" § 13. Salvo quanto aos serviços comuns de engenharia, assim compreendidos aqueles passíveis de definição objetiva consoante conforme especificações usuais no mercado, e cuja natureza seja padronizável, é vedada a realização de registro de preços para aquisição de materiais de construção civil e para execução de serviços de engenharia. (Redação dada pelo Decreto n. 26.224, de 12/07/2021)"

2.12. SOBRE A ADEQUAÇÃO DO PEDIDO (§§ 13 E 14, ART. 26 DO DECRETO Nº 18340 DE 06/11/2013)

2.12.1. Trata-se de manifestação quanto a especificação completa do objeto e referente aos §§ 13 e 14, do art. 26, do Decreto Estadual nº 18.340/2013 transcritos à seguir:

§ 13. Salvo quanto aos serviços comuns de engenharia, assim compreendidos aqueles passíveis de definição objetiva consoante conforme especificações usuais no mercado, e cuja natureza seja padronizável, é vedada a realização de registro de preços para aquisição de materiais de construção civil e para execução de serviços de engenharia. (Redação dada pelo Decreto n. 26.224, de 12/07/2021)

§ 14. Nos casos do parágrafo anterior, o procedimento de liberação ao Órgão gerenciador ou de adesão à ata do registro de preços, deverá ser instruído com a manifestação do profissional habilitado sobre a adequação do pedido, atestando a conformidade deste com a Norma Técnica vigente, bem como todos os estudos técnicos preliminares exigíveis no inciso IX do artigo 6º, combinado com o artigo 7º da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993. (Redação dada pelo Decreto n. 24.121, de 1º/08/2019)

2.12.2. Conforme este termo de referência, o registro de preços visa a Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de serviços comuns de engenharia, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia.

2.12.3. Tais aquisições são essenciais para a garantia do regular funcionamento das edificações dos órgãos participantes, os quais compreendem uma grande quantidade de unidades, sendo 53 unidades da SEJUS, 289 da SESDEC, 83 do IDARON e 20 do DER. A disponibilidade desses materiais permitem a execução de uma gama de serviços (dentre eles os comuns, os comuns de engenharia, de manutenção predial), onde destacamos os mais rotineiros: Pintura; Substituição de Esquadrias; Adequações Elétricas; Reparos de Coberturas; Consertos em rede hidráulica e sanitária.

2.12.4. Além do que, diversas demandas de serviços comuns de engenharia, em especial as vindas do Poder Judiciário e alguns órgãos de fiscalização, concedem prazos insuficientes para realizar um procedimento para contratação de execução indireta dos serviços cobrados e a assim a forma direta de execução vem dando resultados cada vez melhores e evitando inclusive algumas punições/multas.

2.12.5. Temos registro de que há pelo menos 7 anos adota-se em alguns dos órgãos participantes, a aquisição de insumos por meio de registro de preços com o intuito de executar diretamente de alguns serviços nas suas edificações.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

2.12.6. A vantagem em se manter registro de preços para este fim é a imprevisibilidade que há em muitas demandas relacionadas à conservação, reparação ou manutenção dos prédios públicos, aliada com a dificuldade ou impossibilidade de se levantar com precisão as especificações e quantitativos de insumos necessários.

2.12.7. Trazendo um histórico da utilização de registro de preços para compra de materiais de construção civil, tem-se que os primeiros registros de preços, com o objetivo de conservação das edificações, definiam as especificações dos insumos a adquirir, ocorre que o campo da construção civil possui uma quantidade de insumos enorme, sendo que mesmo para pequenas edificações, há centenas de insumos necessários para manter, reparar ou conservá-las. E assim, por maior que fosse a lista de materiais definidos no registro de preços, corriqueiramente os estabelecimentos demandavam materiais não disponíveis.

2.12.8. Diante dessa problemática, a Supel lançou a partir do ano de 2017 registro de preços para aquisição de insumos da tabela Sinapi, a qual conta com uma lista de cerca de 5.000 mil insumos (especificações e valores e referência), sendo que o critério de escolha da proposta vencedora é o maior desconto sobre a tabela, e a estimativa de consumo não traz itens e sim valores monetários, conforme histórico de aquisições anteriores.

2.12.9. Retornando à adequação do pedido referente aos §§ 13 e 14, do art. 26, do Decreto Estadual nº 18.340/2013 como dito o objetivo é dispor de materiais para execução de serviços comuns de engenharia, visto que todos os serviços são passíveis de definição objetiva conforme especificações usuais no mercado, e de natureza seja padronizável.

2.12.10. Os órgãos participantes possuem, cada um com suas peculiaridades, condições de executar tais serviços por disporem de corpo técnico para o acompanhamento e fiscalização do emprego dos materiais, seja com a utilização de mão de obra própria ou terceirizada.

2.12.11. A Secretaria de Obras e Serviços Públicos, conforme preconiza o § 16., expediu a **Instrução Normativa nº 1/2022/SEOSP-GAB (id. [0023902774](#))** publicada Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 26 de 09/02/2022, que definiu os princípios, conceitos e diretrizes com a finalidade de enquadramento e classificação de objeto como "serviço comum de engenharia" e em consulta à instrução se comprova o enquadramento do objeto deste termo. Sendo que os serviços possuem especificações usuais de mercado e possuem padronização (independente da localidade do Estado), seja pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou pelos próprios fabricantes dos materiais os quais se alicerçam em estudos técnicos.

3. DA JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA - SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA/SEJUS

3.1. O registro de preços visa possibilitar a execução de serviços comuns de engenharia no âmbito dos órgãos participantes visto que, atualmente, o registro de preços de material de construção disponível, é destinado apenas à manutenção predial.

3.2. Assim, apesar de possuir corpo técnico e mão de obra disponível, não possuímos mecanismos para a rápida aquisição de materiais de construção civil que não forem configurados como manutenção predial, estando desassistidas, por exemplo, as aquisições de materiais que visem adequações e adaptações, tão necessárias para o desenvolvimento e melhoria das atividades nas edificações penais.

3.3. Essas unidades prisionais, de igual forma necessitam de reparos imediatos, sobretudo, considerando as superlotações e como consequência de motins e depredações tais reparos devem ser céleres. É possível verificar, pelo histórico de depredações causadas pelos presidiários, a necessidade de intervenções imediatas.

3.4. Também há que se destacar as constantes necessidades de adaptações dos estabelecimentos penais por necessidade de modernizar os atendimentos oferecidos à população carcerária, visto que as edificações mais antigas normalmente não disponibilizam aos apenados os ambientes mínimos para o atendimento da lei de execuções penais e as Diretrizes Básicas para arquitetura penal emanadas pelo Conselho Nacional de Políticas Criminal e Penitenciária - CNPCP.

3.5. Da lei de execuções penais destaco à seguir os artigos 40 e 41, que trazem os direitos do preso:

LEI Nº 7.210, DE 11 DE JULHO DE 1984.

SEÇÃO II

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Dos Direitos

Art. 40 - Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios.

Art. 41 - Constituem direitos do preso:

I - alimentação suficiente e vestuário;

II - atribuição de trabalho e sua remuneração;

III - Previdência Social;

IV - constituição de pecúlio;

V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;

VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;

VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;

VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;

IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;

X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

XI - chamamento nominal;

XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.

3.6. Das Diretrizes Básicas para arquitetura penal destaco à seguir o Anexo V, que traz o programa de necessidades para os estabelecimentos penais:

Diretrizes Básicas para arquitetura penal

ANEXO V




Programas para Estabelecimentos Penais

Os projetos para estabelecimentos penais deverão prever, conforme o caso e o uso a que se destina o estabelecimento, os módulos conforme o programa de necessidades, atendendo atividades: a) administrativas; b) de almoxarifado; c) de atuação de estagiários; d) de serviços⁶ (alimentação, lavanderia, manutenção); e) de convivência; f) de solário; g) de refeição; h) religiosas; i) educativas; j) esportivas e de lazer; k) laborais; l) de visitas às pessoas; m) de visita íntima; n) de atendimento médico; o) de atendimento odontológico; p) de atendimento psicológico; q) de atendimento do serviço social; r) de atendimento jurídico; s) de comunicação reservada entre a pessoa presa e seu advogado; t) de enfermaria; u) de alojamento para agentes ou monitores; v) de alojamento para guarda externa; w) de berçário e/ou creche.

Tabela 6: Tabela Síntese de Programa de Necessidades Geral por Estabelecimento Penal

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Estabelecimento penal	Penitenciária	Colônia⁷	Cadeia pública	COC⁸	Casa do Albergado	SAPJ⁹	CPMA¹⁰
Módulos							
Guarda Externa							
Agente Penitenciário / Monitor							
Administração							
Recepção/revista							
Centro observação / triagem / inclusão							
Tratamento Penal							
Vivência coletiva							
Vivência individual							
Serviços							
Saúde							
Tratamento para dependentes químicos							
Oficina de trabalho							
Educativo							
Polivalente							
Creche							
Berçário							
Visita íntima							
Esportes							

Legenda:  Existência obrigatória
 Existência facultativa
 Não é necessário

3.7. Dessa forma, considerando a grande quantidade de unidades existentes no Estado, a imprevisibilidade de muitas demandas de infraestrutura e a possibilidade desta SEJUS executar diretamente serviços comuns de engenharia, entendemos que o Registro de Preços é a melhor opção para o caso, posto que, é um mecanismo econômico e simples para que a Administração Pública possa adquirir os insumos necessários para a execução desses futuras e eventuais serviços. Segue tabela das regionais, estabelecimentos penais e demais edificações da Sejus à serem beneficiadas com o Registro de Preços.

Tabela 1 - Demonstrativo das regionais, estabelecimentos penais e demais edificações da Sejus.

REGIONAL	MUNICÍPIO	UNIDADES	ENDEREÇO
-	PORTO VELHO	Sede Administrativa	Avenida Farquar, nº 3450, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-432
REGIONAL 1	PORTO VELHO	Casa de Detenção Dr. José Mario Alves da Silva SEJUS-URSOBRANCO	Estrada da Penal, km 4,5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Penitenciária Estadual Aruana SEJUS-PEA	Estrada Da Penal, km 08 , Zona Rural
	PORTO VELHO	Penitenciária Estadual Edvan Mariano Rosendo SEJUS-PANDA	Estrada da Penal , km 4,5– Zona Rural

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	PORTO VELHO	Penitenciária de Médio Porte SEJUS-PANDINHA	Estrada da Penal, km 4,5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Casa da Cidadania SEJUS-GERES	Estrada da Penal, km 4,5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Centro de Ressocialização Suely Maria Mendonça SEJUS-CRSM	Rua Antônio Violão, s/n - Escola de Polícia
	PORTO VELHO	Unidade Semiaberto e Aberto Feminino e Albergue Masculino SEJUS-USAFAM	Rua Barbosa, 517 – Bairro Arigolândia
	PORTO VELHO	Colônia Agrícola Penal Ênio dos Santos Pinheiro SEJUS-CAPEPI	Estrada da Penal, km 4,5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Unidade de Atenção Psicossocial da Pessoa Com Transtorno Mental em Conflito com a Lei SESAU-CCC	Estrada da Penal, km 5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Centro de Ressocialização Vale do Guaporé SEJUS-CRVDG	Estrada da Penal, km 5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Penitenciária Estadual Milton Soares de Carvalho SEJUS-PEMS	Estrada da Penal, km 6 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Penitenciária Estadual Jorge Thiago Aguiar Afonso SEJUS-PEJTAA	Estrada da Penal, km 6,5 – Zona Rural
	PORTO VELHO	Unidade de Monitoramento Eletrônico do Sistema Prisional SEJUS-UMESP	Rua Pio XII, 2602 – Bairro Liberdade
	PORTO VELHO	Fazenda do Futuro SEJUS-GERES	Estrada da Penal, km 4,5 – Zona Rural
	GUAJARÁ MIRIM	Penitenciária Regional de Nova Mamoré SEJUS-PRNMA	BR 425, km 40 – Área Rural
	GUAJARÁ MIRIM	Casa de Detenção de Guajará-Mirim SEJUS-CDGUM	Av. Mascarenhas de Moraes, 1649 – Bairro 10 de Abril
	GUAJARÁ MIRIM	Unidade Semiaberto e Aberto Masculino de Guajará Mirim SEJUS-USAGUM	Av. Duque de Caxias, 3290 – Bairro Santa Luzia
	GUAJARÁ MIRIM	Casa de Detenção Feminina de Guajará-Mirim SEJUS-CDFGUM	Av. Antônio Correia da Costa, s/n – Industrial

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	ARIQUEMES	Casa do Albergado e Presídio Feminino de Ariquemes SEJUS-CAPFARI	Rua Caraíbas, s/n – Setor Grandes Areas
	ARIQUEMES	Centro de Ressocialização de Ariquemes SEJUS-CRARI	Linha 75, km 1 – Lote 28-A
	MACHADINHO DO OESTE	Centro de Ressocialização de Machadinho do Oeste SEJUS-CRMDO	RO 133, km 6, s/n – Setor Rural
	BURITIS	Centro de Ressocialização Jonas Ferreti SEJUS-CRJF	Estrada Projetada, km 7 – Zona Rural
REGIONAL 2	JI-PARANÁ	Penitenciária Agenor Martins de Carvalho SEJUS-PRAMC	Estrada do Nazaré, km 4,5 – Setor Rural
	JI-PARANÁ	Casa de Detenção de Ji-Paraná SEJUS-CDJP	Rua 02 de abril, s/n – Bairro Urupá
	JI-PARANÁ	Presídio Semi-Aberto de Ji-Paraná SEJUS-PSAJP	Estrada do Nazaré, km 4,5 – Setor Rural
	JI-PARANÁ	Unidade de Monitoramento de Ji-Paraná SEJUS-UMJP	Rua 02 de abril, 1360 – Bairro Urupá
	JI-PARANÁ	Conselho Agrícola Penal	Estrada do Nazaré, km 4,5 – Setor Rural
	PRESIDENTE MÉDICI	Cadeia Pública de Presidente Médici SEJUS-CPPME	Rua Minas Gerais, nº 2776 – Bairro Centro
	ALVORADA DO OESTE	Centro de Ressocialização de Alvorada do Oeste SEJUS-CRADO	RO-473, km 2,5 – Setor Rural
	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Casa de Detenção de São Miguel do Guaporé SEJUS-CDSMG	Rua D. Pedro II, 2605 – Centro
	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Casa de Detenção de São Francisco do Guaporé SEJUS-CDSFG	Av. Brasil, 3742 – Centro
	COSTA MARQUES	Casa de Detenção de Costa Marques SEJUS-CDCMA	Rua Cabixi, 1666. Setor II – Centro
	OURO PRETO DO OESTE	Casa de Detenção de Ouro Preto do Oeste SEJUS-CDOPO	Rua Padre Adolpho Rolh, 793 – Jd. Bandeirantes
	JARU	Casa de Detenção de Jaru SEJUS-CDJAR	Rua Raimundo Catanhede, 824 – Setor 02

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	JARU	Casa de Prisão Albergue e Semi-Aberto de Jaru SEJUS-CPASJAR	Rua Princesa Isabel nº 740 – Setor 02 .
	JARU	Presídio Feminino de Jaru SEJUS-PFJAR	Rua Raimundo Catanhede, 886 – Setor 02
	JARU	Cadeia Pública de Jaru	Lote 94-A1, Gleba 62 – Zona Rural
REGIONAL 3	ALTA FLORESTA D'OESTE	Cadeia Pública de Alta Floresta D'Oeste SEJUS-CPAFO	Av. Amapá, s/n – Bairro Santa Felicidade
	SANTA LUZIA D'OESTE	Cadeia Pública de Santa Luzia D'Oeste SEJUS-CPSLO	Av. Tancredo Neves, 2841 – Centro
	ROLIM DE MOURA	Casa de Detenção de Rolim de Moura SEJUS-CDRDM	Av. Macapá, 5791 – Bairro São Cristóvão
	ROLIM DE MOURA	Penitenciária Regional de Rolim de Moura SEJUS-PRRDM	Av. H 6399 – Bairro Cidade Alta
	ROLIM DE MOURA	Casa de Prisão Albergue e Semiaberto Feminino e Masculino de Rolim de Moura SEJUS-CPSARDM	Rua Barão de Melgaço, 3507 – Bairro Planalto
	CACOAL	Casa de Detenção de Cacoal SEJUS-CDCAC	Av. Itapemerim , 421 – Bairro Brizon
	CACOAL	Casa de Prisão Albergue de Cacoal SEJUS-CPACAC	Av. Afonso Pena, 3085 – Princesa Isabel
	PIMENTA BUENO	Casa de Detenção de Pimenta Bueno SEJUS-CDPIB	Avenida Presidente Dutra, s/n – Bairro Pioneiros
	ESPIGÃO D'OESTE	Cadeia Pública de Espigão d'Oeste SEJUS-CPEDO	Rua Paraná, 2429 – Centro
	VILHENA	Centro de Ressocialização Cone Sul SEJUS-CRCVHA	Rua 5409, nº 2200, quadra CH 54, Lote 70,71 – Setor Chacareiro
	VILHENA	Casa de Detenção de Vilhena SEJUS-CDVHA	Av. Capitão Castro, 2047 – Bairro Centro
	VILHENA	Colônia Penal e Presídio Feminino de Vilhena SEJUS-CPFSAVHA	Rua Rosalina Adélia Marangoni, 3590 – Jardim América
	VILHENA	Casa do Egresso de Vilhena SEJUS-PATRONATO	Av. Mal. Rondon, 4720 – Centro
	CEREJEIRAS	Cadeia Pública de Cerejeiras SEJUS-CPCER	Av. São Paulo, 1253 – Bairro Alvorada

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	COLORADO D'OESTE	Cadeia Pública de Colorado d'Oeste SEJUS-CPCDO	Av. Guaporé, 3465 – Bairro Santa Luzia
--	-------------------------	---------------------------------------------------	-------------------------------------------

4. JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA/SESEDEC

A presente adesão a esta Intenção de Registro de Preços como órgão participante tem a intenção de proporcionar às Unidades Subordinadas à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania do Estado de Rondônia, melhoria predial afim de aperfeiçoar a atividade laboral dos profissionais da SESEDEC, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Civil e Polícia Técnico-Científica do Estado de Rondônia, pois, muitos prédios destas instituições necessitam urgentemente de manutenção.

Por todo o exposto, faz-se necessário a aquisição dos materiais presentes na Ata de Registro de Preços.

INSTITUIÇÃO	UNIDADE	SUBUNIDADE	LOCALIDADE	ENDEREÇO
POLÍCIA MILITAR	COMPANHIA INDEPENDENTE DE GUARDA (9º BPM)	SEDE	PORTO VELHO	RUA: BUENOS AIRES, 2916 - BAIRRO EMBRATEL
	COMPANHIA INDEPENDENTE DE TRÂNSITO	SEDE	PORTO VELHO	RUA: BEJAMIN CONSTANT Nº 1147 OLARIA
	1º BPM	SEDE	Porto Velho	Rua Major Amarantes, nº 571, Bairro Arigolândia
	1º BPM	3º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA/1º BPM	CALAMA	Rua Benajamim Silva, nº 05, Bairro São João
	1º BPM	2ª CIA/1ºBPM	Porto Velho	RUA Carambola, entre Rua Angico e Aroeira, s/nº, Cohab Floresta II
	1º BPM	4º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA/1º BPM	SÃO CARLOS	Rua Padre Chiquinho, s/nº, Bairro Centro
	2º BPM	2º GP PO FRON/4ª CIA PO/2º BPM	COSTA MARQUES	Av. Santa Cruz, 2150 (Estrada do Aeroporto), Setor 03
	2º BPM	3º GP PO FRON/4º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/2º BPM	SÃO DOMINGOS	BR 429, KM 58 - Centro
	2º BPM	3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/2º BPM	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Av. Brasil, 3742 OU 3610, SETOR 02, Centro
	2º BPM	3º GP PO FRON/1º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/2º BPM	SERINGUEIRAS	Av. Jorge Teixeira, 1267, Bairro São José
	2º BPM	4º CIA PO FRON/2º BPM	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	Av. Presidente Vargas, 1285, Bairro Cristo Rei
	2º BPM	3º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/2º BPM	SANTANA DO GUAPORÉ	Rua Antônio Silvestre, S/N, - Centro
	2º BPM	2º GP PO/PEL PO/2º CIA PO/2º BPM	Castanheiras	Av. da Palmeiras, 740, Centro

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	2º BPM	PEL PO/2ª CIA PO/2º BPM	PRESIDENTE MÉDICI	Av. Porto Velho, 2169, Bairro Hernandes Gonçalves
	2º BPM	3º GP PO/2ª CIA PO/2º BPM	ESTRELA DE RONDÔNIA	Av. Padre Romano, 873, Distrito Estrela de Rondônia
	2º BPM	2º GP PO/2º PEL PO/4ª CIA PO/2º BPM	ALVORADA D'OESTE	Rua Emílio Ribas, 5439, Centro
	11º BPM	CIA PO/11º BPM	ALVORADA D'OESTE	Rua Emílio Ribas, 5439, Centro
	11º BPM	2º GP PO/2º PEL PO/2ª CIA PO/11º BPM	URUPÁ	Rua Itauba, 3225, Bairro Sumaúma
	2º BPM	3º GP PO/2º PEL PO/3ª CIA PO/2º BPM	TEIXEIRÓPOLIS	Rua Genival de Souza, 2286, Centro
	2º BPM	3GP PO/1º PEL PO/1ª CIA PO/2º BPM	NOVA COLINA	Av. Marechal Rondon, 946, Distrito Nova Colina
	2º BPM	4º GP PO/PEL PO/2ª CIA PO/2º BPM	NOVO RIACHUELO	Av. Tancredo Neves, s/nº, Distrito Novo Riachuelo
	2º BPM	4º GP PO/1ª CIA/2º BPM	NOVA LONDRINA	Av. Governador Jorge Teixeira, 2340, Bairro Centro
	2º BPM	2º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/2º BPM	NOVA UNIÃO	Rua Porto Velho, 1062, Centro
	2º BPM	3º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/2º BPM	MIRANTE DA SERRA	Av. dos Migrantes, s/nº, Setor 01
	2º BPM	2º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/2º BPM	VALE DO PARAÍSO	Av. Paraíso, 2380, Setor 01
	2º BPM	3º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/2º BPM	RONDONINAS	Rua dos Expencionistas, 2190, Centro
	2º BPM	1ª CIA PO/2º BPM (EXTERNO)	JI PARANA	Rua Cauchero, 1546, Bairro Nova Brasília
	2º BPM	1ª CIA PO/2º BPM (EXTERNO) - UNISP	JI PARANA	Rua Sena Madureira, 1066 - São Pedro
	BPA	3ª CIA PA/BPA	JI PARANA	Rua Cauchero, 1546, Bairro Nova Brasília
	2º BPM	SEDE	JI PARANA	Avenida Elias Cardoso Balau, 1010, Bairro Jardim Aurélio Bernardi
	2º BPM	2ª CIA PO/2º BPM (SEDE)	JI PARANA	Av. Elias Cardoso Balau, 1010, Bairro Jardim Aurélio Bernadi
	2º BPM	3ª CIAPO/2º BPM	Ouro Preto do Oeste	Rua Padre Adolfo Rohl, 723, Bairro Jardim Bandeirantes
	2º BPM	2ª JMS	JI PARANA	Avenida Elias Cardoso Balau, 1010, Bairro Jardim Aurélio Bernardi
	CRP - II		JI PARANA	Avenida Elias Cardoso Balau, 1010, Bairro Jardim Aurélio Bernardi
	COLÉGIO TIRADENTES VI	COLÉGIO TIRADENTES	JI PARANA	

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	3º BPM	4ª CIA PO FRON/3º BPM	CEREJEIRAS	Rua Paraná, 3233, Bairro alvorada
	3º BPM	3ª CIA PO FRON/3º BPM	COLORADO DO OESTE	Av. Guaporé, 3409, Santa Luzia
	3º BPM	3º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/3ª CIA PO FRON/3º BPM - CABIXI	CABIXI	Av. Guarani, 4257, Centro
	3º BPM	2º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/3º BPM	PIMENTEIRAS DO OESTE	Av. Brasil com Rua São Luis, 1491 - CENTRO
	3º BPM	3º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/3º BPM	CORUMBIARA	Av. Olavo Pires, 1579, Centro
	3º BPM	1º PEL PO FRON/2ª CIA PO/3º BPM	CHUPINGUAIA	Rua Tiradentes, 1360, Centro
	3º BPM	3º GP PO FRON/2ª CIA PO/3º BPM	NOVO PLANO	Av José Ribeiro esquina com Rua Tiradentes, s/n - Centro
	3º BPM	4º GP PO FRON/ PEL PO FRON/2ª CIA PO/ 3º BPM	BOA ESPERANÇA	Av. Tancredo Neves, s/nº - CENTRO
	3º BPM	3º GP PO FRON/PEL FRON/2ª CIA PO/3º BPM	GUAPORÉ	Av.. São Cristóvão, 277 - CENTRO
	3º BPM	1º GP PO/1º PEL PO/1ª CIA PO/3º BPM	NOVA CONQUISTA	Assentamento Nova Conquista, Rua 7, 679, Centro
	3º BPM	SEDE	VILHENA	Av. Tiradentes, 214, 5º BEC
	3º BPM	POLÍCIA COMUNITÁRIA	VILHENA	Av. Melvin jones, 1288
	3º BPM	1ª CIA PO/3º BPM	Vilhena - seteor 08	Av Rio Grande do Norte, 1870, Bairro Novo Tempo
	3º BPM	PEL TRAN/2ª CIA PO/3º BPM	VILHENA	Av. Major amarantes, 4110, Centro
	3º BPM	3ª JUNTA MÉDICA SANITÁRIA	VILHENA	Av. Tancredo Neves, 5148 - BAIRRO: JARDIM ELDORADO
	3º BPM	PRE/4ª CIA PO FRON/3º BPM	VILHENA	BR 364, km 05
	4º BPM	SEDE	CACOAL	Av. Brasil, 377, Bairro Liberdade
	4º BPM	4º PEL PO/3ª CIA PO/4º BPM	ESPIGÃO D'OESTE	Rua Sergipe, 2235, Bairro Caixa D'Água
	4º BPM	3ª CIA PO FRON/4º BPM	PIMENTA BUENO	Rua 21 de Abril, 118, Bairro Apedíá
	4º BPM	3º GP PO/1º PEL PO/2ª CIA PO/4º BPM	RIOZINHO	Rua João Paulo I, 5400, Bairro Riozinho
	4º BPM	2º GP PO FRON/2º PEL PO FRON/4ª CIA PO/4º BPM	NOVA ESTRELA	Av. Tancredo Neves, 2578, Centro, Distrito de Nova Estrela
	4º BPM	3º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	PARECIS	Rua 7 de Setembro, 603, Centro

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

4º BPM	2º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/3º CIA PO/4º BPM	PRIMAVERA DE RONDÔNIA	Rua José Rodrigues, 1725 - Centro
4º BPM	3º GP PO FRON/3º PEL PO/3ª CIA PO FRON/4º BPM	SÃO FELIPE D'OESTE	Av. Judite Pacheco, s/nº, Centro
4º BPM	3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	ALTA FLORESTA D'OESTE	Rua Piauí, 3340, Bairro Princesa Izabel
4º BPM	2º GP PO FRON/3º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	ALTO ALEGRE DO PARECIS	Av. Afonso Pena, 3878, Centro
4º BPM	4º CIA PO FRON/4º BPM	ROLIM DE MOURA	Rua Corumbiara, 4707, Centro
4º BPM	3º GP PO FRON/2º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	SANTA LUZIA D'OESTE	Av. Jorge Teixeira, 3080 - CENTRO
4º BPM	3º GP PO FRON/4º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	MIGRANTINÓPOLIS	Av. 25 de Agosto, 2531, Centro
4º BPM	4º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	NOVA BRASILÂNDIA D'OESTE	Rua Nego Lopes, 2689, Setor 13
4º BPM	2º GP PO FRON/4º PEL PO FRON/4ª CIA PO FRON/4º BPM	NOVO HORIZONTE D'OESTE	Travessa Dalazen, 4886, Centro
4º BPM	4º GP PO/2ª CIA PO/4º BPM	MINISTRO ANDREAZA	Rua Tiradentes, 5290, Centro
4º BPM	3º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/4º BPM	BOA VISTA DO PACARANÃ	Av. Muiraquitã, 2667, Distrito de Boa Vista do Pacarana
4º BPM	1º PEL PO/1ª CIA/4º BPM	BASE COMUNITÁRIA DO BAIRRO TEIXEIRÃO - CACOAL	Rua Pedro Spagnol, 3476, Bairro Teixeirão
4º BPM	1ª CIA/4º BPM	BASE COMUNITÁRIA DO VISTA ALEGRE - CACOAL	Av. Mangueiras, 2010, Bairro Vista Alegre
5º BPM	1º PEL PO FRON/ 3ª CIA PO/5º BPM	JACI PARANÁ	Rua José Salé, s/nº - Centro
5º BPM	2º GP PO FRON/ 1º PEL PO FRON/3º CIA PO/5º BPM	NOVA MUTUM	RUA GENIPAPO S/N, FASE 01
5º BPM	3º GP PO FRON/1º PEL PO FRON/3ª CIA PO/5º BPM	UNIÃO BANDEIRANTES	Rua Brasília, s/nº - Centro
5º BPM	2º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/5º BPM	ITAPUÃ D'OESTE	Rua Airton Senna, s/n, Centro
5º BPM	3º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/5º BPM	TRIUNFO	Rua Lumiar, 639, Centro, Distrito de Triunfo
5º BPM	4º PEL PO/3ª CIA PO/5º BPM UNISP	CANDEIAS DO JAMARI	Rua Laércio Nobre, 525 - Bairro Satélite

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	5º BPM		CUJUBIM GRANDE	
	5º BPM	SEDE (ANTIGO)	PORTO VELHO	Rua da Beira, 6881, Bairro Lagoa
	5º BPM	1ª CIA PO/5º BPM BASE DO CRATO	PORTO VELHO	Rua Paulo Fortes, 6594, Bairro Aponiã
	5º BPM	1º CIA PO/5º BPM BASE DA RODOVIÁRIA	PORTO VELHO	Av. Jorge Teixeira, 1296, Bairro Embratel
	5º BPM	1ª CIA PO/5º BPM UNISP	PORTO VELHO	Av. Amazonas, 5717, Bairro Cuniã
	5º BPM	2ª CIA PO/5º BPM BASE JARDIM SANTANA	PORTO VELHO	Rua Raimundo Cantuária, 10245, Bairro Jardim Santana
	6º BPM	SEDE	GUAJARÁ-MIRIM	Av. Duque de Caixas, 1848, Bairro 10 de Abril
	6º BPM	3º GP PO/3ª CIA PO/6º BPM	NOVA DIMENSÃO	AV PORTO VELHO, S/N - CENTRO
	6º BPM	3ª CIA PO FRON/6º BPM	NOVA MAMORÉ	Av. Antônio Lucas de Araújo, 3598, Centro
	6º BPM	1º GP PO/2º PEL PO FRON/3ª CIA PO/6º BPM	ABUNÃ	BR 364, KM 220, Distrito de Abunã
	6º BPM	2º PEL PO FRON/3ª CIA/6ºBPM	EXTREMA	BR 364, KM 1041, Distrito de Extrema
	6º BPM	4º GP PO FRON/2º PEL PO FRON/3ª CIA PO/6º BPM	NOVA CALIFÓRNIA	Rua Guarani, 390, Centro, Distrito de Nova Califórnia
	6º BPM	2º GP PO FRON/2º PEL PO FRON/3ª CIA PO/6º BPM	VISTA ALEGRE DO ABUNÃ	Av. JK com rua da Beira, s/nº, Centro
	6º BPM	PATAMO - 1ª UNESFRON	GUAJARÁ-MIRIM	Av. Quintino Bocaiúva, 305, Bairro Cristo Rei
	7º BPM	2º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	CACAULÂNDIA	Rua Manaus, 2236, Setor 06
	7º BPM	3º GP PO FRON/4ª CIA PO FRON/7º BPM	CAMPO NOVO DE RONDÔNIA	BR 421, KM 105, SETOR 04
	7º BPM	3º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	MONTE NEGRO	Rua Justino Luiz Ronconi, 1982, Centro
	7º BPM	2º GP PO FRON/4ª CIA PO FRON/7º BPM	JACINÓPOLIS	Rua Marechal Rondon, s/n - Centro
	7º BPM	4ª CIA PO FRON/7º BPM	BURITIS	Av. Foz do Iguaçu, 1876, Setor 03
	7º BPM	3º GP PO/3º PEL PO/4ª CIA PO/7º BPM	RIO PARDO	Av. Jorge Teixeira, Esq. Com linha 01, Distrito de Rio Pardo
	7º BPM	3º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	ALTO PARAISO	Rua Candeias, 3208, Setor Centro
	7º BPM	SEDE	ARIQUEMES	Av. Capitão Silvio, 3354, Setor Grandes Áreas
	7º BPM	3º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	RIO CRESPO	Rua Antônio Moisés Santana, 1044, Setor
	7º BPM	1º GP PO/3º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	BOM FUTURO	Rua Cristal, s/n, Centro

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	7º BPM	2º GP PO/4º PEL PO/3ª CIA PO/7º BPM	CUJUBIM	RUA Maracanã, 1230 - Setor 3 - UNISP
	7º BPM	PRESÍDIO	ARIQUEMES	Av. Capitão Sílvio, 3354 - Bairro Setor das Grandes Áreas – CEP 76876-684 – Ariquemés
	8º BPM	SEDE	JARU	AV Marechal Rondon, 2578, SETOR 03
	8º BPM	3º GP/3º PEL/1ª CIA/8º BPM	TARILANDIA	RUA 1º DE MAIO COM RITA VENTURA, 0290, CENTRO
	8º BPM	4ºGP/3ºPEL/8º BPM	COLINA VERDE	RUA COLINENSE, S/N, CENTRO
	8º BPM	2º GP/3º PEL/8º BPM	GOV. JORGE TEIXEIRA	RUA MARACATIARA, 1693, CENTRO
	8º BPM	2º GP PO/2º PEL PO/1ª CIA PO/8º BPM	THEOBROMA	AV. 13 DE FEVEREIRO, 1328, CENTRO
	8º BPM	2º GP PO/2º PEL PO/2ª CIA PO/8º BPM	VALE DO ANARY	Av. Presidente Dutra eq. Com Rua Manaus, 2676, CENTRO
	8º BPM	3ºGP PO/2ª CIA PO/8º BPM	5º BEC	RO 257, KM 01 Antigo: Visconde do Rio Branco, 2947 2935 CENTRO
	8º BPM	2ª CIA/8º BPM	MACHADINHO DO OESTE	AV. PRES. DUTRA, 3784, BAIRRO UNIÃO
	9º BPM	UNISP SUL	PORTO VELHO	
	BASE DE SELVA		Porto Velho	KM 42, BR 364, Sentido Acre
	BPA	SEDE	Candeias do Jamari	BR 364, KM 22,5, Bairro Santa Izabel
	BPA	2º GP PA/1º PEL PA/3ª CIA PA/BPA	ALTA FLORESTA D'OESTE	Rua Piauí, 3340, Bairro Princesa Izabel
	BPA	3º GP PA/1º PEL PA/3ª CIA PA/BPA	VILHENA	AV. Luiz Mazieiro, s/n Bairro Jardim América - UNISP
	BPA	1º PEL PA/1ª CIA PA/BPA	CANDEIAS DO JAMARI	BR 364, KM 22,5, Bairro Santa Izabel
	BPA	4º PEL PA/1ª CIA PA/BPA	JACI PARANÁ	Rua José Salé, s/nº, próx. Centro administrativo, Distrito de Jaci- Paraná
	BPA	2º PEL PA/2ª CIA PA/BPA	MACHADINHO DO OESTE	Av. Castelo Branco, 3099, Centro
	BPA	3º GP PA FRON/4º PEL PA/1ª CIA PA/BPA	GUAJARÁ-MIRIM	Av. Leopoldo de Matos, 1002, Centro
	COE	SEDE	PORTO VELHO	Av. Jatuarana, 5540, Cohab
	COLÉGIO TIRADENTES 1	SEDE	PORTO VELHO	Av. Imigrantes, 4884, Bairro Setor Industrial
	COLÉGIO TIRADENTES 2	SEDE	JACI PARANÁ	Rua Bem Te Vi, Gleba 26, Distrito de Jaci-Paraná
	COLÉGIO TIRADENTES 5	SEDE	VILHENA	AV. BENO LUIZ GRAEBIM, 5900 - BAIRRO JARDIM ELDORADO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	COLÉGIO TIRADENTES 3	SEDE	ARIQUEMES	Rua Paranavaí, sétima rua, 4678 – Bairro Jardim Nova República, setor 9
	COMANDO GERAL (Ajudância Geral)	SEDE	PORTO VELHO	Av. Tiradentes, 3360, Bairro Embratel
	COMPLEXO DE CORREIÇÃO	SEDE	PORTO VELHO	RUA: BUENOS AIRES, 2916 - BAIRRO EMBRATEL
	CRP - I		PORTO VELHO	
	CRP - III		VILHENA	AV. Luiz Mazieiro, s/n Bairro Jardim América - UNISP
	DAAL	DIVISÃO DE MATERIAL BÉLICO	PORTO VELHO	AV TIRADENTES, 3360 - BAIRRO EMBRATEL
	DIRETORIA DE ENSINO	SEDE	PORTO VELHO	Rua Aparício Moraes , 869
	DIRETORIA DE SAÚDE	SEDE	PORTO VELHO	RUA: IRMÃ CAPELI, 10 - BAIRRO CENTRO
	SEASSO	SEDE	PORTO VELHO	AV. Dom Pedro II, 292, Centro
	CASA MILITAR		PORTO VELHO	Rua Dom Pedro II, 608 - Centro, Porto Velho, RO - Cep: 76801-066 - Ver no mapa
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	COMANDO GERAL (QCG)		PORTO VELHO	AV. CAMPOS SALES, 3254 - OLARIA - CEP 76.801-246
	COMANDO DE OPERAÇÕES AÉREAS (COA)		PORTO VELHO	2º BASE AÉREA DE COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS DA AMAZÔNIA LEGAL - ÁREA RURAL
	GRUPAMENTO DE BUSCA E SALVAMENTO (GBS)		PORTO VELHO	AV. ESTRADA DO BELMONT, 7546, NACIONAL - CEP 76.801-820
	COORDENADORIA DE ATIVIDADES TÉCNICAS (CAT)		PORTO VELHO	AV. PREFEITO CHIQUILITO ERSE (ANTIGO AV. RIO MADEIRA), 5920 - FLODOALDO PONTES PINTO - CEP 76.820-408
	1º GBM		PORTO VELHO	AV. ENGENHEIRO ANYSIO DA ROCHA (ANTIGA ESTRADA DA PENAL), 4286, FLODOALDO PONTES PINTO - CEP 76.820-710
	3º SGBM/1º GBM		CANDEIAS DO JAMARI	RUA 21 DE ABRIL, 5785, UNIÃO - CEP 76.860-000
	2º SGBM/1º GBM		GUAJARÁ-MIRIM	AV. 15 DE NOVEMBRO, 3550, 10 DE ABRIL - CEP 76.850-000
	2º GBM		JÍ-PARANÁ	RUA BEIRA RIO CULTURAL, 06,

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

				PRIMAVERA - CEP 76.908-000
	2° SGBM/2° GBM		OURO PRETO DO OESTE	AV. 15 DE NOVEMBRO, 695, UNIÃO - CEP 76.920-000
	3° SGBM/2° GBM		JARU	RUA RICARDO CATANHÊDE, 617, SETOR III - CEP 76.890-000
	3° GBM		VILHENA	RUA RICARDO FRANCO, 236, CENTRO - CEP 76.980-000
	1° SGBM/3° GBM		VILHENA	AV. PEDRO DINIZ DA COSTA, 1417, BELA VISTA - CEP 76.982-078
	2° SGBM/3° GBM		CEREJEIRAS	RUA ARACAJU, S/N, CENTRO - CEP 76.997-970
	4° GBM		CACOAL	AV. BRASIL, 1758, INDUSTRIAL - CEP 76.967-594
	2° SGBM/4° GBM		PIMENTA BUENO	RUA 24 DE NOVEMBRO, 240, APIDIÁ - CEP 76.970-000
	1° GPBM/2° SGBM/4° GBM		ESPIGÃO DO OESTE	RUA RIO GRANDE DO SUL, 2505, CENTRO - CEP 76.974-000
	3° SGBM/4° GBM		ROLIM DE MOURA	AV. RIO MADEIRA, 5741, CENTRO - CEP 76.940-000
	5° GBM		ARIQUEMES	AV. JK, 1459, SETOR II - CEP 76.873-156
	2° SGBM/5° GBM		MACHADINHO DO OESTE	RUA JOÃO GOULART, 2437, CENTRO - CEP 76.868-970
	3° SGBM/5° GBM		BURITIS	AV. PORTO VELHO, 800, SETOR I - CEP 76.880-000
	Departamento de Flagrantes - DEFLAG		Porto velho	Avenida Jorge Teixeira, 162 – Bairro Nova Porto Velho
	UNISP Centro		Porto Velho	Av. Brasília, 1400 – Bairro Areal
	1° Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	-
	3° Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	
	2° Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	Av. Brasília, 1400, bairro Areal. CEP 76.804-578.
	UNISP Sul		Porto Velho	Rua Três e Meio, 842 – Bairro Floresta Cep: 76806-400
	UNISP Leste		Porto Velho	Av. Amazonas, 8145 – Bairro Escola de Polícia Cep: 76824-826
	5° Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	CEP: 76824-515

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

POLÍCIA CIVIL	8ª Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	Secretaria: 3218-5103
	6ª Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	Cartório: 3214-1565
	9ª Delegacia de Polícia Civil/UNISP		Porto Velho	Rua Duque de Caxias, 162, Bairro Roque
	10ª Delegacia de Polícia Civil		Porto Velho	Rua Jenipapo com Pirarara, Fase 01, lote 16
	Delegacia de Polícia Civil de Candeias do Jamari		Candeias do Jamari	Rua Ayrton Sena, 1887 – esq. c/ José Silvestre – Bairro Centro
	Delegacia de Polícia Civil de Itapuã do Oeste		Itapuã do Oeste	Rua Ayrton Sena, 1887 – esq. c/ José Silvestre – Bairro Centro
	DEEAAI - Delegacia Especializada de Apuração de Atos Infracionais		Porto Velho	Av. Amazonas, 6781 (ao lado da Academia de Polícia), Bairro Escola de Polícia
	DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher		Porto Velho	Rua Amazonas, 8145, bairro Escola de Polícia, Unisp Leste.
	DECCV - Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes contra a vida		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	DERF - Delegacia Especializada em Repressão a Furtos, Roubos, Extorsões, Sequestro, Estelionatos e outras Fraudes (Patrimônio)		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	DERFRVA - Delegacia Especializada de Repressão aos Furtos e Roubos de Veículos Automotores		Porto Velho	Rua Dr. José Adelino, 4447, bairro Costa e Silva. CEP 76.803-592. Antiga Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito – DEDT.
	DECCON - Delegacia Especializada em Crimes contra o Consumidor		Porto Velho	Rua das Crianças, 4685 – Bairro Floresta
	DEDCSP - Delegacia Especializada em delitos cometidos no Sistema Penitenciário		Porto Velho	Rua Três e Meio, 842, bairro Floresta. Cep 76.806-400. Unisp Sul.
	DERCF - Delegacia Especializada de Repressão aos Crimes Funcionais		Porto Velho	Av. Farquar, 1603, Centro. Cep 76.801-019. Antigo prédio da Delegacia Geral da Polícia Civil.
	DEPCA - Delegacia Especializada de Proteção a Criança e ao Adolescente		Porto Velho	Rua Amazonas, 8145, bairro Escola de Polícia, Unisp Leste.
	DERCCMA - Delegacia Especializada em Repressão		Porto Velho	Rua José Amador dos Reis, CEP:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	aos Crimes Contra o Meio Ambiente			76.829-428 3214 – Bairro JK
	DERCA - Delegacia Especializada em Repressão ao Conflitos Agrários		Porto Velho	Rua José Amador dos Reis 3214 Bairro JK
	DEDT - Delegacia Especializada em Delitos de Trânsito		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	DECAME - Delegacia Especializada em Armas Munições e Explosivos		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon. CEP: 76801-019
	Delegacia Interativa		Porto Velho	Av. 7 de Setembro, 830 – Bairro Centro Tudo Aqui (antigo Shopping Cidadão)
	POLINTER - Delegacia de Polícia Interestadual		Porto Velho	Rua Brasília, 1400, Bairro Mato Grosso
	ACADEPOL - Academia de Polícia Civil		Porto Velho	Av. Amazonas, 6781 – Bairro Escola de Polícia
	Almoxarifado e Patrimônio da Polícia Civil		Porto Velho	Rua Flores da Cunha, s/nº – Bairro Costa e Silva
	CONSUPOL - Conselho Superior de Polícia		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	Corregedoria Geral da Polícia Civil - CORREGEPOL		Porto Velho	Av. Farquar, nº 1603, Centro. CEP 76801-019, antigo prédio da Delegacia Geral da Polícia Civil.
	DGPC - Delegacia Geral de Polícia Civil		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	Assessoria Técnica DGPC - ASSTEC		Porto Velho	Rua Rogério Weber, nº 1928, Centro – CEP 76801-030, antigo prédio do Fórum Criminal Foad Darwich Zacharias, na praça Marechal Rondon.
	Departamento de Estratégia e Inteligência - DEI		Porto Velho	Rua Benjamin Constant, 2006 –

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

				Bairro São Cristóvão
	Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas - DRACO		Porto Velho	Rua Benjamin Constant, 2006 – Bairro São Cristóvão
	DRACO INTERIOR		Cacoal	Rua Padre Adolfo, 2464 – Bairro Jardim Clodoaldo, Cacoal/RO
	Departamento de Narcóticos - DENARC 1º e 2º Delegacias de Repressão ao Entorpecente		Porto Velho	Avenida Brasília, 2953, sub esquina com Benjamin Constant – Bairro São Cristóvão
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Ariquemes	Av. Tancredo Neves, 2540 – Setor Institucional
	Delegacia Regional de Ariquemes		Ariquemes	Av. Tancredo Neves, 2540 – Setor Institucional
	Plantão de Polícia Civil		Ariquemes	Av. JK. 2683 - Setor Institucional
	1º Delegacia de Polícia Civil		Ariquemes	Av. JK. 2683 - Setor Institucional
	2º Delegacia de Polícia Civil - Ariquemes		Ariquemes	Av. JK. 2683 - Setor Institucional
	3º Delegacia de Polícia Civil - Ariquemes		Ariquemes	Av. JK. 2683 - Setor Institucional
	3º Delegacia de Polícia Civil - Ariquemes		Ariquemes	Av. JK. 2683 Tel: 3535-5324
	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM		Ariquemes	Travessa Cassiterita, 1429 – Setor Institucional (atrás da Câmara de Vereadores)
	Setor de Criminalística/SECRIM		Ariquemes	Av. Tancredo Neves, 2540 - Setor Institucional
	Instituto Médico Legal - IML		Ariquemes	Av. Capitão Silvio, 1918 - Setor Grandes Áreas, CEP 78.930-000
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Buritis	Av. Porto Velho, 800 - Setor 01
	Delegacia de Polícia de Cujubim		Cujubim	Rua Uirapuru, 2358-A Setor 02
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Jaru	Av. Maracanã, 1230 – Setor 01
	Delegacia de Polícia de Jaru		Jaru	Rua Raimundo Cantanhede, 836 – Setor 05 - CEP: 76.890-000
	Núcleo Integrado de Inteligência - NII		Jaru	Rua Raimundo Cantanhede, 836 – Setor 05
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Ariquemes	Rua Florianópolis, 2525 - Setor 03
	Delegacia de Polícia de Machadinho D'Oeste		Machadinho do Oeste	Av. Rivelino Campos Amoedo, 3711 - Bairro Centro
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Machadinho do Oeste	Rua João Batista Figueiredo, 3761 – Bairro União
	Núcleo Integrado de Inteligência - NII		Machadinho do Oeste	Rua João Batista Figueiredo, 3761 – Bairro União
	Delegacia Regional de Cacoal		Cacoal	Av. Interval José Brasil, 510 – Bairro Novo Cacoal

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	1º Delegacia de Polícia de Cacoal		Cacoal	Av. Interval José Brasil, 510 – Bairro Novo Cacoal
	Delegacia Especializada no atendimento a Mulher - DEAM		Cacoal	Av. Interval José Brasil, 510 – Bairro Novo Cacoal
	Núcleo Integrado de Inteligência - NII		Cacoal	Av. Interval José Brasil, 510 – Bairro Novo Cacoal
	Seção de Criminalística e Identificação - SECRIM		Cacoal	Av. Juscimeira, 275 - Bairro Novo Horizonte
	Instituto Médico Legal - IML		Cacoal	Av. Interval José Brasil, 510 – Bairro Novo Cacoal
	Delegacia de Pimenta Bueno		Pimenta Bueno	Rua Costa Marques, 238 - Praça dos Pioneiros
	Delegacia de Polícia de Espigão do Oeste		Espigão do Oeste	Rua Rio Grande do Sul, 2505 - Bairro Centro
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Espigão do Oeste	Rua Rosa Pedro Agostinho, 1931 – Bairro Jorge Teixeira
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Ministro Andreazza	Rua Tiradentes, 5290 - Centro
	Delegacia Regional de Guajará Mirim		Guajará Mirim	Av. Duque de Caxias, 1720 - Bairro 10 de Abril
	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - DEAM DEPCA/DAI/POSTO DO IML		Guajará Mirim	Av. Antonio Correa da Costa, 842 - Bairro Industrial
	Delegacia de Polícia de Nova Mamoré		Nova Mamoré	Av. Eduardo Correia de Araújo, 3915, Centro
	1º DP de Guajará Mirim/SECRIM/Setor de Identificação		Guajará Mirim	Av. Duque de Caxias, 1720 - Bairro 10 de abril
	Núcleo de Inteligência e Investigação Fiscal - NIIF		Guajará Mirim	Rua Getúlio Vargas, 640 - Centro TEL.: (69) 3541-6267
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Jí-Paraná	Rua Café Filho, 1066 - Bairro São Pedro
	Delegacia Especializada em Crimes Contra a Vida – DECCV Rua 22 de Novembro, 41 – Bairro Urupá		Jí-Paraná	
	DRCP		Jí-Paraná	Rua Café Filho, 1066 – Bairro São Pedro
	Delegacia Regional de Ji Paraná		Jí-Paraná	Rua Seis de Maio, 1093 – Centro
	Setor de Criminalística		Jí-Paraná	Rua 22 de Novembro, 41 – Bairro Urupá
	Instituto Médico Legal - IML		Jí-Paraná	Rua 22 de novembro, 41 - Bairro Urupá
	Setor de Identificação		Jí-Paraná	Rua 22 de novembro, 41 - Bairro Urupá
	1º Delegacia de Polícia de Jí-Paraná		Jí-Paraná	Rua 22 de novembro, 41 - Bairro Urupá
	2º Delegacia de Polícia de Jí-Paraná		Jí-Paraná	Rua São Luiz, 2541, Bairro Nova Brasília

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher - DEAM		Jí-Paraná	Rua 22 de novembro, 41 - Bairro Urupá
Delegacia de Polícia de Ouro Preto D'Oeste		Ouro Preto	Av. Capitão Silvío Gonçalves de Farias, 560 - Bairro Incra
Delegacia de Polícia de Mirante da Serra		Mirante da Serra	Rua dos Seringueiros, 2359, Centro
Delegacia de Polícia de Presidente Médici		Presidente Médici	Av. Macapá, 557 - Bairro Cunha e Silva
Delegacia de Polícia de Urupá		Urupá	Rua Itaúba, 3225, bairro: Samaúma
Delegacia Regional de Rolim de Moura		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5416 - Bairro São Cristóvão
Delegacia Regional de Rolim de Moura		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5416 - Bairro São Cristóvão
Núcleo Integrado de Inteligência - NII		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5416 - Bairro São Cristóvão
Instituto Médico Legal - IML		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5416 - Bairro São Cristóvão
Unidade de Segurança Pública UNISP		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5426 - Bairro São Cristóvão
Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher - DEAM		Rolim de Moura	Av. Norte Sul, 4550 - Centro
Instituto de Identificação Civil e Criminal - IICC		Rolim de Moura	Rua Jamari, 5416 - Bairro São Cristóvão
Delegacia de Polícia Alta Floresta D'Oeste		Alta Floresta D'Oeste	Delegacia de Polícia Alta Floresta D'Oeste
Delegacia de Polícia de Nova Brasilândia D'Oeste		Alta Floresta D'Oeste	Rua Canaã, 1665, Bairro: Centro - Setor 14
Delegacia de Polícia de Santa Luzia D'Oeste		Santa Luzia do Oeste	Av. Tancredo Neves, 2841 - Centro
Delegacia Regional de São Miguel do Guaporé		São Miguel do Guaporé	Av. Presidente Vargas, 586 - Centro
1ª Delegacia de Polícia de São Miguel do Guaporé		São Miguel do Guaporé	Av. Presidente Vargas, 560, Centro
Posto IML/Identificação/SECRIM		São Miguel do Guaporé	Presidente Vargas, 560, Centro
DP		São Miguel do Guaporé	Av. Presidente Vargas, 560 - Centro
Delegacia de Polícia de São Francisco do Guaporé		São Francisco do Guaporé	Av. Brasil, 3742, Bairro: Cidade Baixa CEP: 76935-000
Unidade de Segurança Pública - UNISP		São Francisco do Guaporé	Avenida Brasil, 3742 - Centro
Delegacia de Polícia de Costa Marques		Costa Marques	Rua Cabixi, 1666 - CENTRO
Unidade de Segurança Pública - UNISP		Alvorada do Oeste	Av. Duque de Caxias, 5335 - Centro
Delegacia de Seringueiras		Seringueiras	Av. Integração Nacional, 831 - Centro
Unidade de Segurança Pública - UNISP		Vilhena	Av. Luiz Maziero, 4650, Bairro Jd. América

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	Delegacia Regional de Vilhena		Vilhena	Av. Major Amarante, 2034, Bairro São José
	Instituto Médico Legal - IML		Vilhena	Av. Luiz Maziero, 4650 - Bairro Jd. América
	Setor de Criminalística - SECRIM		Vilhena	Rua José de Alencar, 198 Bairro São José
	Instituto de Identificação Civil e Criminal - IICC		Vilhena	Av. Luiz Maziero, 4650 - Bairro Jd. América
	1º Delegacia de Polícia de Vilhena		Vilhena	Av. Major Amarante, 2034, Bairro São José
	Delegacia Fazendária de Vilhena		Vilhena	Posto Fiscal de Vilhena, km 3, BR 364, CETREME CEP: 76980-000
	Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher - DEAM		Vilhena	Av. Paraná, 2141 - Bairro Boa Esperança
	Delegacia Especializada de apuração de atos infracionais - DEAAI		Vilhena	Av. Paraná, 2141, Bairro Alto Alegre
	Núcleo Integrado de Inteligência - NII		Vilhena	Av. Luiz Maziero, 4650, Bairro Jd. América
	Delegacia Especializada em Repressão aos Crimes Contra a Vida - DERCCV		Vilhena	Av. Luiz Maziero, 4650, Bairro Jd. América
	Delegacia de Polícia de Colorado D'Oeste		Colorado do Oeste	Av. Corumbiara, 4485, Bairro Sta Luzia CEP: 76993-000
	Unidade de Segurança Pública - UNISP		Colorado do Oeste	Av. Mal. Rondon, 4663 - Centro
	Setor de Criminalística - SECRIM		Colorado do Oeste	Av. Corumbiara, 4485, Bairro Santa Luzia CEP: 76993-000
	Instituto de Identificação Civil e Criminal - IICC		Colorado do Oeste	Av. Corumbiara, 4485 Bairro Santa Luzia
	Delegacia de Polícia de Cerejeiras		Cerejeiras	Rua Goiás, 1240 - Centro CEP: 76.997-970
	Instituto Identificação Civil e Criminal - IICC		Cerejeiras	Rua Goiás, 1240 - Bairro Centro
POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	Coordenadoria Regional de Criminalística de Cacoal		Cacoal	Av. Juscimera, nº 215 - Bairro Novo Horizonte - CEP: 76.962-087
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Guajará-Mirim		Guajará Mirim	Av. Duque de Caxias, nº 1720 - Bairro 10 de abril - CEP 76.850-000
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Jaru		Jaru	Rua Raimundo Cantanhede, nº 836 - Bairro Setor 02 - CEP 76.890-000
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Ji-Paraná		Ji-Paraná	Rua 22 de Novembro, nº 41 - Bairro Urupá - CEP: 76.900-111
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Rolim de Moura		Rolim de Moura	Av. Manaus, nº 5435 - Bairro Centro - CEP 76.940-000
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Vilhena		Vilhena	Rua Luiz Maziero, nº 4650 - Bairro Jardim América -

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

				CEP: 76.980-702 UNISP
	Complexo de Gestão Integrada		Porto Velho	Av. Pinheiro Machado, 1858 - Bairro São Cristóvão CEP 76.804-080
	Instituto de Criminalística		Porto Velho	Rua Flores da Cunha, 4370 - Costa e Silva - CEP: 76.803-594
	Instituto Laboratório Criminal		Porto Velho	Flores da Cunha, 4359 - Bairro Costa e Silva - CEP: 76.803-594
	Instituto de DNA Criminal		Porto Velho	Av. Pinheiro Machado, 1858 - Bairro São Cristóvão - CEP: 76.804-080
	Coordenadoria Regional de Criminalística de Ariquemes		Ariquemes	Av. Tancredo Neves, nº 6270 - Setor Institucional - CEP: 76.871-453 UNISP
	Coordenadoria Regional de Criminalística de São Miguel do Guaporé		São Miguel do Guaporé	Prefeitura de São Miguel do Guaporé/RO, sito à Rua Maracatiara, nº 2230, bairro Planalto - CEP 76932-000

5. JUSTIFICATIVA ESPECÍFICA - AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA/IDARON

A presente adesão a esta Intenção de Registro de Preços como órgão participante tem o objetivo de proporcionar às Unidades da **Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON**, melhoria predial com intuito de manter o patrimônio público sempre em boas condições de uso, oferecendo melhores condições de trabalho aos usuários desta Agência.

Portanto, faz-se necessário a aquisição dos materiais presentes na Ata de Registro de Preços.

Segue abaixo a relação dos imóveis (Unidade), nas quais serão realizadas as manutenções prediais deste Órgão Participante, considerando um período de vigência de 12 (doze) meses:

MUNICÍPIO	ENDEREÇO
Porto Velho	Avenida Farquar, nº 3450, Bairro Pedrinhas, CEP 76.801-432
Calama	Rua Benjamim Silva, 05 Bairro São José CEP: 76.837-000
Candeias do Jamari	Rua Ivo Millan, nº 00079, Bairro União, CEP 76.860-000
Extrema	Rua Rio Grande do Sul 89 Bairro do Roque – 76.847-000
Itapuã do Oeste	Avenida Airton Sena, nº 1305, Bairro Centro, CEP 76.861-000
Nova Califórnia	Av. dos Pioneiros 560, Centro 76.848-000
Triunfo	Avenida Ivo Millan, s/n, Centro, CEP 76.860-890
Jaci Paraná	Rua Via 3, nº 00016, Bairro Parque dos Buritis, CEP 76.840-000
União Bandeirantes	Rua José Silva, s/n, Bairro Centro, CEP 76.841-000
Vista Alegre Do Abunã	Rua Governador Jorge Teixeira s/n Centro 76.846-000
Guajará Mirim	Av. Getúlio Vargas 149 – Centro – CEP: 76.850-000
Nova Mamoré	Av. Antônio Pereira de Souza, nº 7061, B. Centro, CEP 76.857-000
Ariquemes	Avenida Juscelino Kubitscheck, 1597, CEP: 76872.869
Nova Dimensão	Avenida Porto Velho, nº 3156, Bairro Centro, CEP 76.857-000

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Surpresa	Avenida Governador Jorge Teixeira, s/n 76.850-000
Palmeiras	Rua Maria Preta, s/n, CEP 76.857-000
Alto Paraíso	Rua Patricia Marinho, 3404. Centro. CEP: 76862-000
Monte Negro	Avenida Governador Jorge Teixeira 2821 setor 01
Cacaulândia	Avenida João Falcão s/n – Centro – CEP: 76889-000
Campo Novo	Avenida Tancredo Neves, s/n, Centro – CEP: 76887-000
Cujubim	Avenida Condor 2588, Centro – CEP: 76.864-000
Jacinópolis	Rua Marechal Rondon, 3570, Setor 01 – CEP: 76.857-000
Quinto Bec	Avenida 15 de Novembro, 2977. Centro
Rio Branco	Avenida Principal s/n, Centro , CEP: 76.887-000
Rio Crespo	Avenida Afonso Gago, 184 – Centro – CEP: 76.863-000
Rio Pardo	Avenida Tiradentes s/n Centro
Buritis	Rua José Carlos da Mata, 1343, Setor 01 – CEP: 76.880-000
Machadinho D'Oeste	Avenida São Paulo 3163, Bairro Centro. CEP76868-000
Jaru	Rua Florianópolis, nº2512. Bairro Liberdade
Ouro Preto	Rua dos Seringueiros, 760, jardim tropical
Ji-Paraná	Av. Marechal Rondon, nº 537, Bairro Centro
Presidente Médici	Rua Otávio Rodrigues de Matos, nº 2718, Bairro Centro
Alvorada do Oeste	Av. Marechal Rondon, 5439, Bairro Centro – 76.930-000
Bom Jesus	Rua Piauí, S/N. CEP76.890-000
Colina Verde	Av Governador Jorge Teixeira. s/n. CEP76898-000
Estrela De Rondônia	Av. Tancredo Neves, nº 775, Bairro Centro – 76.916-000
Governador Jorge Teixeira	Rua Maracatiara, 2900. CEP-76.898-000
Mirante Da Serra	Rua Dom Pedro I nº 2199 – Centro – 76.926-000
Nova Colina	Av. José Antônio da Silva s/n – Centro
Nova Londrina	Av. Governador Jorge Teixeira, nº 2941, Bairro Centro 76.900-000
Nova União	Rua Airton Senna, 1273; Centro – 76.924-000
Palmares D'oeste	Rua Rio de Janeiro, Nº2240. CEP 76866-000
Rondonias	Rua José Costa, S/N, Bairro Centro – 76.920-000
Santa Rosa	Av. Principal, S/N – 76.929-000
Tarilândia	Av. Acyr Jose Damasceno, 4185. Centro. Cep 76.867-000
Teixeirópolis	Av. Afonso Pena, nº 2300, Bairro Centro
Theobroma	Av. Sen. Olavo Pires, 1881. CEP76866-000
Urupá	Av. Cabo Barbosa, nº 898, Bairro Sumauma
Vale Do Anari	Av. Acyr Jose Damasceno, 4185. Centro. Cep 76.867-000
Vale do Paraíso	Rua 07 Setembro, nº 2364, Setor 02 – 76.923-000
Cacoal	Rua Antônio de Paula Nunes, 1271, Centro CEP: 76963-898
Alto Alegre dos Parecis	Av. Presidente Prudente, 3795 – Bairro Centro – Cep: 76.952-000
Boa Vista do Pacarana	Rua Muiraquitã 2394, CEP: 76974-000.
Castanheiras	Av. Pinheiros, nº 2070 – Bairro Cep: 76.948 - 000
Izidolândia	Av. Brasil S/N, Cep. 76.954-000
Migrantinópolis	Av. 25 de Agosto, 3300 – Centro Cep: 76.956-000
Ministro Andreazza	Av. Pau Brasil 5424, Centro – CEP: 76.919-000
Nova Brasilândia	Avenida Juscelino Kubistchek, nº 3771, Bairro Centro Cep: 76.958-000
Nova Estrela	Av. Tancredo Neves, 3204, Cep: 76.940-0000

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Novo Horizonte	Travessa Dalazem nº 5305, Centro, CEP 76.956-000
Parecis	Av. Carlos Gomes, 230, Centro - CEP: 76979-000
Primavera de Rondônia	Av. Efrain Goulart, 3984/C, Centro - CEP: 76976-000
São Felipe	Rua Jonas Ferreti, 90, Centro - CEP: 76977-000.
Espigão do Oeste	Rua Acre, 2783, Bairro Vista Alegre – CEP: 76.974-000
Pimenta Bueno	Rua, Bairro Pioneiros CEP: 76970-000
Rolim de Moura	Avenida Curitiba, Nº. 4499 Bairro: Centro CEP: 76.940.000
Santa Luzia do Oeste	Rua Santana dos Olhos D'Água, 2432 – Centro, Cep: 76.950-000
Alta Floresta D'Oeste	Av. Rio de Janeiro ,3752 - Bairro Centro - Cep: 76.954-000
São Miguel do Guaporé	Av. José Dias da Silva, N 96. Centro. CEP 76.932-000
São Francisco Do Guaporé	Av. São Paulo, n 436. Centro. CEP: 76.932-000
Santana Do Guaporé	Av. José Dias da Silva, N 96. Centro. CEP 76.932-000
São Domingos	Av Airton Senna, 8784, Centro. CEP:76937-000
Seringueiras	Rua Princesa Isabel, 296. Centro. CEP 76.934-000
Costa Marques	Av. Chianca, 1013. Centro CEP:76.937-000
Vilhena	Rua Deofe Antônio Geremias, 265 - Jardim América cep: 76980-740
Boa Esperança	Av. Tancredo neves, s/nº - cep: 76990-000
Cabixi	Av. Tupi, 3775 – centro - cep: 76994-000
Chupinguaia	Rua Osvaldo Bertozzi, 2814 – centro - cep: 76990-000
Corumbiara	Av. Senador Olavo pires, 1653 – centro cep: 76995-000
Novo Plano	Av. Airton sena, s/nº cep: 76990-000
Pimenteiras Do Oeste	Av. Brasil, 919 – centro - cep: 76999-000
Colorado do Oeste	Av. Marechal Rondon, 2984 – centro - cep: 76993-000
Cerejeiras	Rua Sergipe, 1551 – liberdade - cep: 76997-000

6. JUSTIFICATIVA - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES/DER

A presente adesão a esta Intenção de Registro de Preços como órgão participante tem a intenção de proporcionar às Residências Regionais e Usinas de Asfalto subordinadas às Coordenadorias de Usinas, Coordenadoria de Operações e Fiscalização e Coordenadoria de Logística do DER, na melhoria predial a fim de aperfeiçoar a atividade laboral dos profissionais do DER, pois, muitos prédios destas instituições necessitam urgentemente de manutenção.

Por todo o exposto, faz-se necessário a aquisição dos materiais presentes na Ata de Registro de Preços.

RELAÇÃO DAS RESIDÊNCIAS REGIONAIS				
Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
1ª Residência Regional	Rua Amapá nº 5329, Bairro São José - Cep 76.993-970	Colorado do Oeste	(69)3341-2177	residenciadecolorado@gmail.com
2ª Residência Regional	Rua Vímberê nº 2188, Setor 04 - Cep 76.873-463	Ariquemes	(69)3535-2987	residenciaariquemes.der@hotmail.com
3ª Residência Regional	Rua Burareiro S/N, Setor Industrial - Cep 76-920-000	Ouro Preto	(69)3461-2549	residenciaopo@outlook.com
4ª Residência Regional	Rua Rondônia nº 1078, Bairro	Cacoal	(69)3461-2549	residenciacaoal@der.ro.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	Inkra - Cep 76.965-872			
5ª Residência Regional	Av. Sete de Setembro n° 5490, Bairro Boa Esperança - Cep 76.940-000	Rolim de Moura	(69)3442- 1619 (69)3442- 2321	residenciariolimdemoura.der@gmail.com
6ª Residência Regional	Ro 133 n° 4041 - Cep 76.868-000	Machadinho do Oeste	(69)3581- 3429	der.machadinho@hotmail.com
7ª Residência Regional	Av. Independência S/N, Bairro Alto Alegre - Cep 76.930-000	Alvorada	(69)3412- 2565	7rr.alvorada.p@gmail.com
8ª Residência Regional	Br 364 Km 08, Setor Rural - Cep 76.900-000	Ji-Paraná	(69)3416- 4822 (69)3423- 8055	residenciaregionaldejiparana@gmail.com
9ª Residência Regional	Av. Jo Sato n° 1280, Bairro Bela Vista	Vilhena	(69)3321- 2901	residenciavilhena.der@gmail.com
11ª Residência Regional	Rua Rui Barbosa n° 250, Bairro Beira Rio - Cep 76.970-970	Pimenta Bueno	(69)3451- 3405	der2017.pimentabueno@gmail.com
12ª Residência Regional	Rua Tapajós n° 3963, Setor 02 - Cep 76.890-000	Jaru	(69)3521- 1553	residencijaru.der@gmail.com
13ª Residência Regional	Rua Antônio Lacerda n° 4168, Setor Industrial - Cep 76.821-038	Porto Velho	(92)9401- 8545	residenciaportovelho@der.ro.gov.br
15ª Residência Regional	Av. Ayrton Sena n° 3766, Setor Industrial - Cep 76.880-000	Buritis	(69)3238- 3690	derdeburitis@hotmail.com
16ª Residência Regional	Rua Dom João n° 3436, Bairro Cidade Baixa	São Francisco	(69)3621- 2399	dersaofrancisco@hotmail.com

RELAÇÃO DAS USINAS DE ASFALTO

Residência Regional	Endereço	Localidade	Telefones	E-mail
Usina de Asfalto	Ro 257 Km 03 S/N, Zona Ruaral	Ariquemes	(69)3223- 0404	usinader@gmail.com usinaderportovelho@gmail.com
Usina de Asfalto	Av. Edson Lima n° 3835, Bairro Jorge Teixeira	Ji-Paraná	(69)3424- 1059	usinaasfaltojipa@outlook.com
Usina de Asfalto	Rua Morumbi Esquina com Paranaíba S/N	Rolim de Moura	(69)98424- 8313	usinarolim.der@gmail.com der.usina.cbuqrm@hotmail.com
Usina de Asfalto	Ro 463 (Pátio da Cooaja), Zona Rural	Jaru	(69)99205- 9667	usinajaru.der@gmail.com
Usina de Asfalto	Lote 31 LH 04, Setor Prosperidade	Cacoal	(69)98437- 0633	Der.usinacacoal@gmail.com
Usina de Asfalto	Setor 13 Quadra 07, Lote 01	Vilhena	(69)99907- 4773	usinavha@gmail.com

7. JUSTIFICATIVA PELA NÃO APLICABILIDADE DO DECRETO ESTADUAL Nº 21.675/2017

(TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE).

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos Segundo Andar, Bairro Pedrinhas -Tel.: (69) 3212-9243 CEP.: 76.820-408 - Porto Velho – RO

IZAURA TAUFMANN FERREIRA
 Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO
 Mat. 300094012tt

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

7.1. Conforme preceitua o art. 8º do Decreto Estadual 21.675 de 03 de março de 2017 especificamente, o art. 8º :“ *Nas licitações para a aquisição de bens de natureza divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, a SUPEL deverá reservar até 25% (vinte e cinco por cento) por item ou lote para a contratação de pequenas empresas*”.

7.2. Contudo, o art. 10 do aludido Decreto, afasta a possibilidade de aplicação do tratamento diferenciado nas seguintes hipóteses:

I. não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II. o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;

III. o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no artigo 1º; ou

IV. a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 1993, excetuadas as dispensas tratadas pelos incisos I e II, do caput do artigo 24, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente por microempresas e empresas de pequeno porte, desde que observados os incisos I, II e III, do caput deste artigo.

7.3. A não aplicação encontra amparo no inciso II, já acima referido, tendo em vista que se trata de licitação cujo critério será o de maior desconto na tabela SINAPI e não se **torna tecnicamente viável**, destacar cota de um quantitativo que será demandado em momento futuro, de acordo com as necessidades de cada órgão.

7.4. Considerando que os materiais serão utilizados em diversas localidades do Estado, optou-se pela divisão por lotes, uma vez que no presente caso a fragmentação em itens acarretará a perda do conjunto; perda da economia de escala; redundar em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionar a excessiva pulverização de contratos ou resultar em contratos de pequena expressão econômica, de acordo com sumula 08/TCE/RO.

7.5. Também, conforme o art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006:

I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

7.6. Assim, a lei não se aplica ao presente processo tendo em vista que o valor médio a ser contratado, será superior aos R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) supracitados.

8. ELEMENTOS TÉCNICOS PARA DEFINIR AS QUANTIDADES

A Planilha [0031946139](#) traz os lista de materiais que serão mais comumente utilizados, conforme histórico de consumo dos órgãos participantes. Não significando com isso que outros itens constantes na tabela SINAPI não possam ser solicitados.

A) SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA - SEJUS - PLANILHA ([0032029027](#))

Considerando que há histórico de consumo de materiais para os serviços de **manutenção predial**, para os mesmos foi adotado o seguinte procedimento:

As quantidades estimadas foi efetuada com base em valores monetários, de acordo com histórico de liberações e Adesões do Sistema de Registro de Preços relativo as atas de 2021, que reflete o consumo anterior conforme Planilha [0034211895](#).

Destarte, foi efetuado o levantamento do histórico de consumo, referente as atas de registro de preços: 069 e 070/2021, conforme Comprovantes de consumo [0034227111](#).

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

O método de aferição das quantidades foi efetivado levando-se em conta o disposto no artigo 15, § 7º, inciso II da Lei 8.666/93 bem como, a Decisão 184/2012 – 2ª Câmara/TCE-RO do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, que dispõe que a quantidade estimada deve ser com base em consumo realizado anteriormente, comprovando desta forma os critérios adotados para o cálculo do quantitativo.

Assim, considerando que a forma de julgamento será maior percentual de desconto incidente sobre a tabela SINAPI, levantou-se o consumo em valores monetários, conforme histórico do exercício anterior.

Para **serviços comuns de engenharia** (padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens), como não existe histórico de um ano completo de aquisições para esse fim, foi adotado o seguinte procedimento, vide Planilha [0034211880](#):

Levantamento das utilizações da ata vigente até o momento;

Previsão da utilização até o final da vigência da ata;

Acrescidos os valores de remanejamento de saldo de outros partícipes do registro de preços.

A quantidade de materiais para realização dos serviços também foi estimada em valores monetários considerando a forma de julgamento que será maior percentual de desconto incidente sobre a tabela SINAPI.

B) SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA - SESDEC
- PLANILHA ([0032029225](#))

A justificativa detalhada consta no ID ([0036042062](#)).

De acordo com a Estimativa de Custo, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos, com o intuito de realizar as manutenções prediais, a fim de atender as forças subordinadas à Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC - RONDÔNIA, quais sejam: Polícia Militar, Polícia Civil, Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia e Corpo de Bombeiro Militar.

O cenário atual dessas instituições demonstra edificações com vícios construtivos e degradações por tempo de uso para o atendimento ao público e para os servidores que necessitam de uma estrutura física adequada para exercer suas atividades laborais, bem como para realizar os atendimentos à sociedade. Portanto, a contratação do fornecimento de insumos do presente objeto justifica-se na necessidade de demandas reprimidas quanto a manutenção predial, visando a regularização física das unidades.

Além disso, justifica-se a contratação de empresa que forneça insumos, tendo em vista que a Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC/RO, tem a necessidade de manter adequadamente viável o atendimento a população Rondoniense, além de estender seus benefícios sociais e econômicos a diversos setores da sociedade, aliado a necessidade de descobrir sua potencialidade a fim de firmar parcerias através das terceirizações, já consagradas em diversos outros estados da federação e até mesmo no Governo Federal visando a busca pela eficiência na execução dos serviços públicos através de meios eficazes e capazes para a consecução do interesse social resultando na integridade do princípio constitucional da dignidade humana.

Além disso, a administração pública deve primar pela economia, zelo e dedicação aos bens e aos recursos públicos, inclusive para ter uma produção de eficácia, ou seja, comprometimento político e institucional com um planejamento competente, ocasionando a obtenção de resultados sociais aspirados pela sociedade, oferecendo serviços de interesse social compatíveis com suas necessidades em extensão, qualidade e custos.

Nesse sentido prevê a lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 que aduz:

DO SERVIÇO ADEQUADO

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e **das instalações e a sua conservação**, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Portanto, a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Superintendência de Polícia Técnico-Científica de Rondônia e o Corpo de Bombeiro Militar, diante da grande demanda social de adequação das instalações físicas nas quais são desenvolvidas suas atividades fins, necessitam de manutenções preventivas para que tudo possa se efetivar e cumprirem suas missões constitucionais.

Baseados nesses fatores é que justificamos a necessidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de insumos, com comprovada qualificação nas atividades pretendidas.

Das Quantidades

As quantidades dos serviços foram resultado dos levantamentos de necessidades de manutenção predial, onde é perceptível um grande volume de insumos para as instituições (Polícia Militar, Polícia civil, Corpo de Bombeiros Militar, Polícia Técnica - POLITEC e SESDEC) que apresentam problemas de vícios construtivos e degradação por tempo de uso. Com base nos levantamentos e avaliação de grau criticidade, foram somando todos os imóveis da forças supramencionadas os quais geram um quantitativo de mais de 270 imóveis.

No último exercício tivemos excessivas demandas de manutenção predial, contando com um fluxo de aquisição de materiais através da Ata outrora vigente. Tais demandas tiveram o objetivo de atender as unidades no que tange sobre manutenção e conservação.

Essas demandas não foram atendidas por sua integralidade devido ao problema enfrentado com as empresas contratadas, que apresentaram atraso e inexecução no fornecimento.

Com isso, para o levantamento de demandas para o exercício de 2023, foi realizada uma avaliação do consumo anterior e um aumento progressivo da previsão, com o objetivo em atender o maior número de instituições.

Como cálculo de projeção, foi avaliado o consumo do ano de 2022 e o levantamento de demandas para esse exercício, levando em consideração os remanejamentos necessários que tivemos que fazer para atender as unidades do interior.

Além disso, o número de unidades por lote e município foram relevantes para a projeção, de acordo com os possíveis fluxos de serviços necessários para atender demandas de manutenção predial e serviços comuns de engenharia.

C) AGÊNCIA DE DEFESA SANITÁRIA AGROSILVOPASTORIL DO ESTADO DE RONDÔNIA - IDARON - PLANILHA ([0032029320](#))

A justificativa detalhada consta no ID ([0036041928](#)).

O presente termo tem por finalidade justificar os procedimentos adotados por esta Agencia IDARON, para estimativa de quantitativo de materiais, expressos em numerários, a serem utilizados em Manutenção Predial e Demandas de Obras e Serviços de Engenharia.

A estimativa fora executada considerando a possibilidade de aquisição, mediante necessidade, de todos os insumos da tabela SINAPI que congregam as áreas de: Materiais básicos e acabamentos, materiais elétricos hidrossanitários e ferramentas, bem como materiais destinados à cabeamento estruturado, elencados por grupo de Unidades Locais de Sanidade Animal e Vegetal da agencia IDARON.

A Agencia IDARON não conta com registros históricos sistematizados de consumo de materiais e ou serviços destinados à manutenção predial preventiva, sendo que tal demanda fora historicamente saneada por ações pontuais e discretizadas, com foco em manutenção corretiva. Devido à tal modelo, constata-se a baixa efetividade das ações, possibilitando uma crescente demanda de tal produto/serviço.

Devido à ausência de séries históricas de consumo de materiais, bem como à possibilidade de aquisição apenas dos itens necessários obtidos em levantamentos vindouros, optou-se pelo modelo de aquisição proposto ao processo em epígrafe.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

O modelo adotado permite conforme citado, mediante à procedimentos e levantamentos vindouros, a aquisição de grupos de materiais, não sendo, portanto, necessário nesta fase processual a definição sumária dos materiais, o que permite uma estimativa de numerários de reserva, que por ato desta agência mediante decisão técnica, fora definida em função de um percentual sobre o valor venal aproximado dos imóveis a serem adimplidos pelo objeto.

No processo quantificação estimada dos materiais, objeto do de aquisição, foram executados os procedimentos definidos em sequência.

1. Levantamento de Necessidades:

As unidades da agência foram avaliadas quanto à necessidade de manutenção, por profissionais devidamente qualificados para o feito, onde se obteve relatório detalhado das condições prediais dos edifícios sedes da Agência IDARON, conforme se observa aos exemplos de relatórios fotográficos acostados aos ANEXOS III.

Tal levantamento permitiu constatar a necessidade de manutenção em todas as Unidades da Agência IDARON, bem como avaliar os pontos mais críticos passíveis de manutenção, que são recorrentes em todas as edificações, como exemplo: Necessidade de repintura, necessidade de manutenção da rede lógica, necessidade de manutenção da rede elétrica, necessidade de manutenção de telhados e coberturas, etc.

2. Levantamento de Quantitativos

Verificada a necessidade, bem como a amplitude das intervenções, optou-se pelo levantamento de quantitativos de materiais pela aplicação de um percentual de reserva sobre o valor aproximado das edificações, divididos em grupos de serviço, aplicados à aquisição de material. O procedimento fora realizado em consonância com as etapas descritas:

- Levantamento do valor aproximado da edificação;
- Definição do valor de incidência por grupo de serviço;
- Definição do percentual incidente para materiais e mão de obra;
- Estimativa de percentual de reserva para manutenção predial sobre o valor do imóvel;

Para o levantamento do valor aproximado das edificações alvo da manutenção predial referida ao processo, utilizou-se o Custo Unitário Básico – CUB (NBR 12.721:2006) SINDUSCON/RO, publicado em outubro de 2021.

Os valores obtidos da publicação citada foram aplicados às áreas construídas de cada edificação, obtendo-se assim uma estimativa de custo de cada edificação conforme tabela abaixo.

Aos valores obtidos não foram aplicados coeficientes de depreciação, visto que estimativa de custo de manutenção predial é inversamente proporcional ao estado depreciativo de edificação, fator este corrigido ao parâmetro de percentual de estimativa de numerários.

D) DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER - PLANILHA ([0032029394](#))

A justificativa detalhada consta no ID ([0036041801](#)).

Conforme levantamento e estimativa de custo, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para fornecimento de insumos, com o intuito de realizar as manutenções prediais, a fim de atender as 14 (quatorze) Residências Regionais, 06 (seis) Usinas de Asfalto deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER-RO. As edificações predial deste DER-RO, demonstra com vícios construtivos e degradações por tempo de uso para o atendimento ao público e para os servidores que necessitam de uma estrutura física adequada para exercer suas atividades laborais, bem como para realizar os atendimentos à sociedade. Portanto, a contratação do fornecimento de insumos do presente objeto justifica-se na necessidade de demandas reprimidas quanto a manutenção predial, visando a regularização física das unidades.

Além disso, justifica-se a contratação de empresa que forneça insumos, tendo em vista que Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – DER-RO, tem a necessidade de manter adequadamente viável

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

o atendimento a população Rondoniense, além de estender seus benefícios sociais e econômicos a diversos setores da sociedade.

Além disso, a administração pública deve primar pela economia, zelo e dedicação aos bens e aos recursos públicos, inclusive para ter uma produção de eficácia, ou seja, comprometimento político e institucional com um planejamento competente, ocasionando a obtenção de resultados sociais aspirados pela sociedade, oferecendo serviços de interesse social compatíveis com suas necessidades em extensão, qualidade e custos.

Nesse sentido prevê a lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 que aduz:

DO SERVIÇO ADEQUADO

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e **das instalações e a sua conservação**, bem como a melhoria e expansão do serviço.

Portanto, o DER-RO, diante da grande demanda social de adequação das instalações físicas nas quais são desenvolvidas suas atividades fins, necessitam de manutenções preventivas para que tudo possa se efetivar e cumprirem suas missões constitucionais.

Baseados nesses fatores é que justificamos a necessidade da contratação de empresa especializada no fornecimento de insumos, com comprovada qualificação nas atividades pretendidas.

Das Quantidades

As quantidades dos serviços foram resultados dos levantamentos de necessidades de manutenção predial, onde é perceptível um grande volume de insumos para as unidades das 14 (quatorze) Residências Regionais, 06 (seis) Usinas de Asfalto deste Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes — DER-RO. As edificações predial deste DER-RO que apresentam problemas de vícios construtivos e degradação por tempo de uso. No último exercício tivemos excessivas demandas de manutenção predial, contando com um fluxo de aquisição de materiais através da Ata outrora vigente. Tais demandas tiveram o objetivo de atender as unidades no que tange sobre manutenção e conservação.

Essas demandas não foram atendidas por sua integralidade devido ao problema enfrentado com as empresas contratadas, que apresentaram atraso e inexecução no fornecimento.

Com isso, para o levantamento de demandas para o exercício de 2022, foi realizada uma avaliação do consumo anterior e um aumento progressivo da previsão, com o objetivo em atender o maior número de instituições.

Como cálculo de projeção, foi avaliado o consumo do ano de 2021 e o levantamento de demandas para esse exercício, considerando as diversas solicitações por parte das Residências e Usinas de Asfalto.

Além disso, o número de unidades por lote e município foram relevantes para a projeção, conforme os possíveis fluxos de serviços necessários para atender demandas de manutenção predial e serviços comuns de engenharia.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

9.1. Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Federal nº 8.666/93, art. 33 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

9.2. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, sendo que neste caso o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.

10. OBRIGAÇÕES DA FUTURA DETENTORA DO REGISTRO

- 10.1. Além das demais obrigações exigidas em Lei, a empresa detentora do Registro deverá:
 - 10.1.1. Entregar o objeto desta licitação, nas especificações exatas contidas na tabela SINAPI;
 - 10.1.2. Manter durante toda a execução do contrato as mesmas condições de habilitação;
 - 10.1.3. Entregar o objeto licitado no preço da tabela SINAPI atualizada, acrescido do percentual de desconto ofertado na licitação, na forma e prazo estipulados na proposta;
- 10.2. Entregar o objeto nas quantidades indicadas pelo órgão requisitante em cada ordem de fornecimento;
- 10.3. Responsabilizar-se por todos os ônus, encargos, perdas e danos em quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.
- 10.4. Responsabilizar-se pelas providências e obrigações estabelecidas em legislação específica de acidentes trabalho quando em ocorrência de espécie forem vítimas os seus empregados, no desempenho de suas atribuições ou em contato com eles, ainda que a ocorrência tenha sido nas dependências da **CONTRATANTE**;
- 10.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas e todos os tributos incidentes, incluindo as despesas com frete, sem qualquer ônus à **CONTRATANTE**, devendo efetuar os respectivos pagamentos na forma e nos prazos previstos em Lei.
- 10.6. Indicar um preposto devidamente habilitado, com poderes para representá-lo em tudo o que se relacionar com o fornecimento objeto do registro; Prestar à **CONTRATANTE** qualquer informação sobre o objeto a ser adquirido, sobretudo qualquer dificuldade encontrada na entrega do objeto. Fornecer, sem quaisquer ônus para o **CONTRATANTE**, todo e qualquer material e acessório necessários para a instalação e pleno funcionamento dos equipamentos locados;
- 10.7. Entregar o objeto nos locais definidos neste instrumento;
- 10.8. Ressarcir quaisquer danos ou prejuízos causados por seus prepostos ao patrimônio da contratante, desde que as responsabilidades sejam efetivamente comprovadas;
- 10.9. Executar fielmente este contrato, em conformidade com as cláusulas avençadas e normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, de forma a não interferir no andamento da **CONTRATANTE**;
- 10.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato, sem que disso decorra qualquer ônus para a **CONTRATANTE**, não implicando a atividade da fiscalização em qualquer exclusão ou redução da responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade;
- 10.11. Não utilizar as dependências da **CONTRATANTE** para qualquer atividade estranha ao objeto deste contrato.

11. DEVERES DO ÓRGÃO CONTRATANTE

- 11.1. Efetuar a fiscalização e o acompanhamento do objeto solicitado;
- 11.2. Efetuar o pagamento à contratada de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e Ata de Registro de Preços.
- 11.3. Fiscalizar a entrega do objeto através de um representante, a quem compete também anotar todas as ocorrências relacionadas com a entrega do objeto, determinando o que for necessário para regularizar as faltas ou defeitos observados, submetendo à autoridade competente da contratada o que ultrapassar a sua competência, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

11.4. Aceitar somente o fornecimento do objeto com os valores e especificações da tabela SINAPI atualizada.

11.5. No ato da liberação de quantitativo do objeto registrado, nos termos do Decreto Estadual 24.121/2019 o órgão requerente deverá instruir o processo com manifestação do profissional habilitado sobre a adequação do pedido, atestando a conformidade deste com a Norma Técnica vigente, bem como todos os estudos técnicos preliminares exigíveis no inciso IX do artigo 6º, combinado com o artigo 7º da Lei n. 8.666.

12. DO RECEBIMENTO, DA FORMA DE ENTREGA

12.1. Executado o Contrato, o seu objeto será recebido pela Comissão de Recebimento de Materiais, conforme art. 73, inciso II, letras 'a' e 'b', e ainda, § 2º da Lei Federal nº. 8.666/93, a qual se aplica subsidiariamente a modalidade Pregão:

12.2. **FORMA DE RECEBIMENTO:** Recebimento parcial de acordo com as quantidades a serem empenhadas após a publicação da Ata de Registro de Preços no Diário Oficial do Estado da seguinte forma:

12.3. **PROVISÓRIA**, em até 02 (dois) dias úteis após a entrega dos materiais.

12.4. **DEFINITIVA**, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação das especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na Proposta Comercial da CONTRATADA.

12.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do material, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo Instrumento Contratual.

12.6. Os materiais/bens serão retirados no balcão do fornecedor por uma Comissão de Recebimento de Materiais, que terá, juntamente com o Requisitante, a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos materiais entregues. O fornecedor deverá realizar a entrega dos insumos que tiverem custo de entrega incluso em seu valor unitário da tabela SINAPI ou cotação originária do preço.

12.7. Caso sejam insatisfatórios os materiais, lavrar-se-á Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades com as especificações. Nesta hipótese, todo o serviço em questão será rejeitado, devendo ser feito em tempo hábil para que não prejudique o andamento das atividades da CONTRATANTE, quando se realizarão novamente as verificações constantes nos itens referenciados, ficando suspenso o pagamento da nota fiscal/fatura, até a execução das correções necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste termo, em virtude do decorrente atraso de entrega que será verificado para a hipótese.

12.8. Aceitos os materiais/bens, será procedido o atesto na Nota Fiscal, autorizando o pagamento

12.9. Não aceito o(s) bem(s) entregue(s), será comunicado à empresa adjudicatária, para que proceda a respectiva e imediata substituição, **prazo no prazo máximo de 05 (cinco) dias**, para que se possa adequar o efetivamente entregue com aquele que efetivamente se pretende adquirir.

12.10. A empresa vencedora de cada item ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório à Ordem de Fornecimento e/ou distintos dos ofertados, ou qualquer outra coisa que estiver em desacordo com o disposto no referido instrumento convocatório e seus anexos no prazo máximo de 03 (três) dias, conforme determina a lei.

12.11. Expedida a Nota de Empenho, o recebimento de seu objeto ficará condicionado a observância das normas contidas no art. 40, inciso XVI, c/c o art. 73 inciso II, "a" e "b", da Lei 8.666/93 e alterações.

13. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

13.1. O julgamento deverá ser pelo **MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO** sobre a tabela SINAPI atualizada em conformidade com o estabelecido no ato convocatório pela Comissão de Licitação, de acordo com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

13.2. O referido Julgamento encontra-se em harmonia com a Súmula n. 8 do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

13.3. A adjudicação do objeto se dará por Lote.

14. DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

14.1. **Do Prazo de entrega:** A entrega dos itens do objeto desta Ata, será de até **10 (dez) dias**, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento **nos casos que a Administração indicar a solicitação como urgente**. E de até **30 (trinta) dias**, contados da data do recebimento da Ordem de Fornecimento **nos demais casos**. Este prazo poderá ser dilatado em casos excepcionais, mediante apresentação de justificativa, com concordância da Administração.

14.2. **Do Local de entrega:** A entrega dos objetos deverá ser realizada no balcão indicado pelo fornecedor, em cada uma das localidades apontadas nos lotes. Exceto para os insumos que tiverem contemplado em seu valor unitário os custos de entrega, caso em que o fornecedor deverá providenciar a entrega nas dependências da unidade beneficiada.

15. DA FISCALIZAÇÃO E DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. A fiscalização do contrato será realizada por servidor previamente designado pela CONTRATANTE, que irá fiscalizar a execução do Contrato, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 8.666/93, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

15.2. Os esclarecimentos solicitados pela fiscalização deverão ser prestados imediatamente, salvo se depender de modificação de cálculo ou teste, hipótese em que será fixado um prazo de acordo com a complexidade do caso;

15.3. O exercício da fiscalização pela CONTRATANTE, não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da contratada.

15.4. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, pela contratada à outra empresa, a cessão ou transferência total ou parcial do objeto licitado.

16. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

17. PAGAMENTO:

(Base Legal: art. 40, XIV, 'a' Lei 8.666/93, Decreto 12205/06; art. 9º § 2º, Decreto Estadual 12234/06; art. 8º, I.).

17.1. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da fatura pela CONTRATADA, devidamente atestada pela CONTRATANTE, sem qualquer reajuste automático de preços ou aplicação de correção monetária, sendo que o prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, conforme *art. 73 da Lei nº 8.666, de 1993*, devidamente atestada pela fiscalização, será de até **30 (trinta) dias**, contados da data de sua apresentação ao setor financeiro da CONTRATANTE;

17.2. Os pagamentos serão procedidos por meio de ordem bancária, através de crédito em conta corrente da CONTRATADA;

17.3. O pagamento será creditado em favor da empresa fornecedora por meio de ordem bancária, contra qualquer banco indicado na proposta, devendo para isto, ficar explicitado o nome, número da agência e o número

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito, o qual ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o fornecimento, com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, atestada pelo setor competente.

17.4. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal de Serviços/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo os órgãos requisitantes, por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

17.5. Para efeito de pagamento, os órgãos procederão as retenções tributárias e previdenciárias previstas na legislação em vigor, aplicáveis a este instrumento.

17.6. Os órgãos se reservam no direito de recusar a efetivação do pagamento se, no ato da atestação da entrega do objeto, estiver em desacordo com as especificações técnicas exigidas no Edital e na Ata de Registro de Preços e neste Termo de Referência.

17.7. Os órgãos poderão deduzir do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela licitante vencedora, nos termos do Pregão.

17.8. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de:

- a) Certificado de Regularidade de Situação – CRS, relativo ao FGTS;
- b) Certidão Negativa de Débito – CND, relativa à Seguridade Social – INSS;
- c) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- d) Certidão Negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União;
- e) Certidão Negativa de Tributos e Contribuições Municipais;
- f) Certidão Negativa de Débito Trabalhista – CNDT, relativa a comprovações de liquidez trabalhistas, disponível em <http://www.tst.jus.br/certidao>.

Nota: Serão admitidas certidões negativas que possuam efeitos negativos.

17.9. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = N \times VP \times I, \text{ sendo:}$$

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100) / 365$$

$$I = \dots\dots\dots$$

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

18.1. JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que o processo em tela visa a à elaboração de ata de registro de preços, deixa-se de indicar, neste momento, a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa, o que será feito quando da efetivação da contratação.

A presente decisão está ancorada no Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º, no Acórdão 297/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União, e ainda Acórdão 8946/2012, bases jurídicas as quais colaciono abaixo:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

DECRETO ESTADUAL N. 18.340/2013, art. 8º, §4º: “na licitação para registro de preços, não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil”.

ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO

“3.61 Tem-se, portanto, que, de fato, os instrumentos convocatórios não trazem definida a rubrica orçamentária pela qual será executada a despesa. Contudo, entendemos que, por se referirem a licitações com vistas à elaboração de atas de registro de preços, se mostra prescindível a presença de tal informação nos aludidos documentos.

3.62 Consoante afirmado anteriormente, o registro de preços dos bens/serviços de um determinado licitante não lhe garante que a contratação futura irá se concretizar, ou seja, não vincula a Administração a executar determinada despesa (art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93). Dessa forma, a indicação precisa da dotação orçamentária por meio da qual correrá a despesa deve ser feita quando da efetivação da contratação, e não na elaboração do edital.

Frise-se que nesse sentido é a doutrina do insigne Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“Com a adoção do Sistema de Registro de Preços, a Administração deixa a proposta mais vantajosa previamente selecionada, ficando no aguardo da aprovação de recursos orçamentários e financeiros.

Não há necessidade de que o órgão tenha prévia dotação orçamentária porque o Sistema de Registro de Preços, ao contrário da licitação convencional, não obriga a Administração Pública face à expressa disposição legal nesse sentido.

No sistema convencional de licitação, a Administração tem que ter prévia dotação orçamentária, porque há um compromisso que só em caráter excepcional pode ser revogado e anulado (...).” (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Sistema de Registro de Preços e Pregão, Editora Fórum, 2003, p. 88)

VOTO DO MINISTRO RELATOR:

7. Mostrou-se ainda presente nos editais examinados a definição das estimativas a serem contratadas. Quanto à ausência de indicação de rubrica orçamentária para suportar as respectivas despesas e mesmo das localidades onde os serviços deverão ser executados, tem-se que essas especificações serão necessárias quando da efetiva contratação dos serviços, sendo, neste momento, prescindível.

Por essas razões, acolho integralmente o exame empreendido pela unidade técnica e VOTO por que seja adotado o Acórdão ora submetido à deliberação desse Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 09 de fevereiro de 2011. JOSÉ JORGE

(Análise da Unidade Técnica, corroborada pelo Min. Relator, no ACÓRDÃO 297/2011 - PLENÁRIO)

“Na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato”.

Acórdão 8946/2012-Segunda Câmara/TCU | Relator: ANDRÉ DE CARVALHO

19. SANÇÕES

(Base Legal: art. 40, inciso III da Lei 8.666/93; art. 9º, V c/c § 2º do Decreto 5450/05; art. 3º, I, Lei 10520/02)

19.1. Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, a CONTRATADA estará sujeita a:

19.2. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 87, I, III e IV, da Lei nº 8.666/93, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parcela inadimplida.

19.3. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

19.4. A licitante, adjudicatária ou contratada que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o instrumento contratual, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do instrumento contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantida a prévia e ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais, devendo ser incluída a penalidade no SICAFI e no CAGEFOR (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

19.5. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

19.6. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

19.7. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

19.8. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

19.9. São exemplos de infração administrativa penalizáveis, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentação de documentação falsa;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;

19.10. Descumprimento de qualquer dos deveres elencados no Edital ou no Contrato.

19.11. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

19.12. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência.	06	4,0% por dia
	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% por dia

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% por dia
	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
Para os itens a seguir, deixar de:			
	Cumprir quaisquer dos itens do edital e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência;	03	0,8 % por dia
8.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8 % por dia
9.	Iniciar o fornecimento nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por esse contrato; por serviço, por ocorrência;	02	0,4 % por dia
10.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência;	01	0,2 % por dia

**Incidente sobre a parcela inadimplida.*

19.13. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

19.14. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

19.15. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

19.16. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

19.17. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.18. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

19.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.20. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, (Nota de Empenho) dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades aqui estabelecidas, além das previstas no Termo de Referência.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

19.21. Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente.

19.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 20.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.
- 20.2. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.
- 20.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições da Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.
- 20.4. A ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial do Estado.
- 20.5. A vigência dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços será definida nos instrumentos convocatórios, observado o artigo 57 da Lei 8.666, de 1993, conforme Decreto Estadual nº 18.340/13.
- 20.6. Após publicidade da Ata de Registro de Preços, poderão ser firmados os Contratos dela decorrente dentro do prazo de validade do Registro, cuja contratação será formalizada pelo Governo do Estado de Rondônia por meio de instrumento contratual, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 62, da Lei nº. 8.666/93.
- 20.7. O licitante que tenha seus preços registrados obrigar-se-á a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, aplicando-os ao quantitativo solicitado pela Administração.
- 20.8. Os bens objeto da Ata de Registro de Preços serão solicitados de acordo com a necessidade do Governo do Estado de Rondônia, e a execução será nas condições definidas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.
- 20.9. Em consonância com o Acórdão Nº 1238/2016-TCU-PLENÁRIO, quando houver a necessidade de adquirir materiais de construção civil, para a execução de serviços comuns de engenharia que não constem na tabela SINAPI, será permitida a aquisição, contanto que sejam atendidos os seguintes critérios:
- 20.9.1. Deve ser aplicado o valor de mercado acrescido do percentual de desconto ofertado na licitação;
- 20.9.2. Tal valor de mercado deverá ser obtido pela mediana de no mínimo 3 (três) cotações de preços no mercado local aonde os materiais serão fornecidos e/ou retirados;
- 20.9.3. Os preços dos insumos coletados, serão obrigatoriamente para aquisição com pagamento à vista, não incluindo o frete, exceto se indicado na descrição do insumo;
- 20.9.4. A cotação deverá ser realizada por servidor público do órgão gerenciador ou detentor da ARP;
- 20.9.5. O solicitante deve criar uma Ficha de Especificação Técnica de insumo (modelo SINAPI/CAIXA) que integrará o documento de cotação, que tem por objetivo identificar as suas características, padronizando a pesquisa de preços e facilitando a sua utilização. A ficha deve conter descrição, unidade de cálculo, unidade de comercialização, normas técnicas, imagem, informações gerais e referencial de pesquisa do insumo. A unidade de cálculo é aquela que aparece nos relatórios de preço de insumos e nas composições unitárias do SINAPI enquanto a unidade de comercialização se refere àquela empregada na pesquisa de preço, ou seja, vinculada à embalagem pesquisada.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

- 20.10. A definição do valor de mercado adota a mesma metodologia utilizada pela Caixa Econômica Federal para definição de preço de insumos "representativos" que tem "preço coletado", os quais guardam maior proximidade com os preços de mercado. Sendo que a diferença será que o preço não será coletado pelo IBGE e sim por servidor público do órgão gerenciador ou detentor da ARP.
- 20.11. Seguem os trechos constantes no Livro - SINAPI: Metodologias e Conceitos: Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil / Caixa Econômica Federal. – 8ª Ed., utilizados para adoção de metodologia:

CAPÍTULO 2 – CONCEITOS BÁSICOS DO SINAPI

2.1 Insumos

Elementos básicos da construção civil constituídos de materiais (cimento, blocos, telhas, tábuas, aço, etc.), equipamentos (betoneiras, caminhões, equipamentos de terraplenagem, etc.) e mão de obra (pedreiro, pintor, engenheiro, etc.). Os insumos do SINAPI compõem o Banco Nacional de Insumos, cujos relatórios de preços são divulgados mensalmente na página da CAIXA (www.caixa.gov.br/sinapi) para todas as capitais brasileiras e para o Distrito Federal, com validade para o estado, enquanto referência.

2.1.1 Responsabilidades Conforme Decreto 7.983/2013, o SINAPI é mantido pela CAIXA, quanto às definições técnicas de engenharia, e pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, na pesquisa de preço, e essas instituições mantêm Acordo de Cooperação Técnica, renovado periodicamente, onde são indicadas as responsabilidades de cada instituição, que de maneira geral são:

2.1.1.1 CAIXA

Definição e atualização, a partir de critérios de engenharia, das especificações técnicas dos insumos;

Definição de famílias homogêneas com as especificações dos insumos que as compõem e formulação de proposta de revisão de insumos submetida ao IBGE.

2.1.1.2 IBGE

Coleta de preços de insumos do Banco Nacional (materiais, salários, equipamentos e serviços);

Coleta extensiva periódica para subsidiar a revisão das famílias homogêneas, a revisão dos coeficientes de representatividade e a formação de novas famílias de insumos.

2.1.2 Coleta de Preços Neste livro são utilizados alguns conceitos e métodos estabelecidos pelo IBGE para a coleta de preço, de modo que o leitor compreenda como são obtidas as referências do SINAPI ou suas limitações, devendo recorrer ao IBGE para mais detalhes ou verificar a atualidade desses.

Os insumos do SINAPI são organizados em famílias homogêneas (ex: Família de Pastilha para Revestimentos Interno e Externo), para as quais é selecionado o insumo mais recorrente no mercado nacional (ex: 4396 - PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, *2,5 X 2,5* CM) como insumo representativo, sendo os demais da mesma família denominados representados.

O preço dos insumos representativos é coletado, enquanto que os preços dos demais insumos são obtidos por meio da utilização de coeficientes de representatividade, os quais indicam a proporção entre o preço do chefe da família (insumo representativo) e os preços de cada um dos demais insumos da família. A Figura 2.1 apresenta exemplo da família de pastilha, com a indicação do representativo, código 4396, e os outros 8 insumos representados com seus respectivos coeficientes.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Item	Código	Descrição Básica	Unidade	Coefficiente	Preço Mediano
Representativo	4396	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES BRANCA OU FRIAS, *2,5 X 2,5* CM	M2	1	R\$ 169,09
Representado	34795	FAIXA / FILETE / LISTELO EM CERAMICA, DECORADA, *8 X 30* CM (L X C)	M2	1,6702703	R\$ 282,43
Representado	34796	FAIXA / FILETE / LISTELO EM CERAMICA, LISO OU CORDAO, BRANCO, *2 X 30* CM (L X C)	M	0,0733333	R\$ 12,40
Representado	36881	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES FRIAS *5 X 5* CM	M2	0,893617	R\$ 151,10
Representado	36882	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES QUENTES *5 X 5* CM	M2	1,0425532	R\$ 176,29
Representado	4397	PASTILHA CERAMICA/PORCELANA, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES QUENTES, *2,5 X 2,5* CM	M2	1,6216216	R\$ 274,20
Representado	34754	PASTILHA DE VIDRO CRISTAL, NACIONAL, REVEST INT/EXT E PISCINA, TODAS AS CORES, E MAIOR OU IGUAL A 5 MM *2,0 X 2,0* CM	M2	3,0027027	R\$ 507,73
Representado	25962	PASTILHA DE VIDRO PIGMENTADA *2,0 X 2,0* CM, NACIONAL, PARA REVESTIMENTO INTERNO/EXTERNO E PISCINA, BRANCA OU CORES FRIAS, ESPESSURA MAIOR OU IGUAL A 5 MM	M2	1,9018018	R\$ 321,58
Representado	34752	PASTILHA DE VIDRO PIGMENTADA, NACIONAL, REVEST INT/EXT E PISCINA, CORES QUENTES, ESPESSURA MAIOR OU IGUAL A 5 MM *2,0 X 2,0* CM	M2	3,349009	R\$ 566,28

Figura 2.1: Exemplo de Família de Insumos do SINAPI (SINAPI, ref. 12/2019)

[...]

Os preços dos insumos representativos são coletados em estabelecimentos regulares previamente cadastrados pelo IBGE, para aquisição com pagamento à vista, não incluindo o frete, exceto se indicado na descrição do insumo.

Não contemplam, portanto, possíveis diferenças entre preços praticados em capitais e outras regiões da unidade da federação ou efeitos obtidos em processo de negociação e compra, inclusive relativos ao quantitativo de itens.

Quando o IBGE não dispõe de quantidade mínima de dados de preços estabelecida em metodologia para um determinado insumo em uma capital, conforme acordado com a CAIXA, é atribuído o preço de São Paulo para a localidade. Esta situação é típica para insumos que possuem poucos produtores ou pontos de venda ou que estão concentrados apenas em algumas capitais ou pelo menos em São Paulo.

Nos relatórios publicados na página da CAIXA, o usuário do SINAPI tem à disposição a informação da origem de preços para cada insumo por localidade, sendo oportuno observar a seguinte notação no relatório de insumos:

C – Correspondente a preço coletado pelo IBGE adotado para o mês de referência do relatório;

CR – Correspondente a preço obtido por meio do coeficiente de representatividade do insumo (metodologia família homogênea de insumos);

AS – Correspondente a preço atribuído com base no preço do insumo para a localidade de São Paulo (devido à impossibilidade de definição de preço para localidade em função da insuficiência de dados coletados).

Em decorrência da origem de preço para os insumos, a composição tem seu custo indicado com a seguinte origem de preço, no relatório de composições:

C – Quando todos os itens utilizados na composição têm preço coletado pelo IBGE ou Coletado CAIXA (quando indicado na descrição do insumo) adotado para o mês de referência do relatório;

CR – Quando existe ao menos um item da composição com preço obtido por meio do coeficiente de representatividade do insumo, desde que não haja nenhum item com preço atribuído;

AS – Quando existe ao menos um item da composição com preço atribuído com base no preço de insumo para a localidade de São Paulo.

[...]

2.1.2.1 Preços Coletados pela CAIXA

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

O processo de criação de novo insumo no Sistema demanda interação entre a CAIXA e o IBGE para cumprimento das etapas necessárias, desde a definição das características técnicas até a validação final das informações estatísticas a serem divulgadas nacionalmente.

Para maior celeridade na ativação de alguns insumos recentemente criados e considerados muito relevantes para o Sistema, a CAIXA realiza em caráter excepcional a cotação de preços, em especial para insumos necessários para o cadastramento e publicação de novas composições.

Esses insumos são identificados pelo texto “Coletados CAIXA” incluído ao final da descrição, e fazem parte de banco de dados distinto, denominado Banco Nacional Coletados CAIXA, do que contém os insumos com coleta de preços pelo IBGE.

Os insumos representados do Banco Coletados CAIXA possuem coeficiente de representatividade estabelecido por cotação de preço realizada pela CAIXA. São vinculados, preferencialmente, a insumos representativos do Banco Nacional, que têm coleta feita pelo IBGE.

Trata-se de exceções no Sistema, inseridas concomitantemente com a solicitação ao IBGE pela CAIXA para que o insumo seja criado no Banco Nacional. Uma vez concluído esse processo pelo IBGE, passam a valer, para tais insumos, os preços coletados ou os coeficientes de representatividade fornecidos pelo IBGE. A partir deste momento, os insumos do Banco Coletado CAIXA são desativados.

2.1.3 Criação e Manutenção dos Insumos

A criação de insumos no SINAPI é decorrente da atuação da CAIXA na aferição das composições de serviços a partir do acompanhamento da evolução do mercado da construção civil e dos sistemas construtivos empregados com mais frequência nas obras públicas, como também na identificação de insumos no SINAPI que se tornaram obsoletos ou que não são mais comercializados.

A inclusão dos insumos é realizada considerando a oferta regular pelo mercado nacional (indústria, produtores, atacado e varejo), possibilitando a obtenção de seus preços pelo IBGE.

A CAIXA atua com o entendimento de que não era pretensão do Governo Federal, quando editou o Decreto 7.983/2013, que o SINAPI tivesse em seu Banco de Dados todos os insumos existentes no mercado brasileiro, mas que priorize aqueles com uso recorrente, que sejam mais representativos nos custos das obras públicas e, por consequência, constem em composições de serviço do SINAPI.

Reforça esse entendimento o fato do Decreto 7.983/2013, em seu Artigo 6º, estabelecer na elaboração de orçamentos qual deve ser o procedimento adotado nas situações em que a referência não exista no SINAPI ou no SICRO, ou seja, recorrer à consulta de outros sistemas estabelecidos para o setor ou à pesquisa de mercado.

Sendo identificada por qualquer usuário do SINAPI, sejam fabricantes, produtores, indústrias, representantes comerciais, construtoras ou orçamentistas, a necessidade de inclusão de insumos relevantes para obras públicas nos relatórios divulgados pela CAIXA pode ser encaminhada sugestão para gepad02@caixa.gov.br, a qual passará por análise técnica para posterior inclusão, se for o caso.

A criação de insumo no SINAPI é precedida da elaboração da ficha de especificações técnicas, que tem por objetivo identificar as suas características, padronizando a pesquisa de preços e facilitando a sua utilização pelos usuários do Sistema. A ficha contém descrição, unidade de cálculo, unidade de comercialização, normas técnicas, imagem, informações gerais e referencial de pesquisa do insumo. A unidade de cálculo é aquela que aparece nos relatórios de preço de insumos e nas composições unitárias do SINAPI enquanto a unidade de comercialização se refere àquela empregada na pesquisa de preço, ou seja, vinculada à embalagem pesquisada.

As fichas são publicadas na internet para que os usuários conheçam as características e confirmem se os insumos atendem ao caso particular que se quer orçar. Apesar de disponíveis para qualquer usuário, as fichas não devem ser utilizadas para compor o Caderno de Encargos de órgão contratante de obra ou serviço, principalmente com o intuito de indicar fabricantes ou fornecedores do insumo que consta no SINAPI, pois a citação desses é exclusivamente como referência adotada para a caracterização do insumo no momento em que foi especificado. A Figura 2.2 apresenta um exemplo de Ficha de Especificação Técnica de insumo.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO



SINAPI
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DE INSUMO

Código do SINAPI:	11519
Descrição Básica:	MACANETA ALAVANCA, RETA OU CURVA, MACIÇA, CROMADA, COMPRIMENTO DE 10 A 16 CM, ACABAMENTO PADRAO MEDIO - SOMENTE MACANETAS
Unidade de Cálculo:	PAR
Unidade de Comercialização:	PAR
Normas Técnicas:	NBR 14913-2011

Imagem:



Informações Gerais:	Par de maçanetas do tipo alavanca (reta ou curva), maciça, cromada. Comprimento aproximado podendo variar entre 10 a 16cm. Padrão de acabamento médio (não luxo).
Atualizado em:	20/12/19

21. DA UTILIZAÇÃO DA ATA

21.1. Nos termos do Artigo 26 do Decreto Estadual 18.340/13, esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Estadual que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

21.2. É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da Administração Pública Estadual.

21.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.4. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

21.5. As adesões à ata de registro de preços não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.6. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

22. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

22.1. As Licitantes deverão observar os mais altos padrões éticos durante o processo licitatório e a execução contratual, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

23. DO REAJUSTAMENTO

23.1. Os preços serão de acordo com a tabela SINAPI atualizada, o percentual de desconto serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

24. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93.

24.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

24.3. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

24.4. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

24.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

24.5.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes;

24.5.2. Convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

24.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder a revogação do item da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.7. Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, não cabendo reajuste contratual.

24.8. Nos termos do Art. 23-A do Decreto N. 18.340/2013, será admitida solicitação de revisão de preços quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, sempre que tratar-se de produtos cujo preço médio de mercado for obtido em tabelas oficiais publicamente reconhecidas ou de preços regulamentados pelo poder público, contanto que antes sejam convocados os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

24.9. Conforme Art. 23-B do Decreto N. 18.340/2013, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

24.10. A revisão de preços do item anterior precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

24.11. Comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP.

24.12. Comprovada a minoração dos valores de mercado, o órgão gerenciador da ata convocará os licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em adequar o preço registrado em ata, de modo que o órgão, mediante análise de vantajosidade e probidade das licitantes, poderá realizar, a seu critério técnico, os trâmites administrativos cabíveis para o cancelamento do beneficiário da ata.

24.13. A revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

25. DA GARANTIA E DA VALIDADE:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

- 25.1. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 25.2. Caso detectado defeito de fabricação, prazo de validade expirado e outros do material, a Contratada deverá substituí-lo no prazo de até 05 (cinco) dias, com características e capacidades iguais da especificação.
- 25.3. O fornecimento será efetuado durante a vigência da ata, que será solicitado pelos órgãos participantes.
- 25.4. O meio de transporte e o acondicionamento do material devem ocorrer em padrões de qualidade que assegurem a integridade e qualidade dos mesmos.
- 25.5. Todas as despesas de custos referentes a frete, taxas, imposto e outros, necessários para o transporte e entrega do material de consumo, devem ocorrer por conta da licitante vencedora.
- 25.6. O objeto deverá ser entregue dentro de seu prazo de validade.

26. DOS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO

26.1. Relativos à Regularidade Fiscal:

- a) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.

26.2. Relativos a Regularidade Trabalhista:

- a) **Certidão de Regularidade de Débito – CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

26.3. Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971](#);
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, nos termos do art. 4º, §2º do [Decreto nº 7.775, de 2012](#).
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução [Normativa RFB nº 971, de 2009 \(arts. 17 a 19 e 165\)](#).
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

26.3.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

26.4. **Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:**

26.4.1. Certidão Negativa de Recuperação Judicial – [Lei nº. 11.101/05 \(recuperação judicial, extrajudicial e falência\)](#) emitida pelo órgão competente, **expedida nos últimos 90 (noventa) dias** caso não conste o prazo de validade.

- a) Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.
- b) Caso a empresa licitante não obteve acolhimento judicial do seu plano de recuperação judicial, a licitante será inabilitada, uma vez que não há demonstração de viabilidade econômica.

26.4.2. **Balanço Patrimonial**, referente ao último exercício social, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado na Junta Comercial do Estado, para que o(a) Pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídas há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídas há menos de um ano), não inferior a 5% (cinco por cento) do valor arrematado pela empresa licitante.

- a) no caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referencias;
- b) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;
- c) as regras descritas nos itens a) e b) deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

26.5. **Relativo à Qualificação Técnica:**

26.5.1. A licitante, juntamente com os documentos de habilitação, deverá apresentar como qualificação técnica nos termos do artigo 3º da Orientação Técnica nº 001/2017/GAB/SUPEL, os seguintes documentos:

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

a) Apresentação de pelo menos um Atestado de Capacidade Técnica (Declaração ou Certidão) fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando o desempenho da licitante em fornecimento de materiais/produtos pertinentes e compatíveis em características e quantidades conforme detalhamento abaixo:

Para os Lotes I, II, III, IV, V, VI e VII - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria BÁSICO e ACABAMENTO**, como exemplo cimento, areia, brita, tinta; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes I, II, III, IV, V, VI e VII;

Para os Lotes VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS**, como exemplo: cabos, disjuntores e pontos elétricos; tubos, conexões e peças de utilização hidráulicas e sanitárias; martelo, esquadro, regua de pedreiro, desempenadeira; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes VIII, IX, X, XI, XII, XIII e XIV;

Para os Lotes XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI - Apresentar Atestado de Capacidade Técnica pertinente e **compatível em características** o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de atestados, contemple o fornecimento de material de construção enquadrados na **categoria CABEAMENTO ESTRUTURADO**, como exemplo: cabos, tubos, conectores e tomadas de rede lógica; **compatível em quantidades** comprovando que fornece ou forneceu o percentual de 10% (dez por cento) do valor estimado individual para cada um dos Lotes XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXI.

26.5.2. O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em valor.

26.5.3. O disposto neste artigo não enseja na imediata inabilitação do licitante, cabendo a Comissão de Licitação, se for o caso, empreender diligência para averiguar a veracidade do documento.” (NR) (Orientação técnica nºs 01 e 02/2017/GAP/SUPEL de 14/02/2017).

26.5.4. A Administração, por meio da Comissão ou servidor(es) designado(s), poderá, ainda, caso haja necessidade, diligenciar para certificação da veracidade das informações acima, ou quaisquer outras prestadas pela empresa licitante durante o certame, sujeitando o emissor as penalidades previstas em lei caso haja ateste informações inverídicas.

27. DISPOSIÇÕES GERAIS

27.3. Poderá ser realizado acréscimo ou supressões nas quantidades inicialmente previstas respeitando os limites do artigo 65 da Lei 8.666/93 e suas alterações.

27.4. O Governo de Rondônia prestará todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas pela Contratada a respeito deste Termo de Referência.

27.5. Fica a Detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

27.6. A Detentora e a Contratante, deverão ainda, atender o que dispõe o DECRETO N. 21.264, de 20 de setembro de 2011, em seu art. 6º, incisos I, II e III, e §2º e §3º, que dispõe sobre a aplicação do Princípio do Desenvolvimento Estadual Sustentável no âmbito do Estado de Rondônia.

28. DOS ANEXOS

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

- 28.1. Anexo I – Planilha materiais mais demandados ([0031946139](#)).
- 28.2. Anexo II – Planilha Estimativas de Consumo SEJUS ([0032029027](#)), SESDEC ([0032029225](#)), IDARON ([0032029320](#)); e DER ([0032029394](#));
- 28.3. Anexo III – Justificativas complementares: DER ([0036041801](#)), Idaron ([0036041928](#)) e Sesdec ([0036042062](#)).
- 28.4. Anexo IV – SAMS SEJUS-COINF ([0032875054](#)).

Elaboração:

THAUANY LAYSA SILVA REIS

Chefe de Núcleo de Manutenção Predial e Execuções Diretas - NUFT/SEJUS

Revisão e aprovação:

MARCOS MOREIRA DE SOUZA

Coordenador de Infraestrutura - COINF/SEJUS

Ordenadores de despesa:

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretário de Estado de Justiça - SEJUS/RO

FELIPE BERNADO VITAL

Secretário de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC/RO

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor Geral do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO

JULIO CESAR ROCHA PERES

Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - IDARON/RO

Documento assinado eletronicamente por **THAUANY LAYSA SILVA REIS, Chefe de Núcleo**, em 28/02/2023, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marcos Moreira de Souza, Coordenador(a)**, em 28/02/2023, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente**, em 28/02/2023, às 13:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 28/02/2023, às 16:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Secretário(a)**, em 01/03/2023, às 09:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 01/03/2023, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0036040015** e o código CRC **CE4A9933**.

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0033.082011/2022-36

SEI nº 0036040015

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0033.082011/2022-36
0034476475

SEI nº



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS
PLANILHA

MATERIAIS BÁSICOS MAIS COMUMENTE DEMANDADOS, DE ACORDO COM OS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Lista de materiais que serão mais comumente utilizados, conforme histórico de consumo dos órgãos participantes. Não significando com isso que outros itens constantes na tabela SINAPI para material básico não possam ser solicitados.

ITEM	FONTE	CÓD.	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.
1	SINAPI	3379	HASTE DE ATERRAMENTO EM ACO COM 3,00 M DE COMPRIMENTO E DN = 5/8", REVESTIDA COM BAIXA CAMADA DE COBRE, SEM CONECTOR	UN	1,00	R\$ 78,57
2	SINAPI	21128	ELETRODUTO EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, LEVE, DIAMETRO 3/4", PAREDE DE 0,90 MM	M	1,00	R\$ 13,90
3	SINAPI	408	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRACAO DE CABOS, COMPRIMENTO DE 390 X *4,6* MM	UN	1,00	R\$ 0,94
4	SINAPI	39129	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1" E CUNHA DE FIXACAO	UN	1,00	R\$ 2,56
5	SINAPI	392	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 1/2" E PARAFUSO DE FIXACAO	UN	1,00	R\$ 2,25
6	SINAPI	39128	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO D, COM 3/4" E CUNHA DE FIXACAO	UN	1,00	R\$ 2,39
7	SINAPI	39145	ABRACADEIRA EM ACO PARA AMARRACAO DE ELETRODUTOS, TIPO U SIMPLES, COM 4"	UN	1,00	R\$ 7,32
8	SINAPI	43053	ACO CA-25, 6,3 MM OU 8,0 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 12,28
9	SINAPI	34	ACO CA-50, 10,0 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 12,79
10	SINAPI	43055	ACO CA-50, 12,5 MM OU 16,0 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 11,08
11	SINAPI	32	ACO CA-50, 6,3 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 13,49
12	SINAPI	33	ACO CA-50, 8,0 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 13,57
13	SINAPI	43059	ACO CA-60, 4,2 MM, OU 5,0 MM, OU 6,0 MM, OU 7,0 MM, VERGALHAO	KG	1,00	R\$ 12,10
14	SINAPI	67	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL, COM FLANGES E ANEL DE VEDACAO, 1/2", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 16,79
15	SINAPI	65	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 1,32
16	SINAPI	108	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 32 MM X 1", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 2,74
17	SINAPI	110	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 10,58
18	SINAPI	109	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 40 MM X 1 1/4", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 5,21
19	SINAPI	112	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 50 MM X 1 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 6,64
20	SINAPI	104	ADAPTADOR PVC SOLDABEL CURTO COM BOLSA E ROSCA, 75 MM X 2 1/2", PARA AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 26,21
21	SINAPI	98	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 40 MM X 1 1/4", PARA CAIXA D'AGUA	UN	1,00	R\$ 29,32
22	SINAPI	99	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGE E ANEL DE VEDACAO, 50 MM X 1 1/2", PARA CAIXA D'AGUA	UN	1,00	R\$ 35,56
23	SINAPI	68	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGES LIVRES, 32 MM X 1", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 28,81
24	SINAPI	86	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, COM FLANGES LIVRES, 40 MM X 1 1/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 53,55
25	SINAPI	87	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, LONGO, COM FLANGE LIVRE, 25 MM X 3/4", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 26,45
26	SINAPI	82	ADAPTADOR PVC SOLDABEL, LONGO, COM FLANGE LIVRE, 75 MM X 2 1/2", PARA CAIXA D' AGUA	UN	1,00	R\$ 332,01
27	SINAPI	122	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM *850* GR	UN	1,00	R\$ 61,55
28	SINAPI	20080	ADESIVO PLASTICO PARA PVC, FRASCO COM 175 GR	UN	1,00	R\$ 20,09
29	SINAPI	7334	ADITIVO ADESIVO LIQUIDO PARA ARGAMASSAS DE REVESTIMENTOS CIMENTICIOS	L	1,00	R\$ 17,10
30	SINAPI	123	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE DE PEGA NORMAL PARA ARGAMASSAS E CONCRETOS SEM ARMACAO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	1,00	R\$ 8,55
31	SINAPI	43617	ADITIVO PLASTIFICANTE E ESTABILIZADOR PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO, LIQUIDO E ISENTO DE CLORETOS	L	1,00	R\$ 9,47
32	SINAPI	38470	ALICATE DE CORTE DIAGONAL 6 " COM ISOLAMENTO	UN	1,00	R\$ 36,23
33	SINAPI	583	ALUMINIO ANODIZADO	KG	1,00	R\$ 40,52
34	SINAPI	301	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 100 MM (NBR 5688)	UN	1,00	R\$ 4,11
35	SINAPI	296	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (NBR 5688)	UN	1,00	R\$ 2,32
36	SINAPI	297	ANEL BORRACHA PARA TUBO ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM (NBR 5688)	UN	1,00	R\$ 3,41
37	SINAPI	6138	ANEL DE VEDACAO, PVC FLEXIVEL, 100 MM, PARA SAIDA DE BACIA / VASO SANITARIO	UN	1,00	R\$ 11,06

38	SINAPI	43130	ARAME GALVANIZADO 12 BWG, D = 2,76 MM (0,048 KG/M) OU 14 BWG, D = 2,11 MM (0,026 KG/M)	KG	1,00	R\$ 28,15
39	SINAPI	345	ARAME GALVANIZADO 18 BWG, D = 1,24MM (0,009 KG/M)	KG	1,00	R\$ 40,15
40	SINAPI	43131	ARAME GALVANIZADO 6 BWG, D = 5,16 MM (0,157 KG/M), OU 8 BWG, D = 4,19 MM (0,101 KG/M), OU 10 BWG, D = 3,40 MM (0,0713 KG/M)	KG	1,00	R\$ 32,70
41	SINAPI	43132	ARAME RECOZIDO 16 BWG, D = 1,65 MM (0,016 KG/M) OU 18 BWG, D = 1,25 MM (0,01 KG/M)	KG	1,00	R\$ 28,15
42	SINAPI	367	AREIA GROSSA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1,00	R\$ 125,36
43	SINAPI	370	AREIA MEDIA - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1,00	R\$ 123,75
44	SINAPI	368	AREIA PARA ATERRO - POSTO JAZIDA/FORNECEDOR (RETIRADO NA JAZIDA, SEM TRANSPORTE)	M3	1,00	R\$ 61,87
45	SINAPI	1381	ARGAMASSA COLANTE AC I PARA CERAMICAS	KG	1,00	R\$ 0,80
46	SINAPI	34353	ARGAMASSA COLANTE AC II	KG	1,00	R\$ 1,49
47	SINAPI	1094	ARMAÇAO VERTICAL COM HASTE E CONTRA-PINO, EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO 3/16", COM 1 ESTRIBO, SEM ISOLADOR	UN	1,00	R\$ 33,38
48	SINAPI	39211	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,68
49	SINAPI	39212	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,87
50	SINAPI	39209	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 0,61
51	SINAPI	39207	ARRUELA EM ALUMINIO, COM ROSCA, DE 3/8", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 0,94
52	SINAPI	11267	ARRUELA LISA, REDONDA, DE LATÃO POLIDO, DIÂMETRO NOMINAL 5/8", DIÂMETRO EXTERNO = 34 MM, DIÂMETRO DO FURO = 17 MM, ESPESURA = *2,5* MM	UN	1,00	R\$ 1,11
53	SINAPI	36150	AVENTAL DE SEGURANÇA DE RASPA DE COURO 1,00 X 0,60 M	UN	1,00	R\$ 48,79
54	SINAPI	10422	BACIA SANITÁRIA (VASO) COM CAIXA ACOPLADA, SIFÃO APARENTE, DE LOUCA BRANCA (SEM ASSENTO)	UN	1,00	R\$ 391,60
55	SINAPI	10	BALDE PLÁSTICO CAPACIDADE *10* L	UN	1,00	R\$ 9,91
56	SINAPI	541	BANCADA DE MÁRMORE SINTÉTICO COM UMA CUBA, 120 X *60* CM	UN	1,00	R\$ 176,00
57	SINAPI	1750	BANCADA/BANCA/PIA DE AÇO INOXIDÁVEL (AISI 430) COM 2 CUBAS, COM VÁLVULAS, ESCORREDOR DUPLO, DE *0,55 X 2,00* M	UN	1,00	R\$ 775,18
58	SINAPI	11693	BANCADA/TAMPO LISO (SEM CUBA) EM MÁRMORE SINTÉTICO	M2	1,00	R\$ 195,14
59	SINAPI	38381	BANDEJA DE PINTURA PARA ROLO 23 CM	UN	1,00	R\$ 9,42
60	SINAPI	552	BARRA DE FERRO CHATO, RETANGULAR, 38,1 MM X 6,35 MM (L X E), 1,89 KG/M	M	1,00	R\$ 26,27
61	SINAPI	39380	BASE PARA RELE COM SUPORTE METÁLICO	UN	1,00	R\$ 25,28
62	SINAPI	183	BATENTE / PORTAL / ADUELA / MARCO EM MADEIRA MACICA COM REBAIXO, E = *3* CM, L = *14* CM, PARA PORTAS DE GIRO DE *60 CM A 120* CM X *210* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI / CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU EQUIVALENTE DA REGIÃO (NÃO INCLUI ALIZARES)	JG	1,00	R\$ 120,00
63	SINAPI	7267	BLOCO CERÂMICO / TIJOLO VAZADO PARA ALVENARIA DE VEDACÃO, 6 FURROS NA HORIZONTAL, 9 X 14 X 19 CM (L X A X C)	UN	1,00	R\$ 0,66
64	SINAPI	6140	BOLSA DE LIGAÇÃO EM PVC FLEXÍVEL PARA VASO SANITÁRIO 1.1/2 " (40 MM)	UN	1,00	R\$ 4,34
65	SINAPI	735	BOMBA CENTRÍFUGA MOTOR ELÉTRICO TRIFÁSICO 1,48HP DIÂMETRO DE SUÇÃO X ELEVACÃO 1" X 1", 4 ESTÁGIOS, DIÂMETRO DOS ROTORES 3 X 107 MM + 1 X 100 MM, HM/Q: 10 M / 5,3 M3/H A 70 M / 1,8 M3/H	UN	1,00	R\$ 2.597,45
66	SINAPI	36145	BOTA DE PVC PRETA, CANO MÉDIO, SEM FORRO	PAR	1,00	R\$ 47,31
67	SINAPI	12893	BOTA DE SEGURANÇA COM BIQUEIRA DE AÇO E COLARINHO ACOLCHOADO	PAR	1,00	R\$ 78,86
68	SINAPI	7568	BUCHA DE NYLON SEM ABA S10, COM PARAFUSO DE 6,10 X 65 MM EM AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	1,00	R\$ 0,61
69	SINAPI	11945	BUCHA DE NYLON SEM ABA S4	UN	1,00	R\$ 0,06
70	SINAPI	11950	BUCHA DE NYLON SEM ABA S6, COM PARAFUSO DE 4,20 X 40 MM EM AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	1,00	R\$ 0,20
71	SINAPI	4376	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8	UN	1,00	R\$ 0,19
72	SINAPI	7583	BUCHA DE NYLON SEM ABA S8, COM PARAFUSO DE 4,80 X 50 MM EM AÇO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA PHILLIPS	UN	1,00	R\$ 0,41
73	SINAPI	812	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, CURTA, COM 40 X 32 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 2,94
74	SINAPI	813	BUCHA DE REDUÇÃO DE PVC, SOLDÁVEL, LONGA, COM 50 X 25 MM, PARA ÁGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 6,27
75	SINAPI	793	BUCHA DE REDUÇÃO PVC, ROSCÁVEL, 1 1/2" X 1 1/4 "	UN	1,00	R\$ 11,41
76	SINAPI	39178	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 2,12
77	SINAPI	39176	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,26
78	SINAPI	39175	BUCHA EM ALUMÍNIO, COM ROSCA, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,17
79	SINAPI	41954	CABO DE AÇO GALVANIZADO, DIÂMETRO 9,53 MM (3/8"), COM ALMA DE FIBRA 6 X 25 F	KG	1,00	R\$ 89,05
80	SINAPI	857	CABO DE COBRE NU 16 MM2 MEIO-DURO	M	1,00	R\$ 13,75
81	SINAPI	868	CABO DE COBRE NU 25 MM2 MEIO-DURO	M	1,00	R\$ 21,23
82	SINAPI	863	CABO DE COBRE NU 35 MM2 MEIO-DURO	M	1,00	R\$ 29,34
83	SINAPI	867	CABO DE COBRE NU 50 MM2 MEIO-DURO	M	1,00	R\$ 40,86
84	SINAPI	980	CABO DE COBRE, FLEXÍVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLAÇÃO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SEÇÃO NOMINAL 10 MM2	M	1,00	R\$ 9,51

85	SINAPI	1014	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1,00	R\$ 2,22
86	SINAPI	981	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	1,00	R\$ 3,98
87	SINAPI	982	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 450/750 V, SECAO NOMINAL 6 MM2	M	1,00	R\$ 5,57
88	SINAPI	1020	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 10 MM2	M	1,00	R\$ 10,37
89	SINAPI	995	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 16 MM2	M	1,00	R\$ 15,91
90	SINAPI	1022	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 2,5 MM2	M	1,00	R\$ 3,31
91	SINAPI	1015	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 240 MM2	M	1,00	R\$ 228,03
92	SINAPI	996	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 25 MM2	M	1,00	R\$ 24,22
93	SINAPI	1019	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 35 MM2	M	1,00	R\$ 33,39
94	SINAPI	1021	CABO DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM PVC/A, ANTICHAMA BWF-B, COBERTURA PVC-ST1, ANTICHAMA BWF-B, 1 CONDUTOR, 0,6/1 KV, SECAO NOMINAL 4 MM2	M	1,00	R\$ 4,74
95	SINAPI	39257	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 1,5 MM2	M	1,00	R\$ 6,08
96	SINAPI	39258	CABO MULTIPOLAR DE COBRE, FLEXIVEL, CLASSE 4 OU 5, ISOLACAO EM HEPR, COBERTURA EM PVC-ST2, ANTICHAMA BWF-B, 0,6/1 KV, 3 CONDUTORES DE 2,5 MM2	M	1,00	R\$ 9,01
97	SINAPI	4433	CAIBRO NAO APARELHADO *7,5 X 7,5* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 16,03
98	SINAPI	4400	CAIBRO NAO APARELHADO, *6 X 8* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 13,05
99	SINAPI	34636	CAIXA D'AGUA EM POLIETILENO 1000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	R\$ 497,00
100	SINAPI	37105	CAIXA D'AGUA FIBRA DE VIDRO PARA 5000 LITROS, COM TAMPA	UN	1,00	R\$ 2.932,05
101	SINAPI	35277	CAIXA DE GORDURA EM PVC, DIAMETRO MINIMO 300 MM, DIAMETRO DE SAIDA 100 MM, CAPACIDADE APROXIMADA 18 LITROS, COM TAMPA E CESTO	UN	1,00	R\$ 363,02
102	SINAPI	34643	CAIXA DE INSPECAO PARA ATERramento E PARA RAIOS, EM POLIPROPILENO, DIAMETRO = 300 MM X ALTURA = 400 MM	UN	1,00	R\$ 41,81
103	SINAPI	2557	CAIXA DE LUZ "4 X 4" EM ACO ESMALTADA	UN	1,00	R\$ 3,88
104	SINAPI	39811	CAIXA DE PASSAGEM ELETRICA DE PAREDE, DE EMBUTIR, EM PVC, COM TAMPA APARAFUSADA, DIMENSOES 150 X 150 X *75* MM	UN	1,00	R\$ 35,46
105	SINAPI	1872	CAIXA DE PASSAGEM, EM PVC, DE 4" X 2", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	1,00	R\$ 2,52
106	SINAPI	11250	CAIXA DE PASSAGEM/ LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, DIMENSOES 20 X 20 X *12* CM (PADRAO CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,00	R\$ 71,11
107	SINAPI	11253	CAIXA DE PASSAGEM/ LUZ / TELEFONIA, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, DIMENSOES 60 X 60 X *12* CM (PADRAO CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,00	R\$ 261,03
108	SINAPI	1871	CAIXA OCTOGONAL DE FUNDO MOVEI, EM PVC, DE 3" X 3", PARA ELETRODUTO FLEXIVEL CORRUGADO	UN	1,00	R\$ 4,52
109	SINAPI	39809	CAIXA PARA MEDIDOR POLIFASICO, EM POLICARBONATO / TERMOPLASTICO, PARA ALOJAR 1 DISJUNTOR (PADRAO DA CONCESSIONARIA LOCAL)	UN	1,00	R\$ 157,72
110	SINAPI	5103	CAIXA SIFONADA PVC, 100 X 100 X 50 MM, COM GRELHA REDONDA, BRANCA	UN	1,00	R\$ 22,98
111	SINAPI	11880	CAIXA SIFONADA PVC, 250 X 230 X 75 MM, COM TAMPA CEGA QUADRADA, BRANCA	UN	1,00	R\$ 96,66
112	SINAPI	11714	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X *185* X 75 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA	UN	1,00	R\$ 65,85
113	SINAPI	11712	CAIXA SIFONADA, PVC, 150 X 150 X 50 MM, COM GRELHA QUADRADA, BRANCA (NBR 5688)	UN	1,00	R\$ 43,00
114	SINAPI	1106	CAL HIDRATADA CH-I PARA ARGAMASSAS	KG	1,00	R\$ 1,01
115	SINAPI	40782	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 33 CM	M	1,00	R\$ 43,17
116	SINAPI	40783	CALHA QUADRADA DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 50 CM	M	1,00	R\$ 56,24
117	SINAPI	567	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM FERRO GALVANIZADO, 25,4 MM X 3,17 MM (L X E), 1,27KG/M	M	1,00	R\$ 17,45
118	SINAPI	568	CANTONEIRA (ABAS IGUAIS) EM FERRO GALVANIZADO, 50,8 MM X 9,53 MM (L X E), 6,99 KG/M	M	1,00	R\$ 96,67
119	SINAPI	4777	CANTONEIRA ACO ABAS IGUAIS (QUALQUER BITOLA), ESPESSURA ENTRE 1/8" E 1/4"	KG	1,00	R\$ 10,37
120	SINAPI	2711	CARRINHO DE MAO DE ACO CAPACIDADE 50 A 60 L, PNEU COM CAMARA	UN	1,00	R\$ 257,40
121	SINAPI	4745	CASCALHO LAVADO	M3	1,00	R\$ 129,39
122	SINAPI	1327	CHAPA DE ACO FINA A FRIJO BITOLA MSG 24, E = 0,60 MM (4,80 KG/M2)	KG	1,00	R\$ 12,90
123	SINAPI	1358	CHAPA/PAINEL DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA (MADEIRITE RESINADO ROSA) PARA FORMA DE CONCRETO, DE 2200 x 1100 MM, E = 17 MM	M2	1,00	R\$ 63,36

124	SINAPI	1368	CHUVEIRO COMUM EM PLASTICO BRANCO, COM CANO, 3 TEMPERATURAS, 5500 W (110/220 V)	UN	1,00	R\$ 75,00
125	SINAPI	1379	CIMENTO PORTLAND COMPOSTO CP II-32	KG	1,00	R\$ 1,00
126	SINAPI	34348	CONCERTINA CLIPADA (DUPLA) EM ACO GALVANIZADO DE ALTA RESISTENCIA, COM ESPIRAL DE 300 MM, D = 2,76 MM	M	1,00	R\$ 29,48
127	SINAPI	39342	CONDULETE EM PVC, TIPO "TB", SEM TAMPA, DE 1"	UN	1,00	R\$ 17,02
128	SINAPI	39345	CONDULETE EM PVC, TIPO "X", SEM TAMPA, DE 1"	UN	1,00	R\$ 19,45
129	SINAPI	34498	CONE DE SINALIZACAO EM PVC FLEXIVEL, H = 70 / 76 CM (NBR 15071)	UN	1,00	R\$ 89,08
130	SINAPI	11864	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	1,00	R\$ 30,99
131	SINAPI	11864	CONECTOR METALICO TIPO PARAFUSO FENDIDO (SPLIT BOLT), PARA CABOS ATE 95 MM2	UN	1,00	R\$ 30,99
132	SINAPI	3104	CONJ. DE FERRAGENS PARA PORTA DE VIDRO TEMPERADO, EM ZAMAC CROMADO, CONTEMPLANDO DOBRADICA INF., DOBRADICA SUP., PIVO PARA DOBRADICA INF., PIVO PARA DOBRADICA SUP., FECHADURA CENTRAL EM ZAMC. CROMADO, CONTRA FECHADURA DE PRESSAO	CJ	1,00	R\$ 147,14
133	SINAPI	1607	CONJUNTO ARRUELAS DE VEDACAO 5/16" PARA TELHA FIBROCIMENTO (UMA ARRUELA METALICA E UMA ARRUELA PVC - CONICAS)	CJ	1,00	R\$ 0,24
134	SINAPI	5086	CORRENTE DE ELO CURTO COMUM, SOLDADA, GALVANIZADA, ESPESSURA DO ELO = 1/2" (12,5 MM)	KG	1,00	R\$ 34,11
135	SINAPI	1744	CUBA ACO INOX (AISI 304) DE EMBUTIR COM VALVULA 3 1/2 ", DE *40 X 34 X 12* CM	UN	1,00	R\$ 157,68
136	SINAPI	7219	CUMEEIRA UNIVERSAL PARA TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO, E = 6 MM, ABA 210 MM, COMPRIMENTO 1100 MM (SEM AMIANTO)	UN	1,00	R\$ 62,90
137	SINAPI	40408	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 7,28
138	SINAPI	39276	CURVA 180 GRAUS, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 6,56
139	SINAPI	1875	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 6,06
140	SINAPI	1874	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 5,00
141	SINAPI	1884	CURVA 90 GRAUS, LONGA, DE PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 4,43
142	SINAPI	1927	CURVA DE PVC 45 GRAUS, SOLDADAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 3,56
143	SINAPI	1956	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDADAVEL, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 4,62
144	SINAPI	1958	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDADAVEL, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 18,64
145	SINAPI	1959	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDADAVEL, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 22,73
146	SINAPI	1960	CURVA DE PVC 90 GRAUS, SOLDADAVEL, 75 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 79,87
147	SINAPI	38426	CURVA DE PVC, 45 GRAUS, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 30,01
148	SINAPI	38423	CURVA DE PVC, 90 GRAUS, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 68,07
149	SINAPI	38421	CURVA DE PVC, 90 GRAUS, SERIE R, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 32,14
150	SINAPI	1966	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 26,10
151	SINAPI	1933	CURVA PVC CURTA 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 5,10
152	SINAPI	1965	CURVA PVC LONGA 45 GRAUS, 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 52,91
153	SINAPI	10765	CURVA PVC LONGA 45G, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 13,37
154	SINAPI	1967	CURVA PVC LONGA 90 GRAUS, 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 6,11
155	SINAPI	38369	DESEMPENADEIRA DE ACO DENTADA 12 X *25* CM, DENTES 8 X 8 MM, CABO FECHADO DE MADEIRA	UN	1,00	R\$ 25,76
156	SINAPI	38370	DESEMPENADEIRA DE ACO LISA 12 X *25* CM COM CABO FECHADO DE MADEIRA	UN	1,00	R\$ 25,76
157	SINAPI	2692	DESMOLDANTE PROTETOR PARA FORMAS DE MADEIRA, DE BASE OLEOSA EMULSIONADA EM AGUA	L	1,00	R\$ 8,21
158	SINAPI	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	1,00	R\$ 17,80
159	SINAPI	5318	DILUENTE AGUARRAS	L	1,00	R\$ 17,80
160	SINAPI	44532	DISCO DE BORRACHA PARA LIXADEIRA RIGIDO 7 " COM ARRUELA CENTRAL	UN	1,00	R\$ 25,95
161	SINAPI	44531	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO DIAMETRO DE 180 MM PARA ESMERILHADEIRA 7 "	UN	1,00	R\$ 82,47
162	SINAPI	13887	DISCO DE CORTE DIAMANTADO SEGMENTADO PARA CONCRETO, DIAMETRO DE 350 MM, FURO DE 1 " (14 X 1 ")	UN	1,00	R\$ 473,51
163	SINAPI	44495	DISCO DE CORTE PARA METAL COM DUAS TELAS 12 X 1/8 X 3/4 " (300 X 3,2 X 19,05 MM)	UN	1,00	R\$ 21,08
164	SINAPI	44533	DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS, 9 X 1/4 X 7/8 " (228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	UN	1,00	R\$ 19,90
165	SINAPI	44533	DISCO DE DESBASTE PARA METAL FERROSO EM GERAL, COM TRES TELAS, 9 X 1/4 X 7/8 " (228,6 X 6,4 X 22,2 MM)	UN	1,00	R\$ 19,90
166	SINAPI	34734	DISJUNTOR TERMICO E MAGNETICO AJUSTAVEIS, TRIPOLAR DE 300 ATE 400A, CAPACIDADE DE INTERRUPCAO DE 35KA	UN	1,00	R\$ 1.983,06
167	SINAPI	34616	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, BIPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	1,00	R\$ 56,38
168	SINAPI	34653	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, MONOPOLAR DE 6 ATE 32A	UN	1,00	R\$ 9,83
169	SINAPI	34709	DISJUNTOR TIPO DIN/IEC, TRIPOLAR DE 10 ATE 50A	UN	1,00	R\$ 69,08
170	SINAPI	2388	DISJUNTOR TIPO NEMA, BIPOLAR 10 ATE 50 A, TENSÃO MÁXIMA 415 V	UN	1,00	R\$ 68,56
171	SINAPI	2370	DISJUNTOR TIPO NEMA, MONOPOLAR 10 ATE 30A, TENSÃO MÁXIMA DE 240 V	UN	1,00	R\$ 12,74
172	SINAPI	2373	DISJUNTOR TIPO NEMA, TRIPOLAR 60 ATE 100 A, TENSÃO MÁXIMA DE 415 V	UN	1,00	R\$ 120,49

173	SINAPI	39467	DISPOSITIVO DPS CLASSE II, 1 POLO, TENSAO MAXIMA DE 175 V, CORRENTE MAXIMA DE *45* KA (TIPO AC)	UN	1,00	R\$ 105,92
174	SINAPI	39445	DISPOSITIVO DR, 2 POLOS, SENSIBILIDADE DE 30 MA, CORRENTE DE 25 A, TIPO AC	UN	1,00	R\$ 151,46
175	SINAPI	11447	DOBRADICA EM LATAO, 3 " X 2 1/2 ", E= 1,9 A 2 MM, COM ANEL, CROMADO, TAMPA BOLA, COM PARAFUSOS	UN	1,00	R\$ 22,06
176	SINAPI	38189	DUCHA / CHUVEIRO METALICO, DE PAREDE, ARTICULAVEL, COM BRACO/CANO, SEM DESVIADOR	UN	1,00	R\$ 169,04
177	SINAPI	7608	DUCHA / CHUVEIRO PLASTICO SIMPLES, 5 ", BRANCO, PARA ACOPLAR EM HASTE 1/2 ", AGUA FRIA	UN	1,00	R\$ 11,76
178	SINAPI	1370	DUCHA HIGIENICA PLASTICA COM REGISTRO METALICO 1/2 "	UN	1,00	R\$ 102,13
179	SINAPI	10583	ELEMENTO VAZADO DE CONCRETO, VENEZIANA *39 X 22 X 15* CM	UN	1,00	R\$ 21,03
180	SINAPI	10998	ELETRODO REVESTIDO AWS - E-6010, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG	1,00	R\$ 28,01
181	SINAPI	11002	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 2,50 MM	KG	1,00	R\$ 25,66
182	SINAPI	10999	ELETRODO REVESTIDO AWS - E6013, DIAMETRO IGUAL A 4,00 MM	KG	1,00	R\$ 24,65
183	SINAPI	2685	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 7,00
184	SINAPI	2680	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/2 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 10,25
185	SINAPI	2684	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 1 1/4 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 9,32
186	SINAPI	2681	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 2 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 16,75
187	SINAPI	2686	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 30,65
188	SINAPI	2674	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 3/4 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 4,48
189	SINAPI	2683	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSCAVEL DE 4 ", SEM LUVA	M	1,00	R\$ 48,29
190	SINAPI	2687	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 16 MM	M	1,00	R\$ 1,83
191	SINAPI	2689	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 20 MM	M	1,00	R\$ 2,17
192	SINAPI	2688	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 25 MM	M	1,00	R\$ 2,35
193	SINAPI	2690	ELETRODUTO PVC FLEXIVEL CORRUGADO, COR AMARELA, DE 32 MM	M	1,00	R\$ 4,03
194	SINAPI	2446	ELETRODUTO/DUTO PEAD FLEXIVEL PAREDE SIMPLES, CORRUGACAO HELICOIDAL, COR PRETA, SEM ROSCA, DE 2", PARA CABEAMENTO SUBTERRANEO (NBR 15715)	M	1,00	R\$ 6,42
195	SINAPI	11683	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 30 CM	UN	1,00	R\$ 29,37
196	SINAPI	11684	ENGATE / RABICHO FLEXIVEL INOX 1/2 " X 40 CM	UN	1,00	R\$ 32,15
197	SINAPI	6141	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 30 CM	UN	1,00	R\$ 4,27
198	SINAPI	11681	ENGATE/RABICHO FLEXIVEL PLASTICO (PVC OU ABS) BRANCO 1/2 " X 40 CM	UN	1,00	R\$ 8,49
199	SINAPI	38403	ENXADA ESTREITA *25 X 23* CM COM CABO	UN	1,00	R\$ 63,77
200	SINAPI	11359	ESMERILHADEIRA ANGULAR ELETRICA, DIAMETRO DO DISCO 7 " (180 MM), ROTACAO 8500 RPM, POTENCIA 2400 W	UN	1,00	R\$ 720,00
201	SINAPI	39017	ESPACADOR / DISTANCIADOR CIRCULAR COM ENTRADA LATERAL, EM PLASTICO, PARA VERGALHAO *4,2 A 12,5* MM, COBRIMENTO 20 MM	UN	1,00	R\$ 0,22
202	SINAPI	38367	ESPATULA DE ACO INOX COM CABO DE MADEIRA, LARGURA 8 CM	UN	1,00	R\$ 25,75
203	SINAPI	38094	ESPELHO / PLACA DE 3 POSTOS 4" X 2", PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES	UN	1,00	R\$ 3,28
204	SINAPI	38124	ESPUMA EXPANSIVA DE POLIURETANO, APLICACAO MANUAL - 500 ML	UN	1,00	R\$ 35,00
205	SINAPI	38380	ESQUADRO DE ACO 12 " (300 MM), CABO DE ALUMINIO	UN	1,00	R\$ 40,91
206	SINAPI	13	ESTOPA	KG	1,00	R\$ 14,93
207	SINAPI	21142	ESTRIBO COM PARAFUSO EM CHAPA DE FERRO FUNDIDO DE 2" X 3/16" X 35 CM, SECAO "U", PARA MADEIRAMENTO DE TELHADO	UN	1,00	R\$ 30,40
208	SINAPI	3081	FECHADURA ESPELHO PARA PORTA EXTERNA, EM ACO INOX (MAQUINA, TESTA E CONTRA-TESTA) E EM ZAMAC (MACANETA, LINGUETA E TRINCOS) COM ACABAMENTO CROMADO, MAQUINA DE 55 MM, INCLUINDO CHAVE TIPO CILINDRO	CJ	1,00	R\$ 126,30
209	SINAPI	3106	FERROLHO COM FECHO CHATO E PORTA CADEADO , EM ACO GALVANIZADO / ZINCADO, DE SOBREPOR, COM COMPRIMENTO DE 6", CHAPA COM ESPESSURA MINIMA DE 1,70 MM E LARGURA /MINIMA DE 5,00 CM (FECHO REFORCADO) (INCLUI PARAFUSOS)	UN	1,00	R\$ 16,23
210	SINAPI	12815	FITA CREPE ROLO DE 25 MM X 50 M	UN	1,00	R\$ 8,46
211	SINAPI	20111	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 20 M	UN	1,00	R\$ 10,00
212	SINAPI	21127	FITA ISOLANTE ADESIVA ANTICHAMA, USO ATE 750 V, EM ROLO DE 19 MM X 5 M	UN	1,00	R\$ 3,78
213	SINAPI	404	FITA ISOLANTE DE BORRACHA AUTOFUSAO, USO ATE 69 KV (ALTA TENSAO)	M	1,00	R\$ 1,36
214	SINAPI	3146	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 10 M (L X C)	UN	1,00	R\$ 3,27
215	SINAPI	3148	FITA VEDA ROSCA EM ROLOS DE 18 MM X 50 M (L X C)	UN	1,00	R\$ 12,06
216	SINAPI	4312	FIXADOR DE ABA SIMPLES PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, TIPO CANALETA 90 OU KALHETAO	UN	1,00	R\$ 2,86
217	SINAPI	36238	FORRO DE PVC, FRISADO, BRANCO, REGUA DE 20 CM, ESPESSURA DE 8 MM A 10 MM E COMPRIMENTO 6 M (SEM COLOCACAO)	M2	1,00	R\$ 27,26
218	SINAPI	7307	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS (ZARCAO)	L	1,00	R\$ 35,52
219	SINAPI	38056	GRAMPO METALICO TIPO U PARA HASTE DE ATERRAMENTO DE ATE 5/8", CONDUTOR DE 10 A 25 MM2	UN	1,00	R\$ 40,08
220	SINAPI	11795	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/ QUARTZ/ CASTELO/ CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIAO, E= *2,5* CM	M2	1,00	R\$ 622,64
221	SINAPI	20017	GUARNICAO / ALIZAR / VISTA LISA EM MADEIRA MACICA, PARA PORTA , E = *1* CM, L = *5* CM, CEDRINHO / ANGELIM COMERCIAL / TAURI/ CURUPIXA / PEROBA / CUMARU OU	M	1,00	R\$ 4,36

			EQUIVALENTE DA REGIAO			
222	SINAPI	36888	GUARNICAO / MOLDURA / ARREIMATE DE ACABAMENTO PARA ESQUADRIA, EM ALUMINIO PERFIL 25, ACABAMENTO ANODIZADO BRANCO OU BRILHANTE, PARA 1 FACE	M	1,00	R\$ 38,49
223	SINAPI	34349	HASTE DE ACO GALVANIZADO PARA FIXACAO DE CONCERTINA 2 "/3 M	UN	1,00	R\$ 36,09
224	SINAPI	38114	INTERRUPTOR BIPOLAR SIMPLES 10 A, 250 V (APENAS MODULO)	UN	1,00	R\$ 20,03
225	SINAPI	38077	INTERRUPTOR SIMPLES + TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULOS)	UN	1,00	R\$ 17,21
226	SINAPI	38112	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	1,00	R\$ 7,73
227	SINAPI	38062	INTERRUPTOR SIMPLES 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1,00	R\$ 7,94
228	SINAPI	38412	INVERSOR DE SOLDA MONOFASICO DE 160 A, POTENCIA DE 5400 W, TENSAO DE 220 V, TURBO VENTILADO, PROTECAO POR FUSIVEL TERMICO, PARA ELETRODOS DE 2,0 A 4,0 MM	UN	1,00	R\$ 1.026,69
229	SINAPI	3398	ISOLADOR DE PORCELANA, TIPO ROLDANA, DIMENSOES DE *72* X *72* MM, PARA USO EM BAIXA TENSAO	UN	1,00	R\$ 4,06
230	SINAPI	11190	JANELA BASCULANTE, ACO, COM BATENTE/REQUADRO, 60 X 60 CM (SEM VIDROS)	UN	1,00	R\$ 229,00
231	SINAPI	34364	JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 120 X 150 CM (A X L), 4 FLS, BANDEIRA COM BASCULA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE/REQUADRO DE 6 A 14 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO/ALIZAR	UN	1,00	R\$ 889,43
232	SINAPI	36896	JANELA DE CORRER, EM ALUMINIO PERFIL 25, 100 X 120 CM (A X L), 2 FLS MOVEIS, SEM BANDEIRA, ACABAMENTO BRANCO OU BRILHANTE, BATENTE DE 6 A 7 CM, COM VIDRO, SEM GUARNICAO	UN	1,00	R\$ 525,00
233	SINAPI	599	JANELA FIXA, EM ALUMINIO PERFIL 20, 60 X 80 CM (A X L), BATENTE/REQUADRO DE 3 A 14 CM, COM VIDRO 4 MM, SEM GUARNICAO/ALIZAR, ACABAMENTO ALUM BRANCO OU BRILHANTE	M2	1,00	R\$ 957,49
234	SINAPI	3533	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDABEL, 90 GRAUS, 25 MM X 20 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 3,42
235	SINAPI	3538	JOELHO DE REDUCAO, PVC SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 5,91
236	SINAPI	3522	JOELHO PVC, SOLDABEL COM ROSCA, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 5,01
237	SINAPI	3481	JOELHO PVC, 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/2", AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 21,68
238	SINAPI	3510	JOELHO PVC, 90 GRAUS, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 20,26
239	SINAPI	10835	JOELHO PVC, COM BOLSA E ANEL, 90 GRAUS, DN 40 X *38* MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 4,75
240	SINAPI	3529	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,10
241	SINAPI	3536	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 3,28
242	SINAPI	3535	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 7,79
243	SINAPI	3540	JOELHO PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 8,43
244	SINAPI	3516	JOELHO PVC, SOLDABEL, BB, 45 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,24
245	SINAPI	3517	JOELHO PVC, SOLDABEL, BB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 4,34
246	SINAPI	20147	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 9,19
247	SINAPI	3524	JOELHO PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 10,89
248	SINAPI	3528	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 9,79
249	SINAPI	3518	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 45 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 3,71
250	SINAPI	3520	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 9,86
251	SINAPI	3526	JOELHO PVC, SOLDABEL, PB, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 2,98
252	SINAPI	20157	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 36,90
253	SINAPI	20155	JOELHO, PVC SERIE R, 90 GRAUS, DN 50 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 10,47
254	SINAPI	10908	JUNCAO DE REDUCAO INVERTIDA, PVC SOLDABEL, 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 20,66
255	SINAPI	20139	JUNCAO DUPLA, PVC SERIE R, DN 100 X 100 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 117,85
256	SINAPI	3670	JUNCAO SIMPLES, PVC, 45 GRAUS, DN 100 X 100 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 25,65
257	SINAPI	3659	JUNCAO SIMPLES, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 19,28
258	SINAPI	3673	JUNTA PLASTICA DE DILATAAO PARA PISOS, COR CINZA, 27 X 3 MM (ALTURA X ESPESSURA)	M	1,00	R\$ 1,72
259	SINAPI	39492	KIT PORTA PRONTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), ESTRUTURA USINADA PARA FECHADURA, CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO MELAMINICO BRANCO (INCLUI MARCO, ALIZARES E DOBRADICAS)	UN	1,00	R\$ 639,58
260	SINAPI	3750	LAMPADA DE LUZ MISTA 250 W, BASE E27 (220 V)	UN	1,00	R\$ 36,71
261	SINAPI	3756	LAMPADA DE LUZ MISTA 500 W, BASE E40 (220 V)	UN	1,00	R\$ 68,60
262	SINAPI	38191	LAMPADA FLUORESCENTE COMPACTA 2U BRANCA 15 W, BASE E27 (127/220 V)	UN	1,00	R\$ 15,13
263	SINAPI	38194	LAMPADA LED 10 W BIVOLT BRANCA, FORMATO TRADICIONAL (BASE E27)	UN	1,00	R\$ 9,07
264	SINAPI	39387	LAMPADA LED TUBULAR BIVOLT 18/20 W, BASE G13	UN	1,00	R\$ 17,39

265	SINAPI	3752	LAMPADA VAPOR METALICO TUBULAR 400 W (BASE E40)	UN	1,00	R\$ 97,70
266	SINAPI	20269	LAVATORIO / CUBA DE EMBUTIR, OVAL, DE LOUCA BRANCA, SEM LADRAO, DIMENSOES *50 X 35* CM (L X C)	UN	1,00	R\$ 98,56
267	SINAPI	36794	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSOES *44 X 35* CM (L X C)	UN	1,00	R\$ 166,96
268	SINAPI	10426	LAVATORIO DE LOUCA BRANCA, COM COLUNA, DIMENSOES *54 X 44* CM (L X C)	UN	1,00	R\$ 186,96
269	SINAPI	38382	LINHA DE PEDREIRO LISA 100 M	UN	1,00	R\$ 11,04
270	SINAPI	38383	LIXA D'AGUA EM FOLHA, GRAO 100	UN	1,00	R\$ 2,06
271	SINAPI	3767	LIXA EM FOLHA PARA PAREDE OU MADEIRA, NUMERO 120, COR VERMELHA	UN	1,00	R\$ 1,17
272	SINAPI	38413	LIXADEIRA ELETRICA ANGULAR, PARA DISCO DE 7 " (180 MM), POTENCIA DE 2.200 W, *5.000* RPM, 220 V	UN	1,00	R\$ 742,31
273	SINAPI	3777	LONA PLASTICA PESADA PRETA, E = 150 MICRA	M2	1,00	R\$ 1,42
274	SINAPI	38774	LUMINARIA DE EMERGENCIA 30 LEDS, POTENCIA 2 W, BATERIA DE LITIO, AUTONOMIA DE 6 HORAS	UN	1,00	R\$ 22,78
275	SINAPI	3799	LUMINARIA DE SOBREPOR EM CHAPA DE ACO PARA 2 LAMPADAS FLUORESCENTES DE *36* W, ALETADA, COMPLETA (LAMPADAS E REATOR INCLUSOS)	UN	1,00	R\$ 170,37
276	SINAPI	38773	LUMINARIA DE TETO PLAFON/PLAFONIER EM PLASTICO COM BASE E27, POTENCIA MAXIMA 60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	1,00	R\$ 8,18
277	SINAPI	39385	LUMINARIA LED PLAFON REDONDO DE SOBREPOR BIVOLT 12/13 W, D = *17* CM	UN	1,00	R\$ 20,84
278	SINAPI	39390	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 30 W	UN	1,00	R\$ 47,40
279	SINAPI	39391	LUMINARIA LED REFLETOR RETANGULAR BIVOLT, LUZ BRANCA, 50 W	UN	1,00	R\$ 53,21
280	SINAPI	3803	LUMINARIA PLAFON REDONDO COM VIDRO FOSCO DIAMETRO *25* CM, PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	1,00	R\$ 77,13
281	SINAPI	12266	LUMINARIA SPOT DE SOBREPOR EM ALUMINIO COM ALETA PLASTICA PARA 1 LAMPADA, BASE E27, POTENCIA MAXIMA 40/60 W (NAO INCLUI LAMPADA)	UN	1,00	R\$ 133,96
282	SINAPI	36147	LUVA DE BORRACHA ISOLANTE PARA ALTA TENSAO, RESISTENTE A OZONIO, TENSAO DE ENSAIO 2,5 KV (PAR)	PAR	1,00	R\$ 425,15
283	SINAPI	40370	LUVA DE REDUCAO EM ACO CARBONO, COM ENCAIXE PARA SOLDA DN SW, PRESSAO 3.000 LBS, DN 2 1/2" X 2"	UN	1,00	R\$ 201,53
284	SINAPI	1893	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/2", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 3,78
285	SINAPI	1902	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1 1/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 2,75
286	SINAPI	1892	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 1", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,77
287	SINAPI	1891	LUVA EM PVC RIGIDO ROSCAVEL, DE 3/4", PARA ELETRODUTO	UN	1,00	R\$ 1,27
288	SINAPI	2643	LUVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 50 MM (2")	UN	1,00	R\$ 10,65
289	SINAPI	2640	LUVA PARA ELETRODUTO, EM ACO GALVANIZADO ELETROLITICO, DIAMETRO DE 65 MM (2 1/2")	UN	1,00	R\$ 15,55
290	SINAPI	3877	LUVA PVC, ROSCAVEL, 1 1/4", AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 10,06
291	SINAPI	12892	LUVA RASPA DE COURO, CANO CURTO (PUNHO *7* CM)	PAR	1,00	R\$ 14,78
292	SINAPI	3899	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 100 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 7,51
293	SINAPI	3897	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 1,58
294	SINAPI	3875	LUVA SIMPLES, PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 3,42
295	SINAPI	37456	MANGUEIRA CRISTAL PARA NIVEL, LISA, PVC TRANSPARENTE, 5/16" X1 MM	M	1,00	R\$ 1,95
296	SINAPI	626	MANTA LIQUIDA DE BASE ASFALTICA MODIFICADA COM A ADICAO DE ELASTOMEROS DILUIDOS EM SOLVENTE ORGANICO, APLICACAO A FRIO (MEMBRANA IMPERMEABILIZANTE ASFALTICA)	KG	1,00	R\$ 21,11
297	SINAPI	36141	MASCARA DE SEGURANCA PARA SOLDA COM ESCUDO DE CELERON E CARNEIRA DE PLASTICO COM REGULAGEM	UN	1,00	R\$ 44,36
298	SINAPI	43651	MASSA ACRILICA PARA SUPERFICIES INTERNAS E EXTERNAS	KG	1,00	R\$ 6,22
299	SINAPI	10498	MASSA PARA VIDRO	KG	1,00	R\$ 19,71
300	SINAPI	4823	MASSA PLASTICA PARA MARMORE/GRANITO	KG	1,00	R\$ 44,70
301	SINAPI	11499	MOLA HIDRAULICA DE PISO, PARA PORTAS DE ATE 1100 MM E PESO DE ATE 120 KG, COM CORPO EM ACO INOX	UN	1,00	R\$ 792,96
302	SINAPI	36152	OCULOS DE SEGURANCA CONTRA IMPACTOS COM LENTE INCOLOR, ARMACAO NYLON, COM PROTECAO UVA E UVB	UN	1,00	R\$ 6,40
303	SINAPI	11964	PARAFUSO DE ACO TIPO CHUMBADOR PARABOLT, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 75 MM	UN	1,00	R\$ 2,82
304	SINAPI	4377	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,2 MM, COMPRIMENTO * 32 * MM	UN	1,00	R\$ 0,22
305	SINAPI	4356	PARAFUSO DE ACO ZINCADO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 45 MM	UN	1,00	R\$ 0,31
306	SINAPI	4346	PARAFUSO DE FERRO POLIDO, SEXTAVADO, COM ROSCA PARCIAL, DIAMETRO 5/8", COMPRIMENTO 6", COM PORCA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	1,00	R\$ 11,99
307	SINAPI	4358	PARAFUSO DE LATAO COM ROSCA SOBERBA, CABECA CHATA E FENDA SIMPLES, DIAMETRO 4,8 MM, COMPRIMENTO 65 MM	UN	1,00	R\$ 2,40
308	SINAPI	39439	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO FOSFATIZADO, CABECA TROMBETA E PONTA BROCA (TB), COMPRIMENTO 25 MM	UN	1,00	R\$ 0,18
309	SINAPI	39443	PARAFUSO DRY WALL, EM ACO ZINCADO, CABECA LENTILHA E PONTA BROCA (LB), LARGURA 4,2 MM, COMPRIMENTO 13 MM	UN	1,00	R\$ 0,28

310	SINAPI	4344	PARAFUSO FRANCES METRICO ZINCADO, DIAMETRO 12 MM, COMPRIMENTO 150 MM, COM PORCA SEXTAVADA E ARRUELA DE PRESSAO MEDIA	UN	1,00	R\$ 24,26
311	SINAPI	4351	PARAFUSO NIQUELADO 3 1/2" COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-8	UN	1,00	R\$ 19,72
312	SINAPI	4384	PARAFUSO NIQUELADO COM ACABAMENTO CROMADO PARA FIXAR PECA SANITARIA, INCLUI PORCA CEGA, ARRUELA E BUCHA DE NYLON TAMANHO S-10	UN	1,00	R\$ 26,60
313	SINAPI	11054	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,2 X 20 MM (3/4 ")	UN	1,00	R\$ 0,04
314	SINAPI	11055	PARAFUSO ROSCA SOBERBA ZINCADO CABECA CHATA FENDA SIMPLES 3,5 X 25 MM (1 ")	UN	1,00	R\$ 0,07
315	SINAPI	4302	PARAFUSO ZINCADO ROSCA SOBERBA, CABECA SEXTAVADA, 5/16 " X 250 MM, PARA FIXACAO DE TELHA EM MADEIRA	UN	1,00	R\$ 3,68
316	SINAPI	40547	PARAFUSO ZINCADO, AUTOBROCANTE, FLANGEADO, 4,2 MM X 19 MM	CENTO	1,00	R\$ 32,32
317	SINAPI	11962	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 1/4", COMPRIMENTO 1/2"	UN	1,00	R\$ 0,26
318	SINAPI	4332	PARAFUSO ZINCADO, SEXTAVADO, COM ROSCA INTEIRA, DIAMETRO 3/8", COMPRIMENTO 2"	UN	1,00	R\$ 1,29
319	SINAPI	40552	PARAFUSO, AUTO ATARRACHANTE, CABECA CHATA, FENDA SIMPLES, 1/4" (6,35 MM) X 25 MM	CENTO	1,00	R\$ 55,41
320	SINAPI	40549	PARAFUSO, COMUM, ASTM A307, SEXTAVADO, DIAMETRO 1/2" (12,7 MM), COMPRIMENTO 1" (25,4 MM)	CENTO	1,00	R\$ 219,33
321	SINAPI	20078	PASTA LUBRIFICANTE PARA TUBOS E CONEXOES COM JUNTA ELASTICA, EMBALAGEM DE *400* GR (USO EM PVC, ACO, POLIETILENO E OUTROS)	UN	1,00	R\$ 25,40
322	SINAPI	4721	PEDRA BRITADA N. 1 (9,5 a 19 MM) POSTO PEDREIRA/FORNECEDOR, SEM FRETE	M3	1,00	R\$ 115,64
323	SINAPI	39430	PENDURAL OU PRESILHA REGULADORA, EM ACO GALVANIZADO, COM CORPO, MOLA E REBITE, PARA PERFIL TIPO CANALETA DE ESTRUTURA EM FORROS DRYWALL	UN	1,00	R\$ 3,25
324	SINAPI	43083	PERFIL "U" ENRIJECIDO DE ACO GALVANIZADO, DOBRADO, 150 X 60 X 20 MM, E = 3,00 MM OU 200 X 75 X 25 MM, E = 3,75 MM	KG	1,00	R\$ 11,20
325	SINAPI	40535	PERFIL "U" SIMPLES DE ACO GALVANIZADO DOBRADO 75 X *40* MM, E = 2,65 MM	KG	1,00	R\$ 11,20
326	SINAPI	39427	PERFIL CANALETA, FORMATO C, EM ACO ZINCADO, PARA ESTRUTURA FORRO DRYWALL, E = 0,5 MM, *46 X 18* (L X H), COMPRIMENTO 3 M	M	1,00	R\$ 8,64
327	SINAPI	40598	PERFIL UDC ("U" DOBRADO DE CHAPA) SIMPLES DE ACO LAMINADO, GALVANIZADO, ASTM A36, 127 X 50 MM, E= 3 MM	KG	1,00	R\$ 10,92
328	SINAPI	39029	PERFILADO PERFURADO DUPLO 38 X 76 MM, CHAPA 22	M	1,00	R\$ 24,55
329	SINAPI	38386	PINCEL CHATO (TRINCHA) CERDAS GRIS 1.1/2 " (38 MM)	UN	1,00	R\$ 4,85
330	SINAPI	37395	PINO DE ACO COM FURO, HASTE = 27 MM (ACAO DIRETA)	CENTO	1,00	R\$ 40,33
331	SINAPI	1287	PISO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MAIOR OU IGUAL A 4, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	1,00	R\$ 39,64
332	SINAPI	4786	PISO EM GRANILITE, MARMORITE OU GRANITINA, AGREGADO COR PRETO, CINZA, PALHA OU BRANCO, E= *8* MM (INCLUSO EXECUCAO)	M2	1,00	R\$ 93,50
333	SINAPI	4813	PLACA DE OBRA (PARA CONSTRUCAO CIVIL) EM CHAPA GALVANIZADA *N. 22*, ADESIVADA, DE *2,4 X 1,2* M (SEM POSTES PARA FIXACAO)	M2	1,00	R\$ 445,00
334	SINAPI	37560	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO - ALERTA, TRIANGULAR, BASE DE *30* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,00	R\$ 39,37
335	SINAPI	37556	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, QUADRADA, *20 X 20* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,00	R\$ 23,13
336	SINAPI	37539	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *13 X 26* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,00	R\$ 20,00
337	SINAPI	37558	PLACA DE SINALIZACAO DE SEGURANCA CONTRA INCENDIO, FOTOLUMINESCENTE, RETANGULAR, *20 X 40* CM, EM PVC *2* MM ANTI-CHAMAS (SIMBOLOS, CORES E PICTOGRAMAS CONFORME NBR 16820)	UN	1,00	R\$ 37,29
338	SINAPI	4307	PLACA DE VENTILACAO PARA TELHA DE FIBROCIMENTO, CANALETE 90 OU KALHETAO	UN	1,00	R\$ 12,08
339	SINAPI	4491	PONTALETE *7,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 5,73
340	SINAPI	39997	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 1/4"	UN	1,00	R\$ 0,36
341	SINAPI	4342	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 3/8"	UN	1,00	R\$ 0,26
342	SINAPI	4342	PORCA ZINCADA, SEXTAVADA, DIAMETRO 3/8"	UN	1,00	R\$ 0,26
343	SINAPI	4992	PORTA DE ABRIR / GIRO, DE MADEIRA FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM LAMINADO NATURAL PARA VERNIZ	UN	1,00	R\$ 212,95
344	SINAPI	39025	PORTA DE ABRIR EM ALUMINIO TIPO VENEZIANA, ACABAMENTO ANODIZADO NATURAL, SEM GUARNICAO/ALIZAR/VISTA, 87 X 210 CM	UN	1,00	R\$ 842,49
345	SINAPI	10554	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 700 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	1,00	R\$ 162,67
346	SINAPI	10555	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 800 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	1,00	R\$ 177,39
347	SINAPI	10556	PORTA DE MADEIRA, FOLHA MEDIA (NBR 15930) DE 900 X 2100 MM, DE 35 MM A 40 MM DE ESPESSURA, NUCLEO SEMI-SOLIDO (SARRAFEADO), CAPA LISA EM HDF, ACABAMENTO EM PRIMER PARA PINTURA	UN	1,00	R\$ 235,86

348	SINAPI	5066	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 12 X 12	KG	1,00	R\$ 29,49
349	SINAPI	20247	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	1,00	R\$ 24,78
350	SINAPI	5074	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 15 X 18 (1 1/2 X 13)	KG	1,00	R\$ 25,07
351	SINAPI	5068	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 21 (2 X 11)	KG	1,00	R\$ 22,38
352	SINAPI	5073	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 24 (2 1/4 X 11)	KG	1,00	R\$ 22,81
353	SINAPI	5069	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	1,00	R\$ 22,81
354	SINAPI	5070	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 17 X 30 (2 3/4 X 11)	KG	1,00	R\$ 23,06
355	SINAPI	5061	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 27 (2 1/2 X 10)	KG	1,00	R\$ 22,00
356	SINAPI	5075	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 18 X 30 (2 3/4 X 10)	KG	1,00	R\$ 22,38
357	SINAPI	39027	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 19 X 36 (3 1/4 X 9)	KG	1,00	R\$ 22,36
358	SINAPI	40568	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA 22 X 48 (4 1/4 X 5)	KG	1,00	R\$ 22,55
359	SINAPI	40304	PREGO DE ACO POLIDO COM CABECA DUPLA 17 X 27 (2 1/2 X 11)	KG	1,00	R\$ 27,62
360	SINAPI	39026	PREGO DE ACO POLIDO SEM CABECA 15 X 15 (1 1/4 X 13)	KG	1,00	R\$ 25,16
361	SINAPI	38392	PROLONGADOR/EXTENSOR PARA ROLO DE PINTURA 3 M	UN	1,00	R\$ 53,55
362	SINAPI	38376	PRUMO DE PAREDE EM ACO 700 A 750 G	UN	1,00	R\$ 59,00
363	SINAPI	11522	PUXADOR DE EMBUTIR TIPO CONCHA, COM FURO PARA CHAVE, EM LATAO CROMADO, COMPRIMENTO DE APROX *100* MM E LARGURA DE APROX *40* MM	UN	1,00	R\$ 13,53
364	SINAPI	12039	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 24 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	R\$ 612,70
365	SINAPI	12041	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 150 A	UN	1,00	R\$ 702,65
366	SINAPI	12043	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 30 DISJUNTORES DIN, 225 A	UN	1,00	R\$ 1.483,53
367	SINAPI	12042	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE EMBUTIR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 40 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	R\$ 1.031,02
368	SINAPI	12038	QUADRO DE DISTRIBUICAO COM BARRAMENTO TRIFASICO, DE SOBREPOR, EM CHAPA DE ACO GALVANIZADO, PARA 18 DISJUNTORES DIN, 100 A	UN	1,00	R\$ 539,60
369	SINAPI	39795	QUADRO DE DISTRIBUICAO, SEM BARRAMENTO, EM PVC, DE EMBUTIR, PARA 6 DISJUNTORES NEMA OU 8 DISJUNTORES DIN	UN	1,00	R\$ 49,36
370	SINAPI	5102	RALO SECO / RALO DE PASSAGEM EM PVC, QUADRADO, 100 X 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA BRANCA	UN	1,00	R\$ 12,70
371	SINAPI	11739	RALO SECO CONICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	1,00	R\$ 9,05
372	SINAPI	11741	RALO SIFONADO CILINDRICO, PVC, 100 X 40 MM, COM GRELHA REDONDA BRANCA	UN	1,00	R\$ 11,53
373	SINAPI	11745	RALO SIFONADO QUADRADO, PVC, 100 X 53 MM, SAIDA 40 MM, COM GRELHA QUADRADA BRANCA	UN	1,00	R\$ 15,19
374	SINAPI	39374	REATOR INTERNO/INTEGRADO PARA LAMPADA VAPOR METALICO 400 W, ALTO FATOR DE POTENCIA	UN	1,00	R\$ 165,50
375	SINAPI	5104	REBITE DE ALUMINIO VAZADO DE REPUXO, 3,2 X 8 MM (1KG = 1025 UNIDADES)	KG	1,00	R\$ 67,02
376	SINAPI	11675	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 32 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,00	R\$ 36,70
377	SINAPI	11677	REGISTRO DE ESFERA, PVC, COM VOLANTE, VS, SOLDABEL, DN 50 MM, COM CORPO DIVIDIDO	UN	1,00	R\$ 50,70
378	SINAPI	6019	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 1 " (REF 1509)	UN	1,00	R\$ 36,79
379	SINAPI	6011	REGISTRO GAVETA BRUTO EM LATAO FORJADO, BITOLA 2 1/2 " (REF 1509)	UN	1,00	R\$ 182,85
380	SINAPI	6015	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/2 " (REF 1509)	UN	1,00	R\$ 101,22
381	SINAPI	6014	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 1 1/4 " (REF 1509)	UN	1,00	R\$ 96,77
382	SINAPI	6005	REGISTRO GAVETA COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADOS, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1509)	UN	1,00	R\$ 56,86
383	SINAPI	6024	REGISTRO PRESSAO COM ACABAMENTO E CANOPLA CROMADA, SIMPLES, BITOLA 3/4 " (REF 1416)	UN	1,00	R\$ 53,63
384	SINAPI	38379	REGUA DE ALUMINIO PARA PEDREIRO 2 X 1 "	M	1,00	R\$ 69,23
385	SINAPI	34357	REJUNTE CIMENTICIO, QUALQUER COR	KG	1,00	R\$ 4,69
386	SINAPI	37329	REJUNTE EPOXI, QUALQUER COR	KG	1,00	R\$ 98,93
387	SINAPI	2510	RELE FOTOELETRICO INTERNO E EXTERNO BIVOLT 1000 W, DE CONECTOR, SEM BASE	UN	1,00	R\$ 44,20
388	SINAPI	7353	RESINA ACRILICA PREMIUM BASE AGUA - COR BRANCA	L	1,00	R\$ 28,71
389	SINAPI	536	REVESTIMENTO EM CERAMICA ESMALTADA EXTRA, PEI MENOR OU IGUAL A 3, FORMATO MENOR OU IGUAL A 2025 CM2	M2	1,00	R\$ 39,60
390	SINAPI	36250	RODAFORRO EM PVC, PARA FORRO DE PVC, COMPRIMENTO 6 M	M	1,00	R\$ 5,19
391	SINAPI	38390	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UN	1,00	R\$ 33,27
392	SINAPI	38390	ROLO DE LA DE CARNEIRO 23 CM (SEM CABO)	UN	1,00	R\$ 33,27
393	SINAPI	1113	RUFO EXTERNO/INTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 26, CORTE 33 CM	M	1,00	R\$ 33,48
394	SINAPI	40873	RUFO INTERNO/EXTERNO DE CHAPA DE ACO GALVANIZADA NUM 24, CORTE 25 CM	M	1,00	R\$ 31,21
395	SINAPI	4512	SARRAFO *2,5 X 5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 1,38
396	SINAPI	4517	SARRAFO *2,5 X 7,5* CM EM PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 2,00
397	SINAPI	4417	SARRAFO NAO APARELHADO *2,5 X 7* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 4,46

398	SINAPI	4415	SARRAFO NAO APARELHADO 2,5 X 5 CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 3,10
399	SINAPI	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	1,00	R\$ 6,67
400	SINAPI	6085	SELADOR ACRILICO OPACO PREMIUM INTERIOR/EXTERIOR	L	1,00	R\$ 6,67
401	SINAPI	142	SELANTE ELASTICO MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIURETANO (PU) PARA JUNTAS DIVERSAS	310ML	1,00	R\$ 41,00
402	SINAPI	38123	SELANTE TIPO VEDA CALHA PARA METAL E FIBROCIMENTO	KG	1,00	R\$ 42,16
403	SINAPI	6149	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA PIA OU LAVATORIO, 1 X 1.1/2 "	UN	1,00	R\$ 16,09
404	SINAPI	6146	SIFAO PLASTICO TIPO COPO PARA TANQUE, 1.1/4 X 1.1/2 "	UN	1,00	R\$ 17,06
405	SINAPI	39961	SILICONE ACETICO USO GERAL INCOLOR 280 G	UN	1,00	R\$ 27,09
406	SINAPI	20083	SOLUCAO PREPARADORA / LIMPADORA PARA PVC, FRASCO COM 1000 CM3	UN	1,00	R\$ 69,74
407	SINAPI	12295	SOQUETE DE BAQUELITE BASE E27, PARA LAMPADAS	UN	1,00	R\$ 3,84
408	SINAPI	12294	SOQUETE DE PORCELANA BASE E27, PARA USO AO TEMPO, PARA LAMPADAS	UN	1,00	R\$ 11,93
409	SINAPI	38099	SUPORTE DE FIXACAO PARA ESPELHO / PLACA 4" X 2", PARA 3 MODULOS, PARA INSTALACAO DE TOMADAS E INTERRUPTORES (SOMENTE SUPORTE)	UN	1,00	R\$ 1,70
410	SINAPI	37590	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 30 CM, CAPACIDADE MINIMA 60 KG, BRANCO	UN	1,00	R\$ 21,80
411	SINAPI	37591	SUPORTE MAO-FRANCESA EM ACO, ABAS IGUAIS 40 CM, CAPACIDADE MINIMA 70 KG, BRANCO	UN	1,00	R\$ 26,21
412	SINAPI	6193	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 20* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 11,58
413	SINAPI	6189	TABUA NAO APARELHADA *2,5 X 30* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 16,91
414	SINAPI	38465	TALHADEIRA COM PUNHO DE PROTECAO *20 X 250* MM	UN	1,00	R\$ 28,15
415	SINAPI	7136	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 32 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 9,21
416	SINAPI	7129	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 13,43
417	SINAPI	7131	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 50 MM X 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 26,87
418	SINAPI	7132	TE DE REDUCAO, PVC, SOLDABEL, 90 GRAUS, 75 MM X 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 74,59
419	SINAPI	7116	TE PVC SOLDABEL, BBB, 90 GRAUS, DN 40 MM, PARA ESGOTO SECUNDARIO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 4,02
420	SINAPI	7121	TE PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 20 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 14,69
421	SINAPI	7137	TE PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 1/2", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 13,22
422	SINAPI	7122	TE PVC, SOLDABEL, COM BUCHA DE LATAO NA BOLSA CENTRAL, 90 GRAUS, 25 MM X 3/4", PARA AGUA FRIA PREDIAL	UN	1,00	R\$ 16,52
423	SINAPI	11655	TE SANITARIO, PVC, DN 100 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 18,09
424	SINAPI	7097	TE SANITARIO, PVC, DN 50 X 50 MM, SERIE NORMAL, PARA ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 8,41
425	SINAPI	7139	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 25 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 1,87
426	SINAPI	7140	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 32 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 6,21
427	SINAPI	7141	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 40 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 13,58
428	SINAPI	7142	TE SOLDABEL, PVC, 90 GRAUS, 50 MM, PARA AGUA FRIA PREDIAL (NBR 5648)	UN	1,00	R\$ 15,18
429	SINAPI	20179	TE, PVC, SERIE R, 100 X 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS	UN	1,00	R\$ 62,11
430	SINAPI	34557	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,20 A 1,70* MM, MALHA 15 X 15 MM, (C X L) *50 X 7,5* CM	M	1,00	R\$ 3,94
431	SINAPI	37411	TELA DE ACO SOLDADA GALVANIZADA/ZINCADA PARA ALVENARIA, FIO D = *1,24 MM, MALHA 25 X 25 MM	M2	1,00	R\$ 28,81
432	SINAPI	7156	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-196, (3,11 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 5,0 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	M2	1,00	R\$ 44,46
433	SINAPI	10931	TELA DE ARAME GALVANIZADA, HEXAGONAL, FIO 0,56 MM (24 BWG), MALHA 1/2", H = 1 M	M2	1,00	R\$ 16,77
434	SINAPI	7184	TELHA DE FIBRA DE VIDRO ONDULADA INCOLOR, E = 0,6 MM, DE *0,50 X 2,44* M	M2	1,00	R\$ 45,08
435	SINAPI	7194	TELHA DE FIBROCIMENTO ONDULADA E = 6 MM, DE 2,44 X 1,10 M (SEM AMIANTO)	M2	1,00	R\$ 29,74
436	SINAPI	7234	TELHA ESTRUTURAL DE FIBROCIMENTO 1 ABA, DE 0,52 X 3,60 M (SEM AMIANTO)	UN	1,00	R\$ 224,39
437	SINAPI	25007	TELHA ONDULADA EM ACO ZINCADO, ALTURA DE 17 MM, ESPESSURA DE 0,50 MM, LARGURA UTIL DE APROXIMADAMENTE 985 MM, SEM PINTURA	M2	1,00	R\$ 58,00
438	SINAPI	1574	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 10 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	1,00	R\$ 1,61
439	SINAPI	1575	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 16 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	1,00	R\$ 1,91
440	SINAPI	1570	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 2,5 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	1,00	R\$ 0,96
441	SINAPI	1577	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 35 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M8	UN	1,00	R\$ 2,99
442	SINAPI	1571	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 4 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M5	UN	1,00	R\$ 1,25
443	SINAPI	1573	TERMINAL A COMPRESSAO EM COBRE ESTANHADO PARA CABO 6 MM2, 1 FURO E 1 COMPRESSAO, PARA PARAFUSO DE FIXACAO M6	UN	1,00	R\$ 1,49
444	SINAPI	39319	TERMINAL DE VENTILACAO, 50 MM, SERIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL	UN	1,00	R\$ 8,14

445	SINAPI	11838	TERMINAL METALICO A PRESSAO PARA 1 CABO DE 240 MM2, COM 1 FURO DE FIXACAO	UN	1,00	R\$ 36,31
446	SINAPI	7313	TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DILUIDA EM SOLVENTE, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS, METAL E MADEIRA	L	1,00	R\$ 23,49
447	SINAPI	7319	TINTA ASFALTICA IMPERMEABILIZANTE DISPERSA EM AGUA, PARA MATERIAIS CIMENTICIOS	L	1,00	R\$ 13,45
448	SINAPI	7311	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM ACETINADO	L	1,00	R\$ 34,01
449	SINAPI	7293	TINTA ESMALTE SINTETICO PREMIUM DE DUPLA ACAO GRAFITE FOSCO PARA SUPERFICIES METALICAS FERROSAS	L	1,00	R\$ 36,43
450	SINAPI	7356	TINTA LATEX ACRILICA PREMIUM, COR BRANCO FOSCO	L	1,00	R\$ 25,91
451	SINAPI	38101	TOMADA 2P+T 10A, 250V (APENAS MODULO)	UN	1,00	R\$ 8,80
452	SINAPI	7528	TOMADA 2P+T 10A, 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1,00	R\$ 10,34
453	SINAPI	38075	TOMADA 2P+T 20A 250V, CONJUNTO MONTADO PARA EMBUTIR 4" X 2" (PLACA + SUPORTE + MODULO)	UN	1,00	R\$ 17,91
454	SINAPI	38102	TOMADA 2P+T 20A, 250V (APENAS MODULO)	UN	1,00	R\$ 11,26
455	SINAPI	11829	TORNEIRA DE BOIA CONVENCIONAL PARA CAIXA D'AGUA, AGUA FRIA, 1/2", COM HASTE E TORNEIRA METALICOS E BALAO PLASTICO	UN	1,00	R\$ 27,13
456	SINAPI	13417	TORNEIRA METALICA CROMADA CANO CURTO, SEM BICO, SEM AREJADOR, DE PAREDE, PARA TANQUE E USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1143)	UN	1,00	R\$ 91,17
457	SINAPI	36791	TORNEIRA METALICA CROMADA DE MESA PARA LAVATORIO, BICA ALTA, COM AREJADOR (REF 1195)	UN	1,00	R\$ 136,83
458	SINAPI	11773	TORNEIRA METALICA CROMADA DE PAREDE, PARA COZINHA, BICA MOVEL, COM AREJADOR, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1167 / 1168)	UN	1,00	R\$ 121,23
459	SINAPI	7604	TORNEIRA METALICA CROMADA PARA TANQUE / JARDIM, SEM BICO , CANO LONGO, DE PAREDE, PADRAO POPULAR / USO GERAL, 1/2 " OU 3/4 " (REF 1126)	UN	1,00	R\$ 48,69
460	SINAPI	9836	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 100 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	1,00	R\$ 17,34
461	SINAPI	9835	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 40 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	1,00	R\$ 6,25
462	SINAPI	9838	TUBO PVC SERIE NORMAL, DN 50 MM, PARA ESGOTO PREDIAL (NBR 5688)	M	1,00	R\$ 10,64
463	SINAPI	9841	TUBO PVC, SERIE R, DN 100 MM, PARA ESGOTO OU AGUAS PLUVIAIS PREDIAIS (NBR 5688)	M	1,00	R\$ 42,79
464	SINAPI	9868	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 25 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 5,58
465	SINAPI	9869	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 32 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 12,53
466	SINAPI	9874	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 40 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 18,24
467	SINAPI	9875	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 50 MM, PARA AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 20,90
468	SINAPI	9871	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 75 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 59,06
469	SINAPI	9872	TUBO PVC, SOLDAVEL, DN 85 MM, AGUA FRIA (NBR-5648)	M	1,00	R\$ 73,79
470	SINAPI	10236	VALVULA DE RETENCAO DE BRONZE, PE COM CRIVOS, EXTREMIDADE COM ROSCA, DE 1 1/2", PARA FUNDO DE POCO	UN	1,00	R\$ 108,30
471	SINAPI	6153	VALVULA EM PLASTICO BRANCO PARA TANQUE OU LAVATORIO 1 ", SEM UNHO E SEM LADRAO	UN	1,00	R\$ 3,43
472	SINAPI	39996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	1,00	R\$ 5,49
473	SINAPI	39996	VERGALHAO ZINCADO ROSCA TOTAL, 1/4 " (6,3 MM)	M	1,00	R\$ 5,49
474	SINAPI	10481	VERNIZ MARITIMO PREMIUM PARA MADEIRA, COM FILTRO SOLAR, BRILHANTE, USO INTERNO E EXTERNO	L	1,00	R\$ 30,75
475	SINAPI	10491	VIDRO LISO INCOLOR 6 MM - SEM COLOCACAO	M2	1,00	R\$ 439,16
476	SINAPI	10507	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 10 MM, SEM COLOCACAO	M2	1,00	R\$ 481,82
477	SINAPI	10506	VIDRO TEMPERADO INCOLOR E = 8 MM, SEM COLOCACAO	M2	1,00	R\$ 371,14
478	SINAPI	4425	VIGA NAO APARELHADA *6 X 12* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 17,34
479	SINAPI	4472	VIGA NAO APARELHADA *6 X 16* CM, EM MACARANDUBA, ANGELIM OU EQUIVALENTE DA REGIAO - BRUTA	M	1,00	R\$ 21,66

Porto Velho, 08 de setembro de 2022.

DAVI MARTINS GONÇALVES

Coordenador de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **Davi Martins Gonçalves, Coordenador(a)**, em 07/12/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0031946139** e o código CRC **F0B35A5E**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

PLANILHA

RESUMO ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA - SEJUS

		DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA			MANUTENÇÃO PREDIAL			
LOTE	LOCALIDADES	BÁSICO E ACABAMENTO ATA 77/2022	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS ATA 77/2022	CABEAMENTO ESTRUTURADO ATA 77/2022	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CABEAMENTO ESTRUTURADO	TOTAL
1	PORTO VELHO	R\$ 1.408.195,60	R\$ 1.053.335,61	R\$ 180.523,65	R\$ 355.990,66	R\$ 317.373,41		R\$ 3.315.418,93
2	GUAJARÁ MIRIM, NOVA MAMORÉ	R\$ 204.154,59	R\$ 251.285,29	-	R\$ 46.310,43	R\$ 103.910,48		R\$ 605.660,79
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINO DOESTE	R\$ 288.695,44	R\$ 341.026,43	-	R\$ 8.131,12	R\$ 246.147,92		R\$ 884.000,91
4	JARU, OURO PRETO DOESTE, JI-PARANA, PRECIDENTE MEDICE, ALVORADA DOESTE	R\$ 838.935,63	R\$ 773.676,30	-	R\$ 265.890,57	R\$ 422.419,88		R\$ 2.300.922,38
5	CACOAL, ESPIGÃO DOESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA DOESTE, ALTA FLORESTA DOESTE	R\$ 347.498,48	R\$ 423.170,70	-	R\$ 22.635,22	R\$ 338.700,11		R\$ 1.132.004,51
6	SÃO MIGUEL DO GUAPARÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES	R\$ 274.429,15	R\$ 225.135,93	-				R\$ 499.565,08
7	VILHENA, COLORADO DOESTE, CEREJEIRAS	R\$ 255.472,63	R\$ 335.156,09	-	R\$ 39.663,73	R\$ 98.243,47		R\$ 728.535,92
SUBTOTAL →		R\$ 3.617.381,52	R\$ 3.402.786,35	R\$ 180.523,65	R\$ 738.621,73	R\$ 1.526.795,27	R\$ -	R\$ 9.466.108,52

Porto Velho, 6 de dezembro de 2022.

THAUANY LAYSA SILVA REIS

Chefe de Núcleo de Manutenção Predial e Execuções Diretas

DAVI MARTINS GONÇALVES

Coordenador de Infraestrutura



Documento assinado eletronicamente por **THAUANY LAYSA SILVA REIS**, Chefe de Núcleo, em 07/12/2022, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Davi Martins Goncalves**, Coordenador(a), em 07/12/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032029027** e o código CRC **336BD03B**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

PLANILHA

RESUMO ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL- SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA, DEFESA E CIDADANIA
- SESDEC

REGIÕES	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA			TOTAL
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	CABEAMENTO ESTRUTURADO	
1	PORTO VELHO, CANDEIAS, ITAPUÃ D'OESTE	R\$ 540.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 940.000,00
2	GUAJARA-MIRIM, NOVA MAMORÉ	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 10.000,00
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 240.000,00
4	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	R\$ 150.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 290.000,00
5	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 140.000,00
6	COSTA MARQUES, SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ E SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ E SERINGUEIRAS	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 100.000,00
7	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	R\$ 100.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 190.000,00
TOTAIS		R\$ 1.000.000,00	R\$ 660.000,00	R\$ 340.000,00	R\$2.000.000,00

Porto Velho, 6 de dezembro de 2022.

PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA

Gerente de Planejamento - SESDEC



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE DA SILVA BARBOSA**, Diretor(a) Executivo(a), em 12/12/2022, às 09:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032029225** e o código CRC **CAD9C6C9**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

PLANILHA

RESUMO ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - AGENCIA DE DEF. SANIT. AGROSSILVOPASTORIL DE RONDÔNIA - IDARON

LOTE	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA		MANUTENÇÃO PREDIAL		CABEAMENTO ESTRUTURADO	TOTAL
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS		
1	PORTO VELHO; CALAMA; CANDEIAS DO JAMARI; EXTREMA; ITAPUÃ DO OESTE; JACI PARANÁ; NOVA CALIFÓRNIA; TRIUNFO; UNIÃO BANDEIRANTES; VISTA ALEGRE DO ABUNÃ.	100.020,04	69.137,63	200.040,09	138.275,25	123.488,66	630.961,67
2	GUAJARÁ MIRIM; NOVA MAMORÉ; NOVA DIMENSÃO; PALMEIRAS; SURPRESA.	20.500,78	14.170,91	41.001,56	28.341,82	25.311,07	129.326,14
3	ARIQUEMES; BURITIS; MACHADINHO DO OESTE; ALTO PARAÍSO; CACAULÂNDIA; CAMPO NOVO DE RO; CUJUBIM; JACINÓPOLIS; MONTE NEGRO; QUINTO BEC.; RIO BRANCO; RIO CRESPO; RIO PARDO.	102.299,25	70.713,10	204.598,49	141.426,19	126.302,66	645.339,69
4	JARU; OURO PRETO DO OESTE; JI-PARANÁ; PRESIDENTE MÉDICI; ALVORADA DO OESTE; BOM JESUS; COLINA VERDE; ESTRELA DE RO; GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA; MIRANTE DA SERRA; NOVA COLINA; NOVA LONDRINA; NOVA UNIÃO; PALMARES D'OESTE; RONDOMINAS; SANTA ROSA; TARILÂNDIA; TEIXEIRÓPOLIS; THEOBROMA; URUPÁ; VALE DO ANARI; VALE DO PARAÍSO;	108.313,68	74.870,50	216.627,35	149.740,99	133.728,31	683.280,83
5	CACOAL; ESPIGÃO DO OESTE; PIMENTA BUENO; ROLIM DE MOURA; SANTA LUZIA; ALTA FLORESTA; ALTO ALEGRE DOS PARECIS; BOA VISTA DO PACARANA; CASTANHEIRAS; IZIDOLÂNDIA; MIGRANTINÓPOLIS; MINISTRO ANDREAZZA; NOVA BRASILÂNDIA; NOVA ESTRELA; NOVO HORIZONTE; PARECIS; PRIMAVERA DE RONDÔNIA; ROLIM DE MOURA DO GUAPORÉ; SÃO FELIPE.	102.799,22	71.058,69	205.598,43	142.117,39	126.919,94	648.493,67
6	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ; SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ; COSTA MARQUES; SANTANA DO GUAPORÉ; SÃO DOMINGOS; SERINGUEIRAS.	36.465,60	25.206,40	72.931,20	50.412,79	45.021,86	230.037,85
7	VILHENA; COLORADO DO OESTE; CEREJEIRAS; BOA ESPERANÇA; CABIXI; CHUPINGUAIA; CORUMBIARA; NOVO PLANO; PIMENTEIRAS; DO OESTE;	83.217,10	57.522,80	166.434,20	115.045,59	102.743,09	524.962,78
TOTAIS		R\$ 553.615,67	R\$ 382.680,03	R\$ 1.107.231,32	R\$ 765.360,02	R\$ 683.515,59	R\$ 3.492.402,63

Porto Velho, 06 de dezembro de 2022.

RAFAEL LACERDA DE ARAÚJO
Assessor Chefe
ASTEC-IDARON



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL LACERDA DE ARAUJO, Assessor(a)**, em 07/12/2022, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032029320** e o código CRC **52281CF4**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

PLANILHA

RESUMO ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO CIVIL - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER

LOTE	DESCRIÇÃO DOS MUNICÍPIOS E LOCALIDADES	DEMANDAS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA		MANUTENÇÃO PREDIAL		CABEAMENTO ESTRUTURADO	TOTAL
		BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	BÁSICO E ACABAMENTO	ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS		
1	PORTO VELHO, EXTREMA	-	-	1.565.324,42	199.994,53	45.956,00	1.811.274,95
2	GUAJARA-MIRIM, NOVA MAMORÉ	-	-	-	-	-	-
3	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO D'OESTE	-	-	1.113.165,09	153.120,21	-	1.266.285,30
4	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE	-	-	1.517.952,39	153.120,21	-	1.671.072,60
5	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA D'OESTE, ALTA FLORESTA D'OESTE	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	1.367.482,12
6	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTA MARQUES	-	-	303.590,47	87.497,86	-	391.088,33
7	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS	-	-	1.214.361,91	153.120,21	-	1.367.482,12
TOTAIS		R\$ -	R\$ -	R\$ 5.363.431,77	R\$ 899.973,23	R\$ 45.956,00	R\$ 7.874.685,42

Porto Velho, 06 de dezembro de 2022.

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Diretor Geral - DER/RO



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 29/12/2022, às 15:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032029394** e o código CRC **A9A0C415**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

ANEXO II DO EDITAL - SAMS

SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS - SAMS					
Órgãos Participantes: SEJUS, SESDEC, IDARON e DER					
Processo: 0033.082011/2022-36					
Fonte de Recurso: Será definida na efetivação da contratação					
Exposição de Motivo: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de Obras e Serviços de Engenharia, com todos os insumos da tabela SINAPI que congregam essas áreas, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia.					

MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO					
LOTE	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CONSUMO ESTIMADO	MAIOR VALOR OFERTADO
1	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI, ITAPUÃ DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 4.169.570,81	
2	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	GUAJARÁ MIRIM, NOVA MAMORÉ	Percentual de desconto	R\$ 341.967,36	
3	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO	Percentual de desconto	R\$ 1.816.889,39	
4	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	Percentual de desconto	R\$ 3.097.719,62	
5	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	Percentual de desconto	R\$ 1.942.893,26	
6	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	Percentual de desconto	R\$ 717.416,42	

7	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais BÁSICO E ACABAMENTO.	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 1.859.149,57	
---	---------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	------------------	--

MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS

LOTE	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CONSUMO ESTIMADO	MAIOR VALOR OFERTADO
8	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	Percentual de desconto	R\$ 2.078.116,43	
9	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	GUAJARÁ MIRIM, NOVA MAMORÉ	Percentual de desconto	R\$ 427.708,50	
10	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO, ITAPUÃ DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 1.052.433,85	
11	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	Percentual de desconto	R\$ 1.673.827,88	
12	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	Percentual de desconto	R\$ 1.178.167,10	
13	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	Percentual de desconto	R\$ 418.252,98	
14	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais MATERIAL ELÉTRICO,	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 809.088,16	

	HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS.			
--	--------------------------------	--	--	--

CABEAMENTO ESTRUTURADO					
LOTE	DESCRIÇÃO	MUNICÍPIOS	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CONSUMO ESTIMADO	MAIOR VALOR OFERTADO
15	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI	Percentual de desconto	R\$ 449.968,31	
16	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	GUAJARÁ MIRIM, NOVA MAMORÉ	Percentual de desconto	R\$ 65.311,07	
17	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO, RIO CRESPO, ITAPUÃ DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 166.302,66	
18	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI, VALE DO PARAÍSO	Percentual de desconto	R\$ 173.728,31	
19	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA, SÃO FELIPE	Percentual de desconto	R\$ 166.919,94	
20	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES, SERINGUEIRAS	Percentual de desconto	R\$ 85.021,86	
21	Todos insumos da tabela SINAPI que congregam a área de materiais CABEAMENTO ESTRUTURADO.	VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA, PIMENTEIRAS DO OESTE	Percentual de desconto	R\$ 142.743,09	

Carimbo CNPJ:	Data:	Telefone:	Valor total da proposta:
	Banco:	Assinatura:	Validade da proposta:
	Agência:		

	c/c:		
--	------	--	--

Porto Velho, 6 de dezembro de 2022.

Documento assinado eletronicamente por **Davi Martins Goncalves, Coordenador(a)**, em 07/12/2022, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BERNARDO VITAL, Secretário(a)**, em 07/12/2022, às 12:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR ROCHA PERES, Presidente**, em 07/12/2022, às 12:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Marcus Castelo Branco Alves Semeraro Rito, Secretário(a)**, em 13/12/2022, às 10:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **PHILIPPE RODRIGUES MAIA LEITE, Diretor(a) Adjunto(a)**, em 16/12/2022, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0032875054** e o código CRC **D204916C**.

Referência: Caso responda este(a) SAMS, indicar expressamente o Processo nº 0033.082011/2022-36

SEI nº 0032875054

ANEXO III DO EDITAL – QUADRO COMPARATIVO DE PREÇO



ESTADO DE RONDÔNIA

dência Estadual de Compras e Licitações

Gerência de Pesquisa e Análise de Preços

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	CONSUMO ESTIMADO	PORCENTAGEM DE DESCONTO	MENOR VALOR OFERTADO
------	-----------	------	-----------	------------------	-------------------------	----------------------

LOTE 01 - PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI E ITAPUÃ DO OESTE

1	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	4.169.570,81		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 02 - GUAJARÁ MIRIM E NOVA MAMORÉ

2	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	341.967,36		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	------------	--	--

LOTE 03 - ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO E RIO CRESPO

3	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.816.889,39		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 04 - JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI E VALE DO PARAÍSO

4	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	3.097.719,62		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 05 -CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA E SÃO FELIPE

5	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.942.893,26		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	CONSUMO ESTIMADO	PORCENTAGEM DE DESCONTO	MENOR VALOR OFERTADO
------	-----------	------	-----------	------------------	-------------------------	----------------------

LOTE 06 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES E SERINGUEIRAS

6	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	717.416,42		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	------------	--	--

LOTE 07 - VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA E PIMENTEIRAS DO OESTE

7	MATERIAL BÁSICO E ACABAMENTO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAIS BÁSICOS E ACABAMENTO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.859.149,57		
---	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 08 - PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI E ITAPUÃ DO OESTE

8	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	2.078.116,43		
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 09 - GUAJARÁ MIRIM E NOVA MAMORÉ

9	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	427.708,50		
---	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	------------	--	--

LOTE 10 - ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO E RIO CRESPO

10	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.052.433,85		
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

LOTE 11 - JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI E VALE DO PARAÍSO

11	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.673.827,88		
----	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------	-----	--------------	--	--

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	CONSUMO ESTIMADO	PORCENTAGEM DE DESCONTO	MENOR VALOR OFERTADO
LOTE 12 -CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA E SÃO FELIPE						
12	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	1.178.167,10		
LOTE 13 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES E SERINGUEIRAS						
13	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	418.252,98		
LOTE 14 - VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA E PIMENTEIRAS DO OESTE						
14	MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE MATERIAL ELÉTRICO, HIDROSSANITÁRIO E FERRAMENTAS	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	809.088,16		
LOTE 15 - PORTO VELHO, CANDEIAS DO JAMARI E ITAPUÃ DO OESTE						
15	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	449.968,31		
LOTE 16 - GUAJARÁ MIRIM E NOVA MAMORÉ						
16	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	65.311,07		
LOTE 17 - ARIQUEMES, BURITIS, MACHADINHO DO OESTE, ALTO PARAÍSO, CACAULÂNDIA, CAMPO NOVO DE RO, CUJUBIM, MONTE NEGRO E RIO CRESPO						
17	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	166.302,66		

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	CONSUMO ESTIMADO	PORCENTAGEM DE DESCONTO	MENOR VALOR OFERTADO
LOTE 18 - JARU, OURO PRETO DO OESTE, JI-PARANÁ, PRESIDENTE MÉDICI, ALVORADA DO OESTE, GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA, MIRANTE DA SERRA, NOVA UNIÃO, TEIXEIRÓPOLIS, THEOBROMA, URUPÁ, VALE DO ANARI E VALE DO PARAÍSO						
18	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	173.728,31		
LOTE 19 -CACOAL, ESPIGÃO DO OESTE, PIMENTA BUENO, ROLIM DE MOURA, SANTA LUZIA, ALTA FLORESTA, ALTO ALEGRE DOS PARECIS, CASTANHEIRAS, MINISTRO ANDREAZZA, NOVA BRASILÂNDIA, NOVO HORIZONTE, PARECIS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA E SÃO FELIPE						
19	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	166.919,94		
LOTE 20 - SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ, SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, COSTAS MARQUES E SERINGUEIRAS						
20	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	85.021,86		
LOTE 21 - VILHENA, COLORADO DO OESTE, CEREJEIRAS, CABIXI, CHUPINGUAIA, CORUMBIARA E PIMENTEIRAS DO OESTE						
21	CABEAMENTO ESTRUTURADO - TODOS INSUMOS DA TABELA SINAPI QUE CONGREGAM A ÁREA DE CABEAMENTO ESTRUTURADO	PERCENTUAL DE DESCONTO	---	142.743,09		

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

ANEXO IV DO EDITAL - MODELO DE PROPOSTA

À SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL

Prezados Senhores:

Apresentamos a V.S^a, nossa proposta de preço de fornecimento de (descrever o objeto resumido) pelo preço global de R\$ (), nos termos do Edital e seus Anexos, conforme quadro abaixo:

ITEM	Especificação	UND	QTD	MARCA/ MODELO	V. UNIT.	VALOR TOTAL
01	De acordo com o ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA					

1. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

2. Declaramos que nos preços cotados estão incluídos todas as despesas que direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como: gastos da empresa com suporte técnica e administrativo, impostos, seguros, taxas ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Prazo de validade da Proposta: (preencher) não inferior a 90 (noventa) dias.

Observação 1 : Havendo omissão das informações acima considerar-se-ão os prazos previstos neste edital como aceitos.

(Local)....., de 2023

(Assinatura do representante legal e carimbo)

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

ANEXO V DO EDITAL - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023/NP/SUPEL/RO
ATA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXX/20XX/SUPEL_RO			
Origem:	Pregão Eletrônico nº 59/2023		
Data da Publicação no DOE:	XX/XX/XXXX	Processo nº	0033.082011/2022-36
Órgão Participante:	Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.		
Órgão gerenciador:	Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL		

1. CLÁUSULA I – IDENTIFICAÇÃO DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S).

1.1. A identificação dos detentores está inserida no anexo único desta ata.

2. CLÁUSULA II – DO OBJETO

2.1. Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de manutenção predial e serviços comuns de engenharia, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia.

3. CLÁUSULA III – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A validade desta ata de registro de preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação no Diário Oficial do Estado.

4. CLÁUSULA IV – DA UTILIZAÇÃO DESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

4.1. A Adesão ao presente Registro de Preços fica condicionada ao atendimento das determinações do Estado de Rondônia, após autorização expressa do órgão gerenciador – Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL.

4.2. A adesão fica ainda condicionada às exigências dispostas no Art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

4.3. As aquisições ou as contratações adicionais (caronas) não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens registrados na ata de registro de preços.

4.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro dos preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

5. CLÁUSULA V – DA REVISÃO E CANCELAMENTO DO REGISTRO

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

5.1. De acordo com artigo 21 e 22 do Decreto Estadual 18.340/2013 os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do caput do artigo 65 da Lei 8.666/93

5.2. Nos termos do Decreto Estadual 25.969 de 07 de abril de 2021, os preços registrados serão mantidos inalterados por todo o período de vigência da Ata de Registro de Preços - ARP, admitida sua revisão, para majorar ou minorar os preços registrados, em casos excepcionais, nas hipóteses legais e considerando os preços vigentes de mercado.

5.3. A revisão de preços prevista no caput do artigo 23B do Decreto Estadual 25.969 precederá de requerimento: I - do detentor da ata, que deverá fazê-la antes do pedido de fornecimento e, instruindo seu pedido com documentação probatória de majoração de preço do mercado e a oneração de custos; ou II - pelo órgão participante ou órgão interessado, comprovando por meio de pesquisas de preços que há minoração do valor originalmente registrado.

5.4. Nos termos do § 2º do Decreto 25.969/2021, se comprovada a majoração dos valores de mercado nas hipóteses da alínea "d" do inciso II do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, o órgão gerenciador da Ata convocará, antes da efetiva alteração de preços, as demais licitantes na ordem de classificação original para que manifestem interesse em manter o preço original registrado em ata, de modo que, inexistindo interessados dispostos em manter o valor da ARP; os preços poderão ser revisados conforme disposto no caput artigo 23B.

5.5. Conforme disposto no § 4º do Decreto 25.969/2021, a revisão aprovada não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época do registro.

5.5.1. O Decreto Estadual 18.340/2013 dispõe ainda no artigo 25, sobre as hipóteses do cancelamento do preço registrado, que poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, **devidamente comprovados e justificados, por** razão de interesse público; ou II - a pedido do fornecedor

5.5.2. O preço registrado também poderá ser cancelado nas hipóteses do artigo 24 do Decreto Estadual 18.340/2013, quando o fornecedor descumprir total ou parcialmente as condições da ata de registro de preços; não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior aqueles praticados no mercado, ou sofrer sanção prevista na forma do artigo 87 da Lei 8.666/93.

6. CLÁUSULA VI - DA FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA

6.1. A apresentação de novas propostas para compor o cadastro de reserva não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

6.2. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada caso o melhor colocado no certame tenha seu registro cancelado ou revogado, nas hipóteses previstas no Decreto Estadual 18.340/2013.

6.3. Para o registro do preço dos demais licitantes será exigida a análise da habilitação.

7. CLÁUSULA VI - DAS CONDIÇÕES A SEREM OBSERVADAS NAS FUTURAS CONTRATAÇÕES

7.1. As condições gerais referentes ao fornecimento, tais como prazo e local de entrega e recebimento do objeto, obrigações da Administração e do fornecedor detentor do registro e penalidades, encontram-se definidas no Termo de Referência e Edital da licitação, partes integrantes da presente Ata.

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

7.2. É **vedado** o aditamento dos quantitativos consignados na Ata de Registro de Preços, conforme o disposto no §1º do artigo 15 do Decreto Estadual nº 18.340/2013.

7.3. A detentora do registro fica obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento efetuadas pelo órgão

8. CLÁUSULA VII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

participante, durante a vigência desta ata.

8.1. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações de que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurada à Detentora do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

8.2. Fica a empresa detentora ciente que a publicidade da ata de registro de preços na imprensa oficial terá efeito de compromisso nas condições ofertadas e pactuadas na proposta apresentada à licitação.

8.3. A Ata de Registro de Preços, os ajustes dela decorrentes, suas alterações e rescisões obedecerão ao Decreto Estadual 18.340/13, Lei Federal nº 8.666/93, demais normas complementares e disposições desta Ata e do Edital que a precedeu, aplicáveis à execução e especialmente aos casos omissos.

8.4. Fazem parte integrante desta Ata, para todos os efeitos legais: o Edital de Licitação e seus anexos, bem como, o **ANEXO ÚNICO** desta ata que contém os preços registrados e respectivos detentores.

9. CLÁUSULA VIII - DO FORO

9.1. Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o Foro da Comarca de Porto Velho/RO, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

ANEXO ÚNICO

EMPRESA(S) DETENTORA(S):

MÁRCIA CARVALHO GUEDES

Coordenadora Interina do Sistema de Registro de Preços/SUPEL

FABIOLA MENEGASSO DIAS

Diretora Executiva/SUPEL

ISRAEL EVANGELISTA DA SILVA

Superintendente Estadual de Compras e Licitações.



**SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NÚCLEO DE PROCESSAMENTO**

**ANEXO ÚNICO – DA ATA
MODELO DE OFÍCIO PARA ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES DA
ATA SOLICITANDO ADESÃO COMO INTERESSADO.**

[UNIDADE CONTRATANTE SOLICITANTE]

OFÍCIO Nº _____/_____

[], [DATA DA EMISSÃO]

Prezado Gestor da Ata nº [Nº DA ATA] do(a) [ÓRGÃO GESTOR DA ATA]

Nos termos do art. 26 do Decreto Estadual nº 18.340/2013, solicito autorização para ADERIR à Ata de Registro de Preços em epígrafe visando adquirir os itens e quantitativos relacionados na tabela abaixo.

Ressalto que o(os) fornecedor(es), detentor(es) do(s) preço(s) registrado(s), já se manifestou(ram) pela aceitação, conforme previsto no Decreto 18.340/2013.

Nº ITEM DA ATA	ESPECIFICAÇÃO	QUANT. ADESÃO

ASSINATURA DO GESTOR DA UNIDADE SOLICITANTE



SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES - SUPEL/RO
NUCLEO DE PROCESSAMENTO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 059/2023/NP/SUPEL/RO

NESTE EDITAL, OS TERMOS “VALOR” e “PREÇO” DEVEM SER INTERPRETADOS COMO PERCENTUAL DE DESCONTO.

A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES, por meio de seu(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, nomeada por força das disposições contidas na Portaria nº 186/SUPEL-CI, publicada no DOE do dia 07/12/2022, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o nº 059/2023/NP/SUPEL/RO, do tipo MAIOR DESCONTO NA TABELA SINAPI, adjudicação POR LOTE - Modo de disputa ABERTO, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme disposições descritas neste edital e seus anexos, em conformidade com as Leis Federais nº 10.520/02 e nº 8.666/93 e suas alterações a qual se aplica subsidiariamente a modalidade de Pregão, com os Decretos Estaduais Decreto Estadual nº 26.182, DE 24 DE JUNHO DE 2021, nº 16.089/2011, nº 18.340/2013, nº 24.082/2019, nº 25.969/2021 e 25.829/2021, DECRETO Nº 27.382, DE 3 DE AGOSTO DE 2022, Lei Complementar nº 123/06 e suas alterações, com a Lei Estadual nº 2414/2011, e demais legislações vigentes, tendo como interessadas a Secretaria de Estado da Justiça – SEJUS, Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania – SESDEC, Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON e o Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0033.082011/2022-36

OBJETO: Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Material de Construção Civil para utilização em execução direta de manutenção predial e serviços comuns de engenharia, para atender aos órgãos da Administração Direta e Indireta do Governo do Estado de Rondônia.

PROGRAMA DE TRABALHO: Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º.

ELEMENTO DE DESPESA: Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º.

FONTE DE RECURSOS: Decreto Estadual N. 18.340/2013, art. 8º, §4º.

VALOR PARA CONTRATAÇÃO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO – (Tabela do SINAPI)

DATA DE ABERTURA: 29 de março de 2023, às 10h00min. (HORÁRIO DE BRASÍLIA - DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/>

CÓDIGO DA UASG: 925373

LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado por meio do endereço eletrônico acima mencionado, por meio do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

EDITAL: O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço eletrônico acima mencionado, e, ainda, no site www.supel.ro.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados pelo(a) Pregoeiro(a) e Equipe de Apoio, na Superintendência Estadual Licitações, pelo telefone (69) 3212-9243, ou no endereço sito a Av. Farquar, 2986, Bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.903-036.

Porto Velho-RO, 15 de março de 2023.

IZAURA TAUFMANN FERREIRA

Pregoeira SUPEL-KAPPA

Mat. 300094012

Avenida Farquar, 2986, Palácio Rio Madeira, Edifício Rio Pacaás Novos Segundo Andar, Bairro Pedrinhas - Tel.: (69) 3212-9243 CEP.: 76.820-408 - Porto Velho – RO

IZAURA TAUFMANN FERREIRA
Pregoeira da Equipe KAPPA/SUPEL/RO
Mat. 300094012tt